

# **A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar**

Cátia Gonçalves Marques  
Orientação: Professor Doutor Rui Lobo

Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra  
Departamento de Arquitectura  
Junho 2013

**Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura**

---



## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e às minhas irmãs pelo apoio constante e toda a preciosa ajuda.  
Aos amigos, pelas palavras de motivação.

Ao Sr. Herculano Martins, Presidente da Junta de Manique do Intendente ,e aos funcionários da mesma, que me receberam e ajudaram.

Ao meu orientador por, mais uma vez, estar sempre disponível para discutir e encaminhar o trabalho.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO</b> .....	7
<b>Capítulo 1 – O Intendente Pina Manique</b> .....	7
1.1 – Resumo da investigação anterior (biografia e iniciativas) .....	7
1.2 – Obras, ideias e iniciativas (considerações adicionais) .....	13
<b>PARTE II – MANIQUE DO INTENDENTE: ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO</b> .....	33
<b>Capítulo 2 – Manique do Intendente</b> .....	21
2.1 – Resumo da investigação anterior (os antecedentes, o processo, a autoria) .....	21
2.2 – Considerações adicionais sobre a autoria do projecto .....	25
2.4 – O significado da experiência (apontamento) .....	27
<b>Capítulo 3 – Os edifícios</b> .....	33
3.1 – Resumo da investigação anterior (descrição e enquadramento) .....	33
3.2 – Proposta de reconstituição do Palácio .....	37
3.2.1 – Estudo anteriormente realizado .....	37
3.2.2 – Considerações adicionais e proposta .....	39
<b>Capítulo 4 – O desenho da vila</b> .....	53
4.1 – Resumo da investigação anterior (descrição e enquadramento) .....	53
4.1.2 – Propostas anteriormente apresentadas .....	55
4.1.3 – Um outro olhar sobre uma reconstituição possível .....	65
<b>Capítulo 5 – O território</b> .....	73
5.1 – Enquadramento .....	73
5.2 – Análise da situação .....	79



**PARTE III – MANIQUE DO INTENDENTE NO CONTEXTO EUROPEU: UM CASO PARTICULAR**

<b>Capítulo 6 - La Carolina e a colonização da Serra Morena e Andalúzia .....</b>	<b>95</b>
6.1 – Génese, objectivos e enquadramento geral do processo .....	97
6.1.1 – A implementação do processo de colonização .....	101
6.1.2 – La Carolina .....	111
6.2 – O intendente Olavide: breve biografia, iniciativas e ideias .....	117
6.3 – Análise comparativa .....	125
6.3.1 – Os Intendentes: cargos, iniciativas, ideologias .....	125
6.3.2 – As povoações: Manique do Intendente e La Carolina .....	133
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>145</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>i</b>
A – Documentos de criação da Vila de Manique do Intendente .....	i
B– Documento que dá conta da produção de brins e lonas em Manique .....	v
C – Documentos relativos a concertos de estradas .....	v
D – Cartas do Intendente a Frei Caetano, Bispo de Braga .....	xi
E – Testemunhos contemporâneos acerca das povoações da Serra Morena .....	xvii





## INTRODUÇÃO

Um outro olhar.

Colocada a hipótese de desenvolver uma dissertação para obter o grau de Mestre, surgiu naturalmente a possibilidade de retomar um trabalho anteriormente desenvolvido. Deste modo, a presente dissertação é, também, fruto do trabalho de investigação desenvolvido no ano lectivo de 2003/2004 e que resultou na Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC, intitulada «Manique do Intendente, uma vila iluminista». Como é norma, esse estudo levantou questões, suscitou hipóteses, deixou ainda muito campo para explorar. Esta foi a oportunidade de o retomar.

Esta dissertação resulta, pois, de uma reavaliação desse trabalho com a perspectiva de responder a algumas questões levantadas e trabalhar outros temas. Os objectivos passam por desenvolver certos pontos aos quais foi dedicada menos atenção nessa primeira fase. São eles a relação com a rede de infra-estruturas a nível nacional, uma comparação mais aprofundada com o exemplo de La Carolina e as povoações da Serra Morena, no Sul de Espanha – que merece esse destaque por uma série de pontos em comum com a iniciativa em estudo – e, também, um maior desenvolvimento das propostas de reconstituição do Palácio e do traçado urbano no que toca a uma das hipóteses primeiramente levantadas. Era também um objectivo paralelo, e não menos importante, a recolha de eventual informação documental de suporte às teorias apresentadas.

Naturalmente, o estudo anterior e todo o trabalho de investigação feito foram a base de partida para o desenvolvimento desta dissertação. Foi com suporte nos elementos documentais já recolhidos e conhecidos que o trabalho seguiu o seu curso e essa circunstância está patente na organização do trabalho, como adiante se explica.



Numa primeira etapa, procurou-se recolher dados adicionais: foi feita nova pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e também no Arquivo Histórico da Casa Pia, infelizmente infrutífera, ou quase. Foi igualmente realizada nova visita ao local, conseguindo desta vez, ter acesso a alguns locais aos quais não havia sido possível aceder anteriormente, nomeadamente a alguns espaços interiores da igreja e do palácio.

Simultaneamente, foi feita uma pesquisa bibliográfica mais abrangente e mais fina relativamente aos dois assuntos agora mais desenvolvidos: as infra-estruturas e o exemplo da colonização interna espanhola.

Paralelamente, foram revistas e reavaliadas as propostas de reconstituição anteriormente apresentadas. Dessa reavaliação e revalidação, resultaram novas peças desenhadas.

A dissertação está dividida em três partes: enquadramento, análise e reconstituição, e comparação com o caso espanhol. As duas primeiras estão directamente relacionadas com anterior trabalho. Constituem um retomar de alguns assuntos essenciais para a compreensão do objecto de estudo. Regra geral, cada capítulo inicia-se por um sub-capítulo onde se resumem, da forma mais abreviada possível, os dados fundamentais para a compreensão do trabalho. Considerou-se que esta repetição seria essencial para que o trabalho agora apresentado seja unitário e não uma espécie de «volume 2» da prova final.

O Enquadramento aborda os dados concretos sobre o promotor desta iniciativa, o Intendente Diogo Inácio de Pina Manique. Deixa-se um panorama, agora mais desenvolvido, sobre outros campos em que desenvolveu actividade.

A parte dedicada à Análise e Reconstituição divide-se em quatro capítulos. Num primeiro abordam-se as informações objectivas sobre o nascimento da nova povoação: como, quando, que desenvolvimento teve, o que nos é dado a observar hoje.



Os três seguintes referem-se, respectivamente, aos edifícios construídos à época, ao traçado da vila e ao enquadramento territorial. No primeiro destes atenta-se sobretudo no maior pormenor dado à proposta de reconstituição do Palácio. No segundo, trabalhou-se uma das hipóteses desenvolvida em 2004, sempre com suporte nas conclusões então elaboradas – a hipótese de reconstituição da vila com planta geral de formato hexagonal. Finalmente, no terceiro, fez-se um enquadramento do estado das vias de comunicação e infra-estruturas à época, numa tentativa de entender que tipo de relações esta nova povoação poderia estabelecer com o território.

A terceira e última parte é inteiramente nova relativamente ao anterior trabalho. Estudou-se o processo de colonização da Serra Morena e Andaluzia, iniciado em 1767 e, portanto, anterior ao caso em estudo, e, particularmente, de uma das suas capitais – La Carolina. Como referido, os vários pontos em comum, não só entre as povoações em concreto, mas também entre os seus promotores, assim como a proximidade temporal, despertaram o interesse em desenvolver este tema.

Apresenta-se, em anexo, a transcrição integral de alguns documentos aos quais se faz referência ao longo do texto.



## PARTE I – ENQUADRAMENTO

### Capítulo 1 – O Intendente Pina Manique

#### 1.1 – Resumo da investigação anterior (biografia e iniciativas)

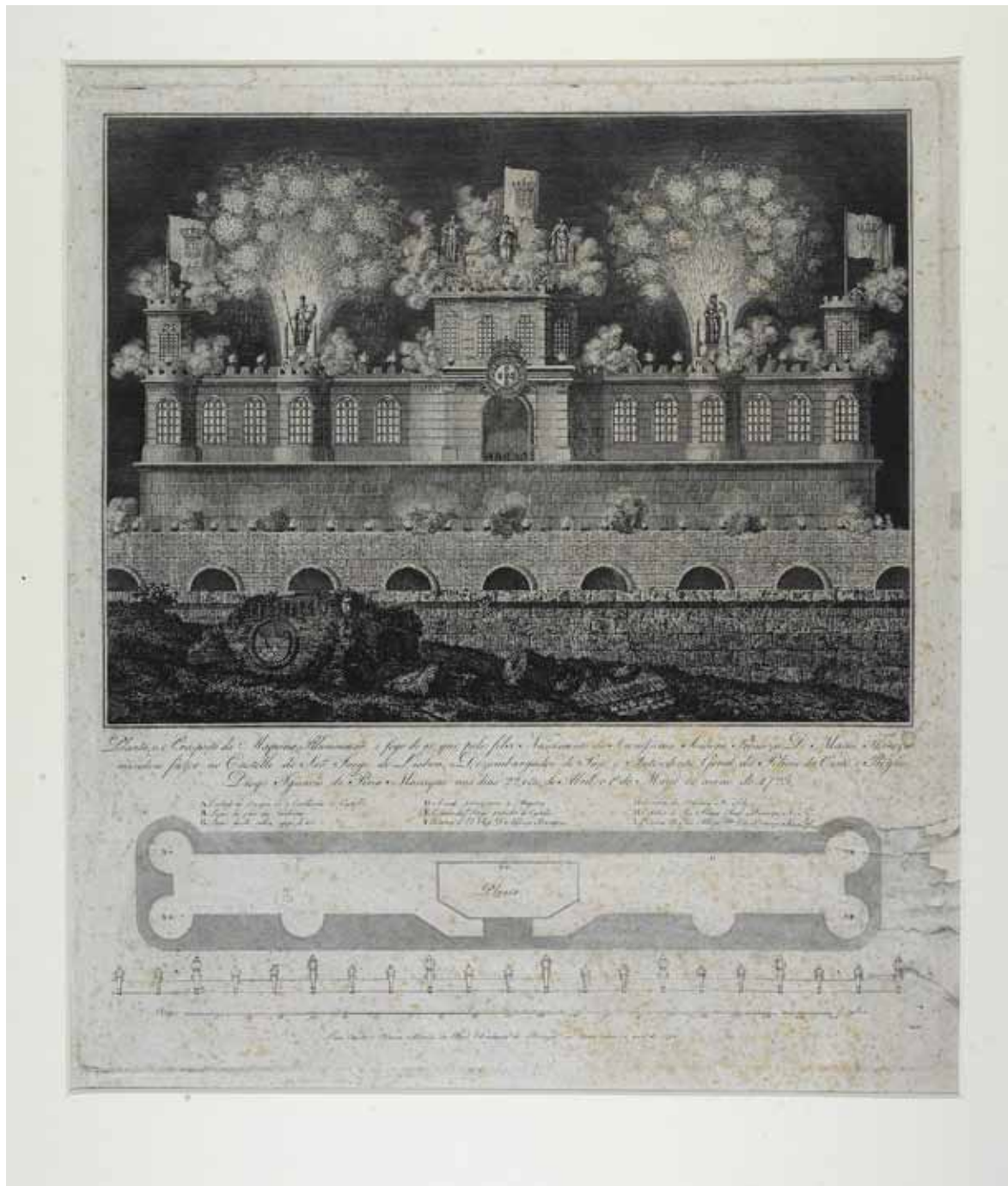
Para um adequado enquadramento da iniciativa em estudo, retomam-se neste sub-capítulo, de forma breve, os dados coligidos no trabalho de investigação anteriormente desenvolvido<sup>1</sup>.

Diogo Inácio de Pina Manique nasceu em 1733, em Lisboa. Ingressou na Ordem de Cristo em 1756. Estudou Leis na Universidade de Coimbra, tendo completado a sua formação em 1758. Ocupou numerosos cargos públicos durante os reinados de D. José e de D. Maria I: Juiz do Crime do Bairro do Castelo (1758), Corregedor do Crime do Bairro de Alfama (1765), Desembargador da Relação do Porto (1771), Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (1771), Superintendente-geral de Contrabandos e Descaminhos (1772), Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação (1774), Escrivão das Arrematações das Comendas (1774), Procurador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1778), Intendente Geral da Polícia (1780), Administrador Geral da Alfândega do Açúcar (1781), Desembargador do Paço (1786), Chanceler-Mor do Reino (1803) e Administrador Geral das Alfândegas (1803)<sup>2</sup>.

A regência do Príncipe D. João e a crescente importância de membros da maçonaria e liberais no governo, levaram à sua demissão em 1803, no seguimento do «caso» com o Embaixador francês Lannes, acusado de contrabando pelo Intendente. Faleceu em 1805, em Lisboa.

1 MARQUES, Cátia Gonçalves – *Manique do Intendente, uma vila iluminista*, p.6 et seq.

2 Cf. BILÉU, Maria Margarida Correia – *Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia*, p.47.



**Figura 1**

«Planta e prospecto da maquina, iluminação e fogo do ar, que pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza mandou fazer no Castello de São Jorge de Lisboa... Diogo Ignacio de Pina Manique nos dias 29, e 30 de Abril, e 1º de Mayo do anno de 1793 / Joao Cajetano Rivara... abrio no anno de 1794». António Fernandes Roiz, 1794.



A sua actuação deu-se em diversos níveis: construção e manutenção de estradas, povoamento do território, apoio aos socialmente desfavorecidos, promoção do teatro, salubridade urbana e segurança pública. Elencam-se, em seguida, as iniciativas conhecidas.

No âmbito das competências de Intendente Geral da Polícia da Corte e Reino, instituição que detinha a jurisdição da manutenção e construção de novas estradas no termo da capital, Pina Manique esteve envolvido em diversas obras – algumas das quais fora deste âmbito geográfico oficial.

Salientam-se: a construção da estrada da Porcalhota (Amadora) para Queluz<sup>3</sup>, a construção da estrada de Queluz para a Ajuda e sua arborização<sup>4</sup>, a construção da estrada de Sacavém a Alverca<sup>5</sup> (1782), a construção de uma ponte junto a Alverca<sup>6</sup>, a construção da estrada de Queluz para o Cacém, o melhoramento da estrada de Torres Vedras a Alhandra (1789)<sup>7</sup>, a arborização de vias com plantação de estacas de oliveira<sup>8</sup>, entre as quais a da Palhavã à Porcalhota<sup>9</sup>. Deveriam servir as oliveiras para a produção do azeite necessário para a iluminação pública da cidade de Lisboa.

No que ao povoamento do território diz respeito, em 1776, Pina Manique ordenou a elaboração de listas dos povos nas comarcas do país e, em 1781, ordenou aos provedores de todo o país que fosse remetido à Intendência um mapa estatístico dos nascimentos, casamentos e óbitos. Instruções repetidas em 1783 e reforçadas por diversas vezes até 1798<sup>10</sup>. Em 1787, o Intendente pede aos magistrados da província do Alentejo o

3 Cf. MARTINS, F. A. Oliveira – *Pina Manique, o Político – o amigo de Lisboa*, p.44.

4 Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: dicionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Volume V, p.738.

5 *Ibidem*, p.739.

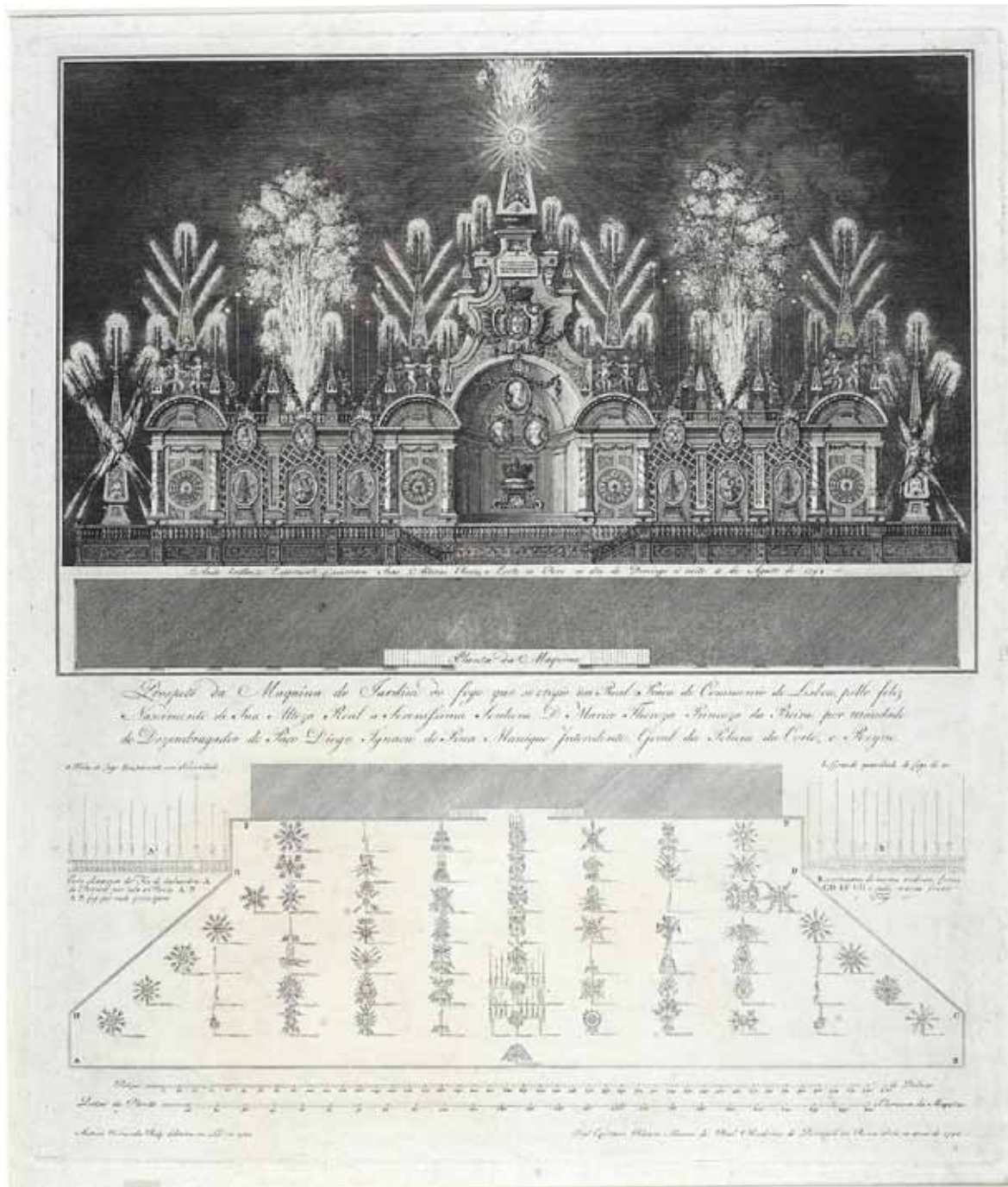
6 *Ibidem*, p.739.

7 Cf. CARVALHO, Augusto da Silva – *Pina Manique, o ditador sanitário*, p. 23.

8 Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *op. cit.*, p.739.

9 *Ibidem*, p.739.

10 Cf. CARVALHO, Augusto da Silva – *op. cit.*, p.9.



**Figura 2**

«Prospecto da maquina do jardim do fogo que se erigiu na Real Praça do Commercio de Lisboa, pello feliz nascimento de Sua Alteza Real a Serenissima Senhora D. Maria Thereza Princeza da Beira... / Antonio Fernandes Roiz deliniou em Lx.<sup>a</sup> em 1793; Joao Cajetano Rivara... abrio no anno de 1794». António Fernandes Roiz, 1794.

levantamento das casas desocupadas existentes nessa província. Deste levantamento resulta o documento *Mappa das cazas humildes e Herdades que se achão sem rendeiros na Província de Além-Tejo*<sup>11</sup>. No seguimento desse levantamento e em ofício do mesmo ano, Pina Manique propõe a vinda de 400 famílias açorianas e junta-lhe uma lista dos 491 casais já instalados em Évora e Vila Viçosa. Ainda nesse ano, mais açorianos são deslocados para o Alentejo (331 em Elvas, 436 em Ourique, 227 em Portalegre, 76 em Grândola e Alcácer, 181 em Coruche e 429 em Beja)<sup>12</sup>.

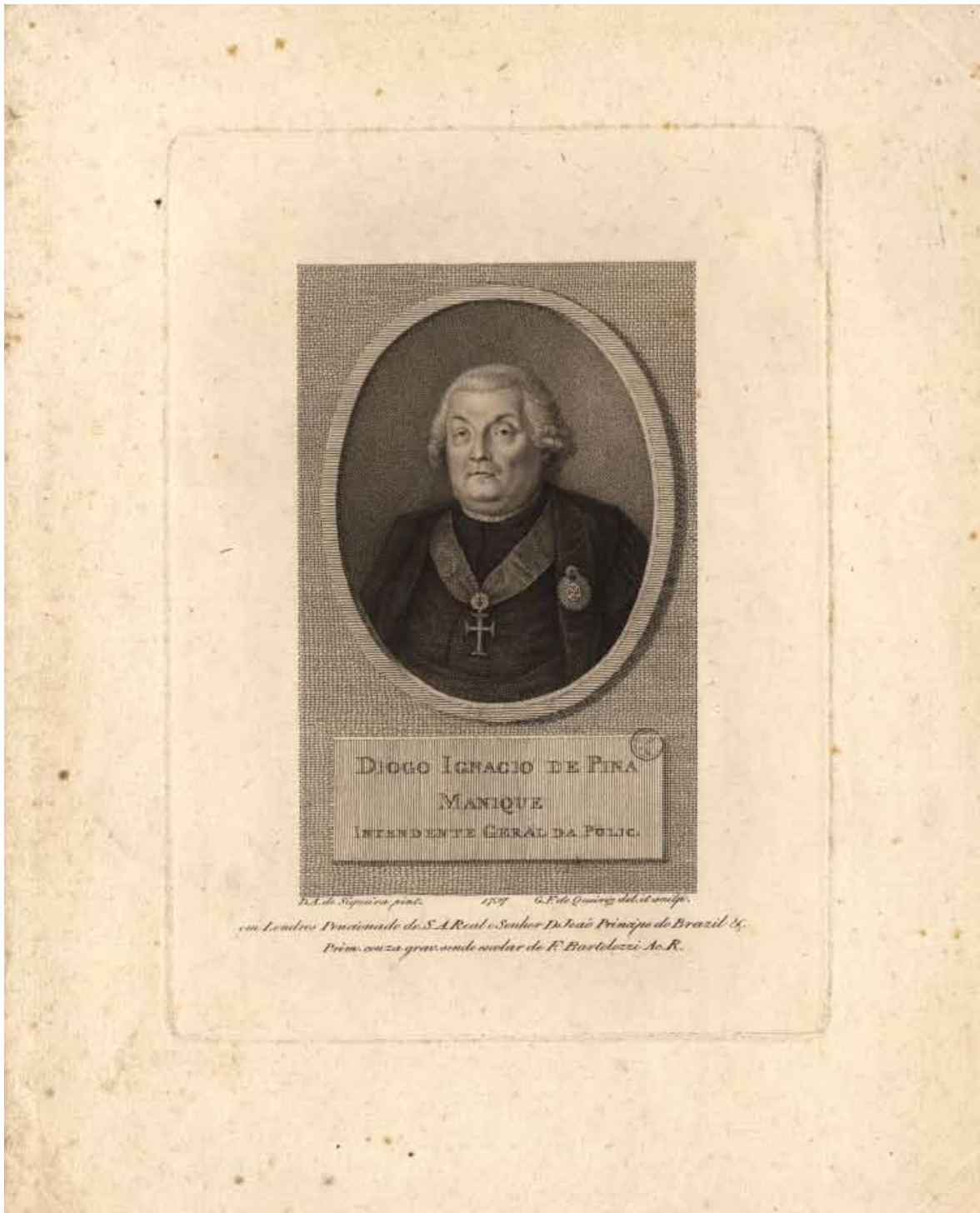
Iniciativa fulcral no seu percurso público foi a fundação da Real Casa Pia de Lisboa. Criada em 1781, sob a dependência da Intendência Geral da Polícia, a Casa Pia tinha como objectivo recolher crianças e jovens de fracos recursos e proporcionar-lhes educação formal e religiosa.

O Intendente manteve um forte empenho na prossecução dos objectivos desta instituição, indo para além dos seus fins principais. Foram chamados mestres estrangeiros para dar formação na área das manufacturas têxteis e, também, na área das Artes, procurando-se a qualidade do ensino. Foram seleccionados os melhores alunos para prosseguir estudos em Inglaterra e em Itália, respectivamente na área da Medicina e nas Artes. Em Portugal, foi criado o Colégio das Ciências Naturais para receber os melhores alunos na Universidade de Coimbra.

Pina Manique foi também o responsável pela introdução da iluminação pública na cidade de Lisboa, em 1780. Esta manteve-se até 1792, ano em que foram retirados os lampiões – o Intendente não conseguia já suportar essa despesa através dos cofres da Intendência de Polícia. Os numerosos apelos dirigidos às autoridades responsáveis nunca surtiram efeito.

11 Ministério do Reino, maço 453, Arquivo Nacional da Torre do Tombo Cit. por TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos, *op. cit.*, p.64.

12 Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *Pina Manique, um homem entre duas épocas*, p.63.



**Figura 3**

«Diogo Ignacio de Pina Manique, Intendente Geral da Polic.» / D. A. de Siqueira pint. ; G. F. de Queiroz del. et sculp.». Gregório Francisco de Queirós, 1797.

Foi também o promotor do primeiro sistema organizado de recolha de lixo<sup>13</sup>.

Parte também do Intendente a ideia de transferir os cemitérios para fora das áreas urbanas<sup>14</sup>. Tomou diversas diligências no sentido de estabelecer cemitérios públicos na capital, tendo chegado a conseguir que se comprassem dois terrenos com esse objectivo. Contudo, tal não chegou a acontecer.<sup>15</sup>

### 1. 2 – Obras, ideias e iniciativas (considerações adicionais)

A imagem do Intendente Pina Manique é a de um homem com muito poder, detentor de numerosos cargos públicos, controlador, defensor da Monarquia e da Igreja indelevelmente unidas, perseguidor dos «hereges» e «jacobinos» (veja-se a correspondência trocada com Frei Caetano, bispo de Braga, transcrita no anexo D), mas também a imagem de um homem que partilhava as preocupações do seu tempo – económicas, com o desenvolvimento da agricultura e povoamento de regiões, e sociais, com o amparo aos pobres e às pessoas de «maus costumes», sempre com o objectivo último da «tranquilidade pública»: o bem comum.

A longa lista de cargos ocupados (enumerados no sub-capítulo anterior), valeu-lhe um destacado papel na vida pública do país e, sobretudo, da capital. São, contudo, numerosas as referências a interferências em assuntos fora da sua esfera de competências e alguma dose de promiscuidade entre os seus diversos papéis. Não granjeava simpatias junto de todos e são conhecidos os entraves levantados por alguns ministros para dificultar algumas das suas iniciativas. Como curiosidade, transcrevem-se as palavras do contemporâneo Jácome Ratton:

13 Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *op. cit.*, p.31.

14 Cf. PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *op. cit.*, p.739.

15 Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *op. cit.*, p.30.





**Figura 4**

Planta de Lisboa e zonas limítrofes: a laranja, as estradas em que o Intendente realizou trabalhos [A-Porcalhota; B-Queluz; C\_Ajuda; D-Sacavém; E-Alverca; F-Cacém; G-Palhavã]. «Carta Chorographica dos terrenos em volta de Lisboa», 18??. [escala original: 1:1 000 000].

*“Alem de ser este hum dos grandes defeitos das administraçoens publicas, tambem notava os gravissimos prejuizos, que a estas se seguem, e ao Estado de se accumularem empregos em hum só homem: e entre muitos exemplos, apontava a pessoa de Diogo Ignacio de Pina Manique, que era, ao mesmo tempo, Dezembragador do Paço, Intendente Geral da Polícia, Administrador da Alfandega de Lisboa, e Feitor mór de todas as do Reino, &c. &c. &c. Ninguem deixa de ver a impossibilidade physica, que hum homem, por mais activo, e zeloso que seja, tem para desempenhar tantos, e taõ importantes empregos, e até mesmo incompatíveis nas horas; e quando o chefe de huma repartiçaõ não está, nem pode estar presente, que se pode esperar dos subalternos? Mas Diogo Ignacio de Pina Manique era taõ zeloso do bem publico, que não obstante o pezo destes empregos superior ás forças de um gigante, tomou mais sobre si o estabelecimento, e governo de huma casa pia, a administração da limpeza, calçadas, e illuminaçaõ da Cidade. Ora eu rogo, em nome do bom senso, que se me diga como pode hum homem só desempenhar tantas, e taõ opostas obrigaçoens? Como! Como as desempenhou Diogo Ignacio de Pina Manique. Este bom patriota, que tudo fazia com as melhores intençõens, confundia tudo com as suas arbitrariedades: V. G. applicava para huma repartiçaõ fundos destinados para outra, gastava mais do que podia, e devia com estabelecimentos, que julgava uteis, e que o seriaõ, se fossem bem administrados. Mas qual foi o resultado de suas arbitrariedades? Foi desfalcar-se a Fazenda do Estado, que elle administrava, resarcirem-se perdas, e damnos a alguem, e ver-se este funcionario publico obrigado a recorrer á generosidade do Soberano, para obter um Decreto que lhe desse as contas por tomadas.”<sup>16</sup>*

16 RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, p.134.





No que diz respeito às iniciativas de que foi promotor, refiram-se as intervenções de manutenção de estradas em que esteve envolvido. Estas não se limitaram ao termo da capital, como atestam os diversos avisos transcritos no anexo C. Estes abrangem um período entre 1780 e 1783, em que foi encarregado dos consertos das estradas de Vila Nova da Rainha às Caldas, de Mafra às Caldas, de Queluz à Porcalhota, e de Lisboa para Sintra e Mafra. Fica registado o modo de pagamento destas obras, que cai fora do âmbito da Intendência Geral de Polícia.

A Real Casa Pia, como já visto, foi uma das iniciativas em que o Intendente mais investiu. Fundada em 1781, com protecção régia de D. Maria I, a Casa Pia foi instalada em algumas casas recuperadas para o efeito no Castelo de São Jorge e rapidamente o número de efectivos cresceu. Não obstante o investimento, acima referido, nos melhores alunos e na prossecução dos seus estudos no estrangeiro, a educação aí dada à generalidade dos recolhidos consistia não só nas «Primeiras Letras» para todos os jovens, como no ensino de actividades profissionais consideradas adequadas a cada sexo. Servia para dotar de ferramentas de sobrevivência os alunos, mas também como medida mais lata de promoção das manufacturas (indústria) e da agricultura. É da Casa Pia que partem alguns casais para colonizar outras áreas do país e aí implantar essas actividades. Em 1786, “sairam deste Recolhimento 41 orfãs, dotadas, vestidas e casadas com outros tantos Fabricantes, que aprenderam os mesmos Ofícios na dita Casa, e foram *estabelecer-se com as suas Fábricas em Vila Real de Santo António de Arenilha, no Reino do Algarve(...)*”<sup>17</sup>

Mas, além da formação de base das crianças, o Plano de Ensino da Casa Pia foi cuidadosamente pensado e abrangia diversas áreas: Línguas Francesa, Inglesa e Alemã, Matemática, Astronomia, Física Experimental e Química. Para elaborar este Plano, o Intendente chamou José Anastácio da Cunha, antigo professor na Universidade de Coimbra, de onde havia sido despedido após julgamento pela Inquisição. Circunstância que não impediu o Intendente de o considerar apto para assumir a direcção pedagógica da «sua» instituição<sup>18</sup>.

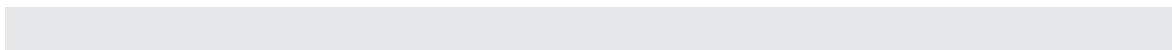
17 *Oração Funebre que nas Exequias do Illustrissimo Diogo Ignacio de Pina Manique (...)*. p.35.

18 Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *op. cit.*, p.69 et seq, p.83.



**Figura 5**

Fachada principal do Teatro de São Carlos.



Deve ainda referir-se o papel que o Intendente desempenhou na construção do Teatro de São Carlos.

Era sentida na cidade a necessidade de um teatro com boas condições. Os que existiam não as tinham e a recém-inaugurada Ópera do Tejo (Bibiena, 1755) ruiu com o terramoto de 1755. A construção do novo teatro foi iniciativa de alguns comerciantes burgueses (Joaquim Pedro Quintela, Anselmo José da Cruz Sobral, João Pereira Caldas, Jacinto Fernandes Bandeira, António José Ferreira), que custearam parte da obra. O dinheiro adiantado por estes mecenas deveria ser amortizado pelo pagamento de rendas anuais, após o que o Teatro passaria para a alçada da Casa Pia<sup>19</sup>. O Intendente, que encarava o teatro como uma «escola de virtude» – ainda que sob estritas regras para preservar a moralidade e os bons costumes – tomou a empresa em mãos, ajudando a desbloquear o fornecimento de meios materiais e humanos. Tudo foi feito em tempo recorde (a construção teve início em Dezembro de 1792) com o objectivo de servir a inauguração para celebrar o nascimento do primeiro filho de D. Carlota Joaquina e do Príncipe D. João. Esta ocorreu a 30 de Junho de 1793, embora o teatro não estivesse totalmente finalizado. O autor deste projecto foi o arquitecto José da Costa e Silva, a quem alguns autores atribuem a autoria do Palácio de Manique do Intendente, como adiante se verá.

Implantado numa área urbana, em terreno com pendente acentuada, o teatro mostra marcada influência italiana nas suas linhas clássicas. Possui três pisos, destacando-se o terceiro apenas no corpo central. O piso térreo é rusticado e tem, ao centro, uma *loggia* avançada em relação ao plano de fachada, à qual se acede por uma arcaria que antecede a entrada. Encima-a uma varanda. As janelas do 1º piso possuem avental em pedra e cornija. Ambos os pisos, rés-do-chão e primeiro andar, possuem um andar em mezanino, marcado na fachada por janelas baixas. É um teatro «à italiana» com sala de espectáculos oval e cinco pisos de camarotes. Sofreu, ao longo dos anos, diversas intervenções.

---

19 Cf. COSTA, Joel – *Teatro São Carlos*, p. 15.

**Figura 6**

Fachada principal da Casa de Câmara e Cadeia, 2013.

**Figura 7**

Aspecto das traseiras da Casa de Câmara e Cadeia, 2013.

**Figura 8**

Aspecto de uma das fachadas laterais da Casa de Câmara e Cadeia, 2013.

## PARTE II – ANÁLISE E RECONSTITUIÇÃO

### Capítulo 2 – Manique do Intendente

#### 2.1 – Resumo da investigação anterior (os antecedentes, o processo, a autoria)

Novamente, recordam-se e registam-se os dados mais relevantes recolhidos em investigação anterior<sup>1</sup>, que servem de enquadramento ao estudo.

As terras onde agora se ergue a povoação de Manique do Intendente foram doadas a Diogo Inácio de Pina Manique por ocasião do seu casamento com Ignácia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Matos, em 1773, pelo seu tio, Dr. Diogo de Pina Manique, capelão fidalgo da Casa Real – este instituiu em seu favor um morgadio constituído pelo Prazo de Alcoentrinho<sup>2</sup>. Esta povoação antecedeu Manique do Intendente.

Em 1751, Manique tinha 405 habitantes (135 fogos), em 1869, já chegava aos 873 habitantes (291 fogos) e, em 1890, contava 2458 habitantes (615 fogos). Em 1911, a povoação tinha 3079 habitantes, distribuídos por perto de 789 fogos<sup>3</sup>. Em 2011, a população residente era de 1216 pessoas<sup>4</sup>.

Em 1791, a Rainha Dona Maria concede ao Intendente Pina Manique o senhorio das terras de Alcoentrinho, e ordena que à nova povoação se chame Manique do Intendente (conforme documentos transcritos no anexo A). O Intendente consegue também obter da Rainha autorização para realizar Feira Franca três vezes ao ano e mercado todos os Domingos, em 1792<sup>5</sup>. Em 1795, D. João VI dá autorização a Diogo Inácio de Pina Manique e aos seus sucessores para nomearem os

1 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 4 et seq.

2 Cf. SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres casas de Portugal*, p.111.

3 Cf. SOLEDADE, Arnaldo F. – *De S. Pedro da Arrifana a Manique do Intendente*, p.19 (o autor apresenta, como fontes para os dados apresentados: em 1751, P.º Cardoso; em 1869, P.º Carvalho; em 1911, Censo).

4 Dados dos Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística. <www.ine.pt> [Consult. 19 Dezembro 2012].

5 Chancelaria Régia de D. Maria I, fólio 62, Arquivo Nacional da Torre do Tombo Cit. por SOLEDADE, Arnaldo F. – *op. cit.*, p.17.





**Figura 9 (em cima)**  
Fachada principal do palácio, 2013.



**Figura 10 (ao lado)**  
Detalhe da galilé e tribuna superior, 2013.

necessários oficiais e justiças da vila. É, pois, com o beneplácito régio que o Intendente empreende o seu ambicioso projecto.

A maioria das obras terá decorrido entre 1791 e 1803<sup>6</sup>, tendo sido abandonadas, incompletas, após a morte do Intendente, em 1805. A situação financeira da família não permitiu a sua continuação.

No que à autoria do projecto diz respeito, não existe consensualidade. Alguns autores (Luís Xavier da Costa<sup>7</sup>, Paulo Varela Gomes<sup>8</sup>, José Manuel Fernandes<sup>9</sup>) atribuem os projectos do Palácio e da Casa de Câmara e Cadeia ao arquitecto Joaquim Fortunato de Novais.

Joaquim Fortunato de Novais foi aluno da Casa Pia, onde entrou em 1780, e um dos primeiros a viajar para a nova Academia em Roma, para estudar Arquitectura, em 1785. Terá regressado em 1791 ou 1794. Segundo Luís Xavier da Costa após o regresso de Itália, Pina Manique enviou-o “*contratado, para as suas edificações de Manique do Intendente e Vila Nova da Rainha, onde o arquitecto persistiu até falecimento do magnate em 1805, e vivia ainda em 1807*”<sup>10</sup>. Nada mais se conhece sobre o seu percurso profissional até à sua prematura morte, em 1807. Walter Rossa<sup>11</sup> considera provável que tenha sido o responsável pela fase de execução do projecto. Do mesmo modo, Margarida Calado<sup>12</sup> e Horta Correia<sup>13</sup> consideram que o regresso tardio de Joaquim Fortunato de Novais (1794) de Roma, não lhe terá permitido ser o autor do projecto da nova povoação, embora possa, efectivamente, ter participado no processo.

---

6 Cf. CALADO, Margarida – Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII. In *Lisboa Iluminista e o seu tempo*, p.184.

7 COSTA, Luís Xavier da – *As Belas-Artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*, p.152.

8 Cf. GOMES, Paulo Varela – *A cultura arquitectónica e artística em Portugal no século XVIII*, p.34.

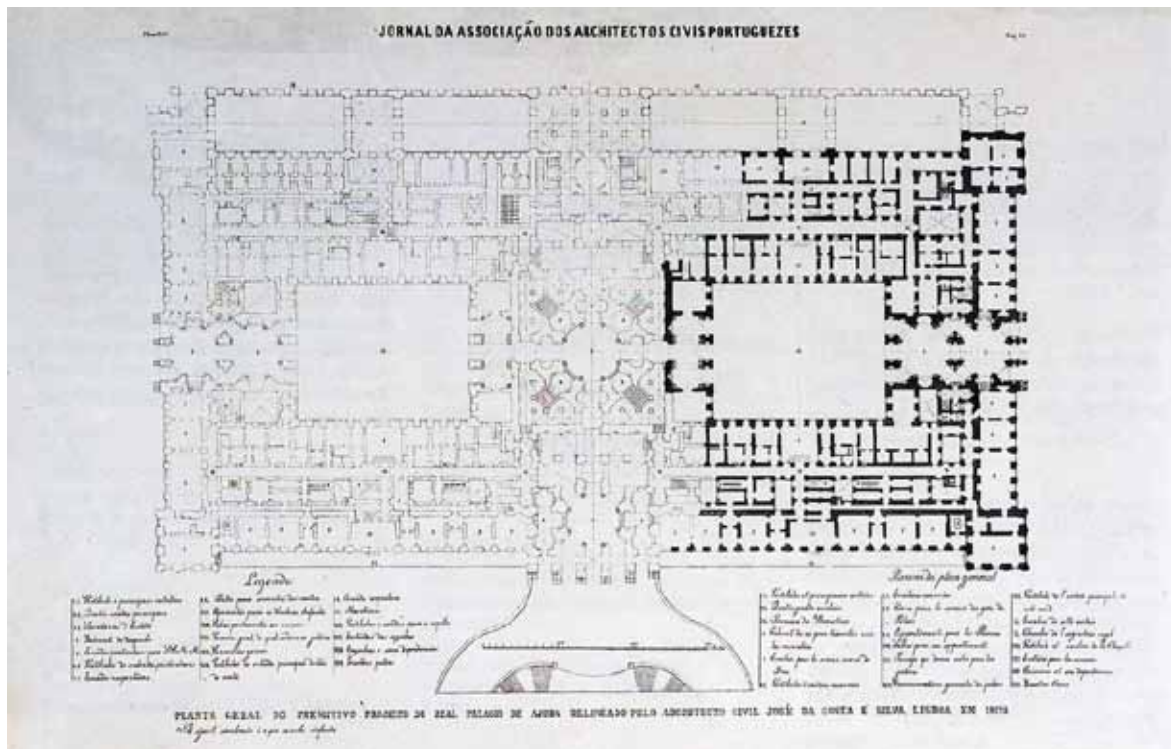
9 Cf. FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa: uma síntese*, p. 61.

10 COSTA, Luís Xavier da – *op. cit.*, p.152.

11 Cf. ROSSA, Walter – *A Cidade Portuguesa*. In *História da Arte Portuguesa*, Vol. 3, p. 314.

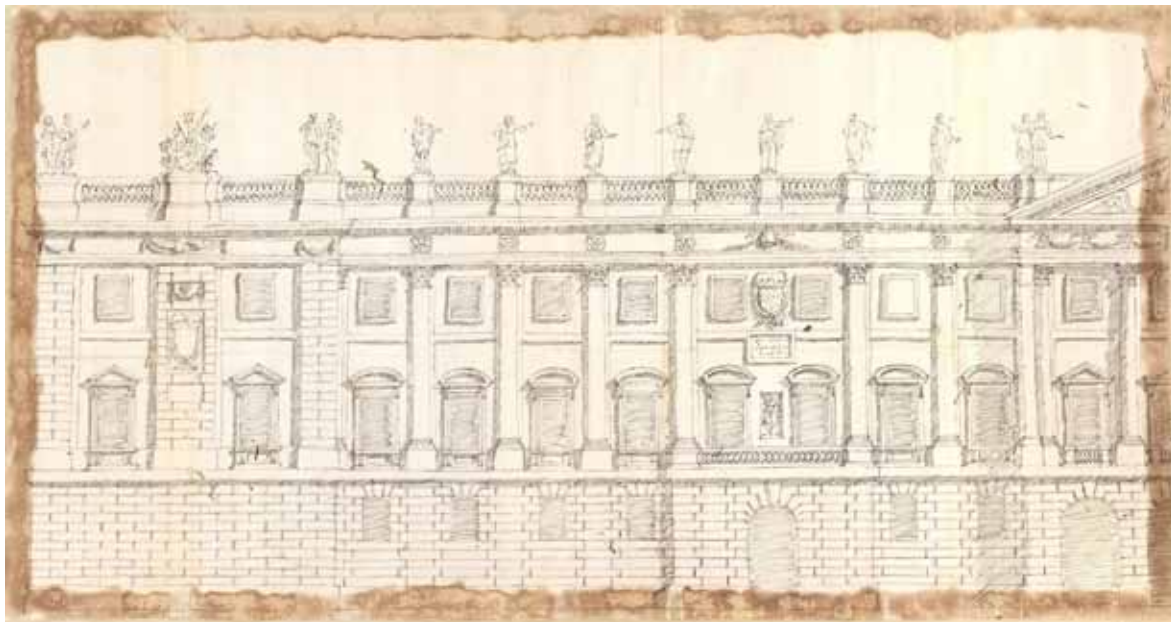
12 Cf. CALADO, Margarida – *op. cit.*, p.185.

13 Cf. CORREIA, José Eduardo Horta – Urbanismo. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, p.513.



**Figura 11**

Planta do projecto original para o Palácio da Ajuda (destacada, a parte edificada). «Planta geral do primitivo projecto do Real Palácio da Ajuda delineado pelo Architecto Civil José da Costa e Silva Lisboa em 1802.



**Figura 12** Esboço para fachada lateral de palácio. Rio de Janeiro, 1805. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Colecção Costa e Silva.



Outros autores, como António Lambert Pereira da Silva, atribuem o projecto do Palácio ao arquitecto José da Costa e Silva. Segundo este autor, *“poderá ter sido José da Costa e Silva, autor do projecto do Teatro de São Carlos, em Lisboa, iniciado por diligência de Pina Manique em 1792, os quais mostram certas semelhanças arquitectónicas, revelando acentuada influência italiana”*<sup>14</sup>.

José da Costa e Silva (1747) começou a sua formação em Lisboa, estudando Engenharia com Filipe Rodrigues e Desenho com o milanês Carlos Maria Ponzoni (mestre de debuxo no Colégio dos Nobres) e, em 1760, viajou para Bolonha, onde continuou o seu tirocínio com Petronio Francelli, após o que seguiu para Veneza. Aí estudou com Carlo Bianchoni. Regressou a Portugal em 1779. Em 1781, começa a leccionar Arquitectura na Aula de Desenho criada por D. Maria. É nomeado Real Arquitecto das Obras Públicas em 1789. Em 1807, parte para o Brasil, a pedido da corte, e aí morre em 1821.

A sua formação italiana é visível nas obras que se lhe conhecem. Foi o autor do Teatro de São Carlos (de cuja ligação ao Intendente já se falou) e do projecto para o Erário Régio, não construído por razões financeiras. É também o autor do Hospício para inválidos militares em Runa, concelho de Torres Vedras, e dirigiu, com Francisco Xavier Fabri, as obras do Palácio da Ajuda.

## 2.2 – Considerações adicionais sobre a autoria do projecto

O regresso tardio de Joaquim Fortunato de Novais (quer consideremos o ano de 1791 ou o de 1794) inviabiliza ou, pelo menos, torna pouco provável, que o plano da nova povoação seja de sua autoria. Contudo, no que diz respeito ao Palácio em particular, é conhecida uma passagem<sup>15</sup> – “Joaquim Fortunato de Novaes, Architecto civil (...) está actualmente

14 SILVA, António Lambert Pereira da – *op. cit.*, p.113.

15 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Manuscritos), Maço 1705, fólio 31.



**Figura 13**

Actual fachada principal do Palácio da Ajuda, 2013.



**Figuras 14 e 15**

Janelas do corpo intermédio e de um torreão do Palácio da Ajuda, 2013.



**Figuras 16 e 17**

Janelas do corpo intermédio, piso térreo e primeiro piso do Palácio do Intendente, 2013.

empregado na construção de hum Palacio, huma Igreja, cuja obra lhe dá honra pelo gosto com que vai edificada.” – de uma carta que o Intendente Pina Manique escreveu a D. Frei Caetano, arcebispo primaz de Braga, datada de 18 de Março de 1803 e que se transcreve integralmente no anexo D. É possível que fosse este arquitecto, efectivamente, o autor do projecto do inacabado Palácio.

Contribui para sustentar esta hipótese a análise de outras obras da autoria de José da Costa e Silva e, também, a sua intervenção no Real Palácio da Ajuda. O ambicioso projecto para este Palácio foi riscado por Manuel Caetano de Sousa, arquitecto vindo da escola barroca, e a sua construção iniciou-se em 1796. Contudo, em 1802, Francisco Xavier Fabri e Costa e Silva foram chamados para conduzir o projecto e a obra. Fortes críticos do desenho de Manuel Caetano, introduziram várias alterações ao projecto original, simplificando-o e adaptando-o ao gosto clássico italiano. É pertinente olhar especificamente para as críticas feitas por Costa e Silva e para as alterações em que estas se traduziram<sup>16</sup>, especificamente no que diz respeito aos óculos, que foram substituídos por janelas quadradas, e à simplificação das janelas dos corpos intermédios da ala nascente – compare-se o desenho das suas cantarias com o desenho das cantarias das janelas dos torreões (de Manuel Caetano e barrocas!).

Olhando para o Palácio de Manique do Intendente, parece evidente que esta procura da «pureza» clássica que Costa e Silva advogava (nos seus escritos, como nas suas obras) não está presente. Lá encontramos uns óculos elípticos, umas janelas com cantarias barroquizantes, um frontão interrompido... Terá, certamente, influência do gosto neoclássico, mas algumas soluções são ainda radicadas na tradição anterior.

---

16 Cf. GOMES, Paulo Varela – *Expressões do Neoclássico*, p.112 a 114.





**Figura 18**

Carta militar da área de Manique do Intendente.

## 2.4 – O significado da experiência (apontamento)

*“Las nuevas ciudades son comunidades planificadas y creadas conscientemente en respuesta a objetivos claramente formulados. La creación de la ciudad como acto de voluntad presupone la existencia de una autoridad u organización suficientemente efectiva para asegurar el lugar, reunir los recursos necesarios y ejercer in control continuo hasta que la ciudad alcance el tamaño viable.”<sup>17</sup>*

A criação de Manique do Intendente é, claramente, fruto de um cuidadoso planeamento ou, pelo menos, de um processo com fins perfeitamente claros em vista. É, certamente, um «acto de vontade». O falhanço na sua implementação deve-se, assim, à falta de condições para, após o impulso inicial, manter o ritmo de crescimento, devendo-se essa situação não só à morte do seu promotor, mas também ao carácter privado da iniciativa. Tinha, certamente, o apoio da Casa Real, mas não um apoio efectivo que poderia ser proporcionado por um programa desenhado dentro do governo central.

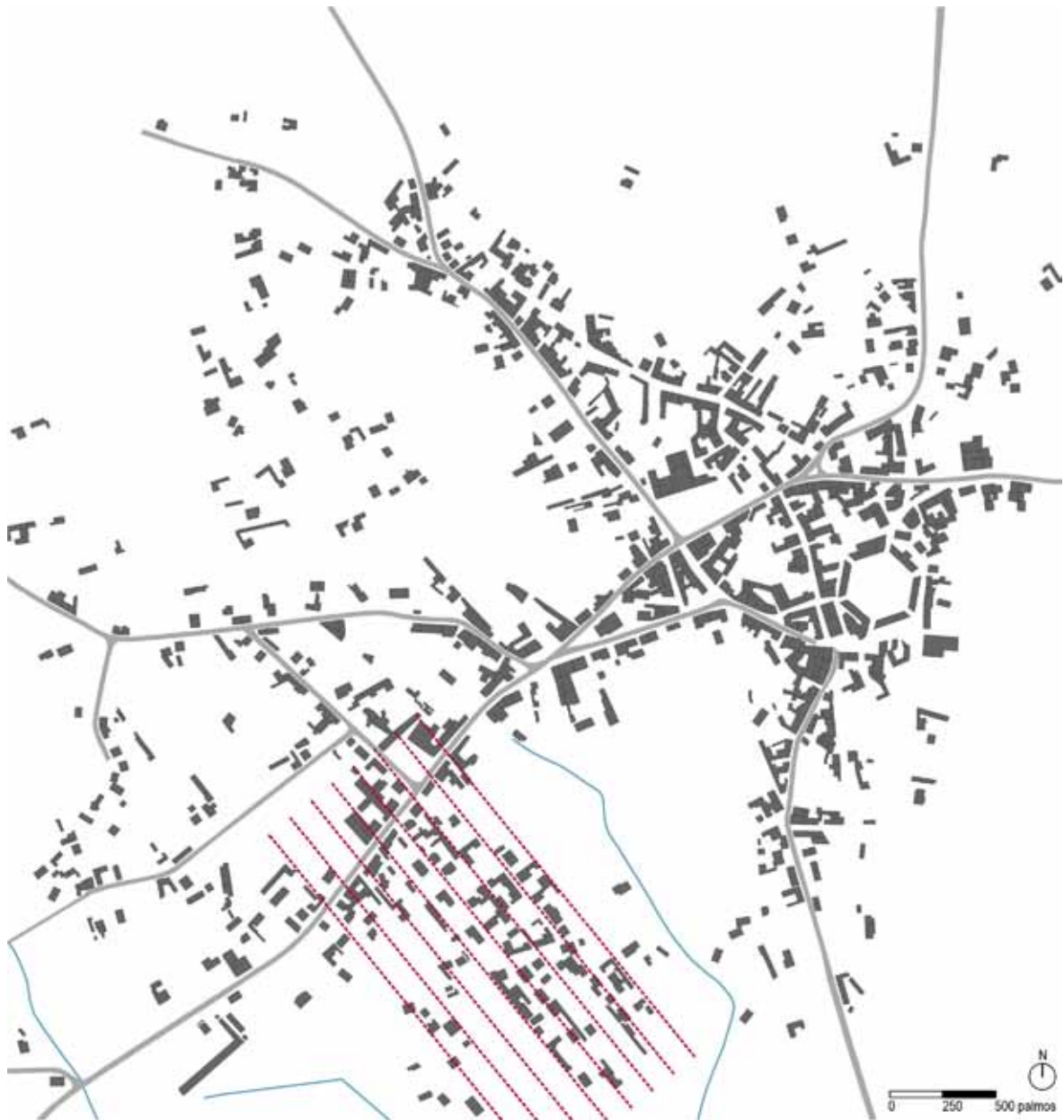
O projecto era, certamente, ambicioso. À construção de Manique juntava-se a pretensão de aí instalar colonos oriundos de outras partes do país com o fim de promover a agricultura e a indústria. Desconhecem-se os pormenores relativos a esta questão mas sabe-se que chegaram a ser aí instalados colonos açorianos<sup>18</sup>. Existiria, a par do projecto para a construção da vila e dos seus edifícios, um projecto económico? Não seria uma originalidade: em Macapá (Brasil), um projecto económico de incentivo à agricultura e pecuária (prevendo-se a doação de gado aos colonos) e à indústria (algodão, seda), acompanhava o projecto urbano<sup>19</sup>. Ou, mais perto, Vila Real de Santo António.

---

17 GALANTAY, Ervin Y. – *Nuevas ciudades*, p.15.

18 Cf. CALADO, Margarida – *op. cit.*, p. 181.

19 Cf. MATTOSO, José ( direcção) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo: América do Sul*, p.502.



**Figura 19**

Esquema que mostra uma malha regular de implantação no cadastro actual na área denominada Ilhas (aproximadamente 130 palmos).



Fontes documentais atestam a instalação de uma manufatura têxtil, com rapazes instruídos na Casa Pia, como já referido. Esta esteve em plena laboração e foram feitos esforços para assegurar o escoamento da produção (veja-se o documento transcrito no anexo B, Decreto de 6 de Maio de 1795). O Intendente diz, a propósito dessa experiência: *“Disseminei também esta mão-de-obra [da Casa Pia] na Vila de Manique do Intendente, movido de zelo patriótico, não só por conhecer que Portugal é contemplado como potência marítima e que necessita de ter brins e lonas como matéria-prima para a sua navegação, e ficar independente de estrangeiros.”*<sup>20</sup>

Ainda antes da publicação do alvará régio de criação de Manique do Intendente, em 1791, já o Intendente havia encetado o processo. De facto tal fica patente no texto do alvará (ver anexo A) – *“se tem tão bem empregado, como util, e bom vassallo em promover a População, e Agricultura, principalmente no termo de Santarem, onde tem principiado a povoação denominada de Alcoentrinho; repartindo habitações e terras a diferentes casaes dos moradores, que com muita despeza tem convocado(...)”*.

---

20 Cit. por NORTON, José – *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*, p.47. (Nota da autora: sem referência à fonte original)



**Figura 20**

Fotomontagem da Praça dos Imperadores.



## Capítulo 3 – Os edifícios

### 3.1 – Resumo da investigação anterior (descrição e enquadramento)

Ficam registadas, neste sub-capítulo, as informações e dados já apresentados em trabalho anterior.<sup>1</sup>

A nova povoação incluía um Palácio com Igreja Paroquial integrada, Casa de Câmara e Cadeia, casas para juízes e vereadores e, naturalmente, casas comuns para a população. Estava também pensada a instalação de manufacturas, tendo chegado algumas a funcionar, como já referido. Estaria também presente uma forte ligação à agricultura.

O que hoje se pode observar é um Palácio inacabado, ponto focal de uma das estradas que dá acesso à vila, e uma vasta praça hexagonal – a Praça dos Imperadores. Nesta, apenas cinco lados foram construídos. Aí situada, a norte, a Casa de Câmara e Cadeia alberga hoje um Centro de Dia em parte do edifício estando o restante vago desde o encerramento do Posto da Guarda Nacional Republicana, em 2008. A Igreja e parte das instalações anexas estão em funcionamento.

Não obstante as alterações evidentes sofridas, há ainda elementos que permitem reconstituir o desenho original das habitações que compõem a Praça dos Imperadores. Plantas, cortes e alçados evidenciam regras proporcionais habituais em exemplos portugueses da época. Acerca deste estudo e dos exemplos que lhe serviram de base, remete-se para a investigação anterior, de onde se recuperam os desenhos apresentados na página seguinte.<sup>2</sup>

A Casa de Câmara e Cadeia é um edifício de dois pisos, cuja fachada principal é animada por seis pilastras e por um frontão triangular, com as armas do Intendente Pina Manique

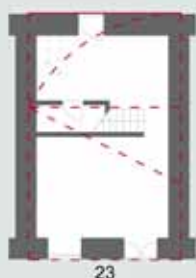
---

1 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 17 et seq.

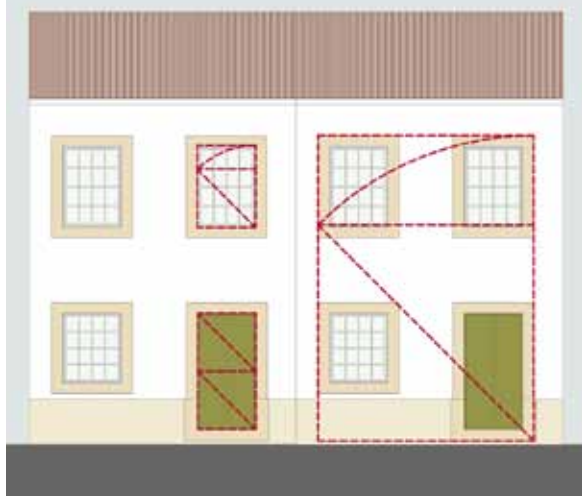
2 *Ibidem*, p. 73 et seq.



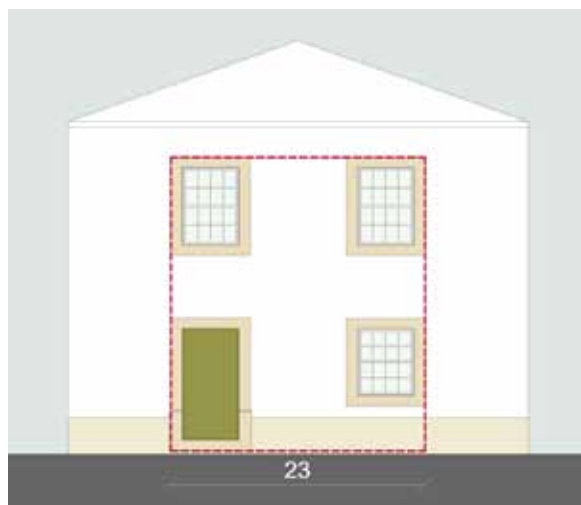
**Figura 21:** Implantação rectangular, com medidas que correspondem à proporção de ouro; secção transversal inserida num quadrado; alçado com proporção de ouro.



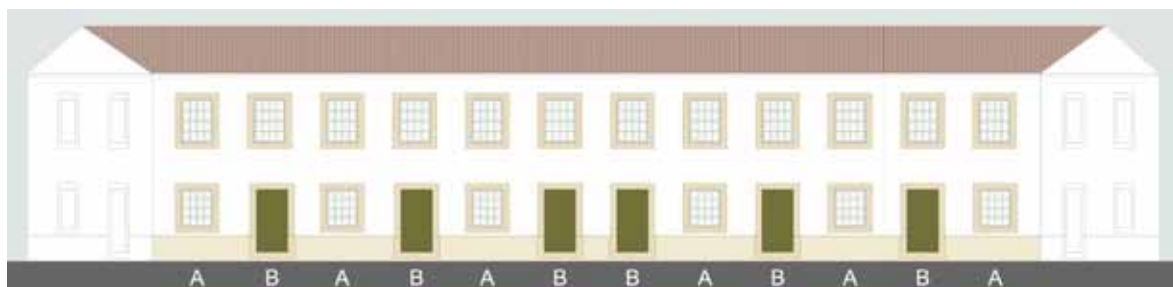
**Figura 22:** Fachadas das traseiras: cada porta e janela de um fogo, sobrepostas, agrupam-se às do fogo adjacente, ocupando uma faixa de aproximadamente 23 palmos. Esta medida repete-se no espaço intermédio. As portas, com quatro palmos de largura por oito palmos de altura, mantêm a relação proporcional das portas da fachada oposta (duplo quadrado).



**Figura 23:** Relações proporcionais nas fachadas principais.



**Figura 24:** Fachadas laterais: os vãos ocupam uma faixa de 23 palmos, ao centro.



**Figura 25 :** Alçado conjunto da fachada principal: fica patente um esquema de janela-porta alternadas que se espelha a partir do centro num esquema A-B-A-B-A-B-B-A-B-A-B-A (em que A é janela e B é porta).

no tímpano. Este liga-se aos corpos laterais por intermédio de aletas. O portal de verga recta está associado a um grande janelão do primeiro piso. O corpo axial possui janelas de peitoril rectangulares no piso térreo e, no piso superior, janelas semelhantes com verga ligeiramente curva. Nos panos laterais observam-se janelas rectangulares simples. Ao lado direito abre-se um portão em arco de volta-perfeita, ao nível do rés-do-chão. As extremidades são marcadas por cunhais em pedra, rematados por pináculos.

No interior, um vestíbulo rectangular, coberto por abóbada abatida, serve uma escadaria nobre, decorada com azulejos, que conduz ao piso superior. Esta escadaria é iluminada por três janelões. No segundo piso, as salas comunicam entre si, possuindo aquelas que se encontram no corpo central tectos em masseira pintados. A análise das características e do enquadramento deste edifício foi já realizada, remetendo-se para esse trabalho.<sup>3</sup>

No que ao Palácio diz respeito, o edifício possui piso térreo e piso nobre, separados na fachada por um friso em pedra. Todo o edifício tem um embasamento também com revestimento em pedra, que marca a diferença entre a cota do pavimento exterior e a cota do piso térreo, elevado em relação ao exterior.

As janelas, de grandes dimensões, possuem avental em pedra trabalhada no piso nobre. Acima das duas filas de janelas, abrem-se óculos elípticos, que interrompem a linha inferior da cornija. Acima desta, corre uma balaustrada pontuada por estátuas sobre socos.

A igreja destaca-se na parte central da fachada principal. Acede-se ao seu interior através de escadaria e galilé com 3 arcos de volta perfeita e tecto abobadado. Por cima da galilé, uma tribuna abre-se ao exterior por 3 janelas de sacada encimadas por frontão triangular para uma varanda com balaustrada (abre também para o interior do espaço de culto). Este corpo central é encimado por frontão curvo ligeiramente abatido e um obelisco.

---

<sup>3</sup> MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 19 et seq.



**Figura 26 (em cima)**

Fachada principal da Casa de Câmara e Cadeia, 2013.



**Figura 27 (ao lado)**

Fachada principal do Palácio, 2013.



**Figura 28 (em baixo)**

Fotomontagem da fachada lateral do Palácio (poente), 2013.

Os corpos laterais são animados por um conjunto de porta em arco de volta-perfeita em rusticado, no piso térreo, e varanda com janela de sacada encimada por frontão triangular no piso nobre, ao centro. No topo existente, um conjunto semelhante remata a construção: porta em rusticado, no piso térreo, e varanda com janela de sacada encimada por frontão triangular no piso nobre. As secções intermédias, em alvenaria de pedra preparada para receber revestimento em reboco, contribuiriam para salientar esses elementos de uma forma mais efectiva que aquela que hoje se vê – a cor da pedra homogeneíza todas as superfícies.

A fachada lateral existente mostra uma composição mais simples. Apresenta o mesmo conjunto com rusticado no topo e os mesmos dois pisos, com janelas e óculos semelhantes aos da fachada principal. Uma porta com cantarias, em tudo semelhantes às das janelas, dá acesso ao interior, associando-se-lhe uma pequena escadaria.

### **3.2 – Proposta de reconstituição do Palácio**

#### **3.2.1 – Estudo anteriormente realizado**

Em trabalho anterior<sup>4</sup> foi ensaída uma reconstituição do desenho das fachadas do palácio. Recuperam-se os dados que serviram de base a essa reconstituição e que serviram agora para avançar um pouco mais na proposta apresentada neste sub-capítulo.

O modelo tipológico do Palácio de Manique do Intendente não é comum. A conjugação de uma igreja paroquial – e não uma capela privada –, em posição de destaque central, num palácio (não régio) é original. Podem, no entanto, citar-se alguns exemplos que, de algum modo, apresentam similitudes com este.

O Hospício de Runa, atribuído ao arquitecto José da Costa e Silva, de que se falou anteriormente, apresenta no centro da composição um corpo destacado, a igreja, acessível

---

4 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 76 et seq.





**Figura 29**

O Palácio de Manique do Intendente em meados do século XX.



**Figura 30:** fachada principal do Palácio. Em primeiro plano, as estruturas construídas na década de 1980.



**Figura 31:** vestígios do arranque de abóbada em alvenaria de pedra (átrio que conduz à escada de aparato).

através de uma galilé. Acima desta, uma tribuna permite que se assista às celebrações religiosas, possuindo três janelas abrindo para o espaço cultural e outras três abrindo ao exterior. A esta tribuna acede-se a partir de duas salas contíguas, a cada lado. Estas abrem para as escadarias que ligam os três pisos. Ocupando um rectângulo com 456 palmos de frente e 280 palmos de profundidade, o edifício desenvolve-se em quatro «alas» e três pisos, tendo dois pátios internos. Em frente à construção, abre-se um largo onde desemboca uma alameda com 170 metros, a eixo da Igreja<sup>5</sup>. São claras as semelhanças de organização funcional.

Salvaguardadas as diferenças no que toca à escala, também se pode apontar o Palácio-Convento de Mafra<sup>6</sup> como modelo próximo ao do caso em estudo. Um conjunto compacto, com igreja em posição central e torres marcando as extremidades. Em Mafra, as duas alas que ladeavam a igreja estavam atribuídas uma, ao rei, a outra, à rainha. No Palácio de Manique é difícil justificar a opção de duas alas, ambas possuindo uma entrada principal com acesso a escadaria de honra. Não é possível saber se, programaticamente, tal se poderia justificar ou, se se trata simplesmente de um reforço do carácter representativo e simbólico deste conjunto: a sua feição monumental sobrepor-se-ia, assim, ao uso.

### 3.2.2 – Considerações adicionais e proposta

O Palácio, cuja construção nunca foi finalizada, encontra-se em mau estado de conservação. Às áreas devolutas e com evidente falta de manutenção, juntam-se uma série de intervenções de qualidade duvidosa, feitas na década de 80 do passado século e abandonadas incompletas, que contribuíram para a degradação da integridade física e tipológica do edifício. Estão, de momento, a ser finalizados trabalhos de conservação e restauro na nave da igreja.

5 Cf. ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Souza – *Descrição do real asylo de inválidos militares em Runa*, p. 110.

6 Cf. CORREIA, José Eduardo Horta – *op. cit.*, p.512.



**Figuras 32 e 33:** pormenores da cobertura actual da nave da igreja, 2013.



**Figura 34:** interior da igreja (à direita, trabalhos de conservação e restauro num dos altares laterais), 2013.



**Figura 35:** Escada em compartimento contíguo à nave da igreja, 2013.



A igreja possui uma só nave, sem capelas laterais, e capela-mor rectangular. É decorada com fingidos de mármore polícromos e molduras, frisos e pilastras em cantaria de pedra. A nave possui quatro altares laterais (dois em cada lado), enquadrados em recessos na parede e marcados por arcos de volta perfeita em cantaria trabalhada. O tecto é em abóbada de berço, com lunetas dotadas de janelas termais que iluminam tanto a nave, como a capela-mor, superiormente. Um óculo sobre a tribuna da entrada também ilumina a nave. Esta possui ainda quatro janelas a um nível superior, a que correspondem quatro portas ao nível térreo. Uma das portas, à esquerda da entrada, dá acesso a um pequeno compartimento que alberga a pia baptismal. A porta simétrica a esta encontra-se entaipada. As duas que se abrem junto à capela-mor dão acesso a compartimentos contíguos e, através destes, ao exterior. Quanto às janelas, três actualmente abrem directamente ao exterior mas tal parece resultar apenas da não finalização do projecto. Também na capela-mor, duas tribunas, a cada lado, permitiriam uma ligação visual com o espaço de culto. Estas estão actualmente semi-encerradas por paredes de alvenaria.

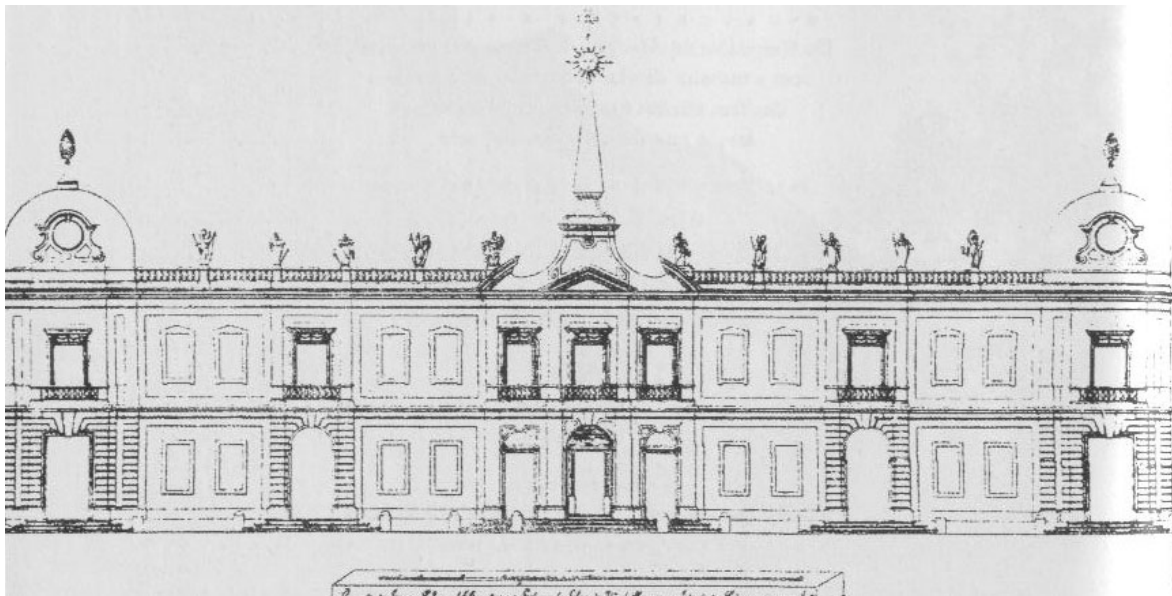
Num compartimento contíguo à nave, do lado esquerdo, existe uma escada que penetra na espessura da parede. Parece ter-se tratado do acesso a um púlpito. Não é possível saber se faria parte do projecto inicial, nem há, hoje, qualquer vestígio de uma eventual abertura para a nave.

A estrutura e o forro da cobertura actualmente existentes são em madeira, mas é possível que se tivesse previsto uma abóbada em alvenaria, a exemplo dos vestígios de arranques que ainda se podem ver noutras áreas do palácio.

As propostas de reconstituição apresentadas em trabalho anterior<sup>7</sup> foram agora aperfeiçoadas, tendo sido possível uma visita a espaços interiores aos quais não foi possível aceder nessa altura.

---

7 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 76 et seq.



**Figura 36**

«Prospecto da Igreja e Palacio do Donatario e Senhor de Solar da V.a de Manique do Intendente e Padroeyro da mesma Ig.a».



**Figura 37**

Traseiras da igreja, 2013.



**Figura 38**

Aspecto da zona do pátio, 2013.

Serviu também de base de trabalho, tal como anteriormente, um desenho que surge publicado em vários locais<sup>8</sup> (e também no sítio do IHRU), sem ser referida a sua fonte. A legenda identifica-o como *Prospecto da Igreja e Palácio do Donatário e Senhor do Solar da V<sup>a</sup> de Manique do Intendente padroeyro da mesma Igr<sup>a</sup>*. O desenho apresenta algumas diferenças relativamente ao que podemos hoje ver. O frontão interrompido que encima o corpo central é diferente, mas esse perfil pode ver-se no frontão curvo que foi construído – poderá ter-se tratado de uma alteração posterior ou em obra, possivelmente para reforço estrutural do elemento. Estão ausentes os óculos nas fachadas. Quanto às cúpulas que aí se podem ver, encimando os elementos dos topos, provavelmente a construção não chegou a fazer-se.

A fachada principal está praticamente completa, sendo a secção em falta facilmente reconstituída a partir do existente. Retoma-se a forma quebrada do frontão que remata o corpo da Igreja, acentuando a verticalidade proporcionada pelo obelisco e rematam-se os topos com cúpulas, à imagem do desenho conhecido.

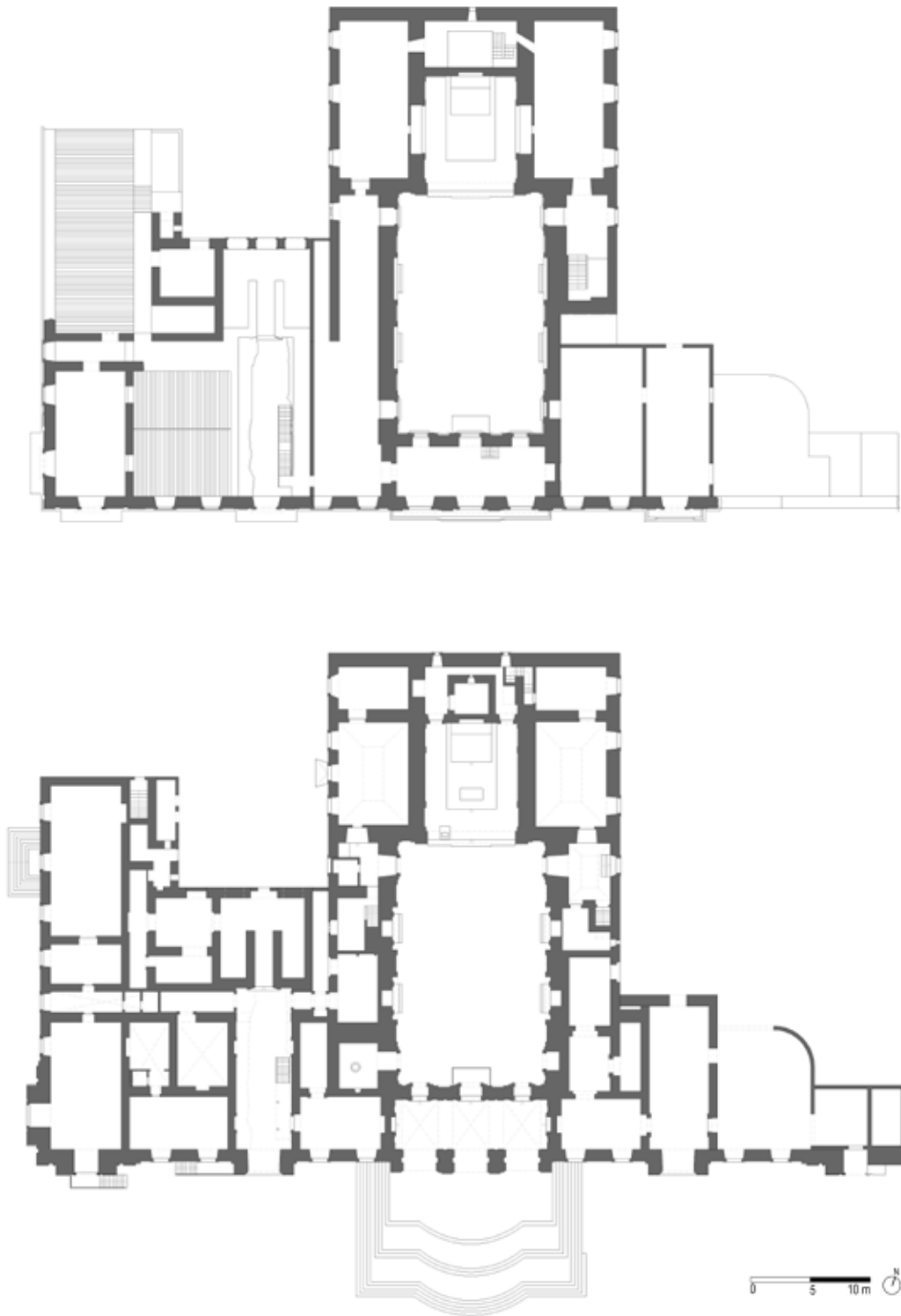
Em relação à fachada lateral, foi desenhada partindo da premissa de que a porta existente marcaria um eixo de simetria (os nembos que a ladeiam são maiores que os restantes, parecendo indicar uma situação de excepção nesse vão específico).

Deste modo, resulta uma mancha de implantação de cerca de 70 metros de frente por 49 de profundidade (317 por 221 palmos). Esta proporção corresponde aproximadamente a um rectângulo  $\sqrt{2}$ . A profundidade assim obtida ultrapassa a profundidade actual do corpo da igreja. A fachada exterior da cabeceira possui apenas pequenas aberturas em três níveis, e não tem, claramente, um tratamento de fachada voltada ao espaço público. Não é possível

---

<sup>8</sup> *A Questão dos Foros de Manique do Intendente e as Causas que a Motivaram*; SILVA, António Lambert Pereira da – *op. cit.*; SOLEDADE, Arnaldo F. – *op. cit.*; NORTON, José – *op. cit.*

Nota da autora: o desenho encontra-se na Junta de Freguesia de Manique do Intendente. Não parece ser um desenho da época, talvez se trate de uma cópia posterior.



**Figuras 39 e 40**

Levantamento do Palácio, plantas do piso térreo (em baixo) e primeiro piso (em cima).

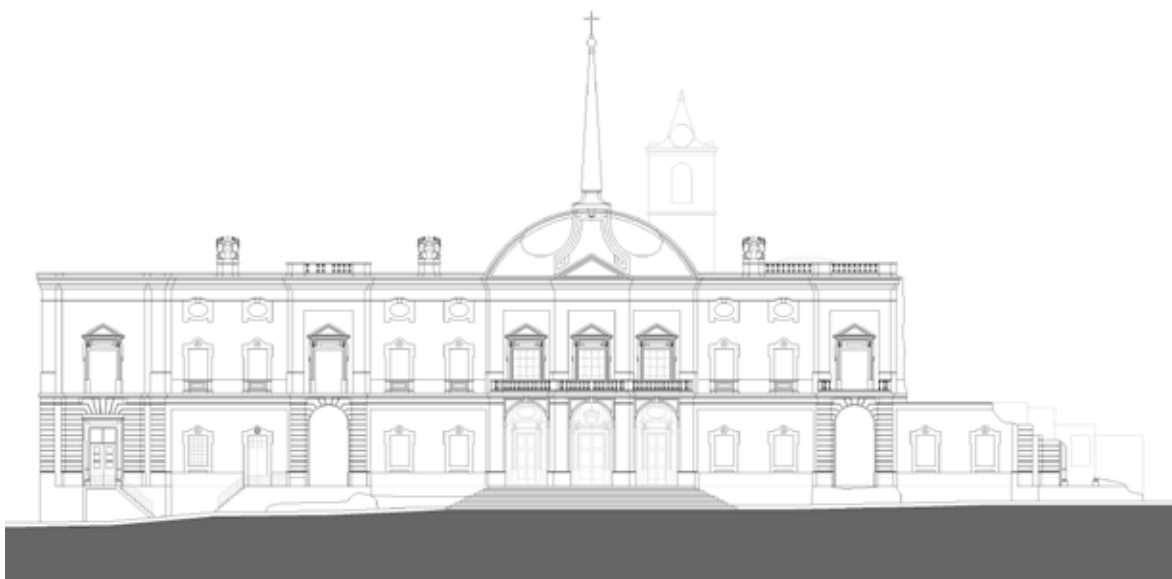
apurar se estas foram feitas posteriormente ou qual a sua função. Admite-se a hipótese de esta fachada ficar encostada a um corpo que fecha o conjunto nesse lado, constituindo-se numa quarta ala do conjunto. Qual o seu carácter e que relações estabelecia com a área envolvente? Pode supor-se que existiria uma quinta ou jardim, ou alguma relação com o território ou, também, o enquadramento de uma via de aproximação à vila pelo lado norte. Fica em aberto.

Esta quarta ala tem também uma justificação funcional: permitia a ligação entre os dois corpos laterais (poente e nascente) de uma forma mais reservada. As ligações existentes, pela ala sul, fazem-se pela galilé da igreja, exteriormente, e pelo coro-alto/tribuna, sendo esta a única ligação interior. Por outro lado, não são visíveis estruturas que indiquem que qualquer dos espaços construídos fosse destinado a áreas de apoio, como a cozinha, por exemplo. Estaria porventura a ala norte do palácio reservada para tais fins.

É óbvia a existência de dois pátios simétricos, como simétrica parece ser a disposição interior dos compartimentos. Foi também a partir dessa premissa que se reconstituiu a planta que agora se apresenta.

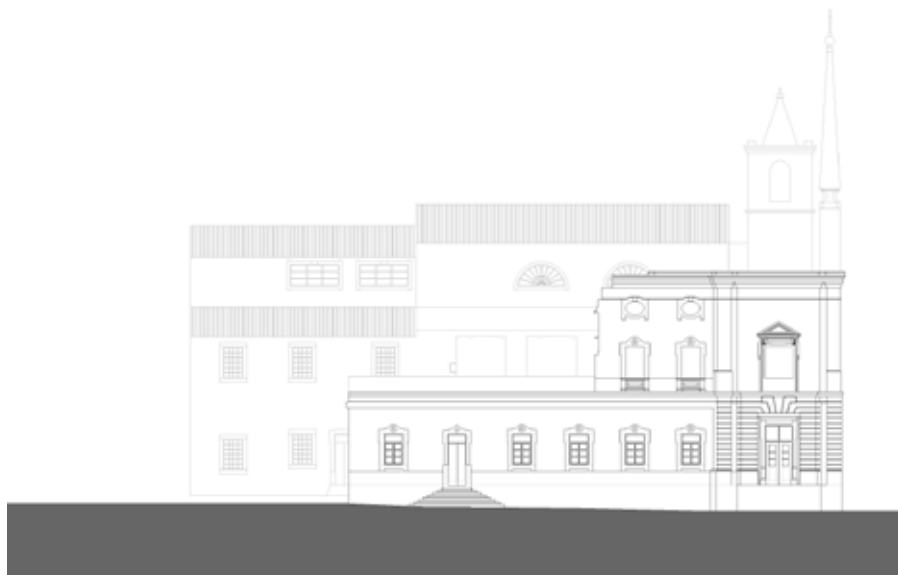
O acesso à ala sul faz-se pela galilé, lateralmente, e pelos dois corpos com tratamento diferenciado (revestimento em pedra), a cada lado do corpo da igreja. Os corpos centrais dão acesso a um átrio onde é possível perceber a existência de uma cuidada decoração em cantaria de pedra trabalhada e um tecto abobadado. Deste passa-se a uma escadaria nobre, dando acesso ao piso superior. Também aqui, as janelas possuem cantarias trabalhadas (com um desenho mais elaborado virando ao interior, sendo lisas na face exterior, virada ao pátio).

As circulações interiores fazem-se não só entre salas e átrios ou ante-câmaras, mas também por corredores, ainda perfeitamente reconhecíveis nas estruturas existentes.



**Figura 41**

Levantamento do Palácio, fachada principal.



**Figura 42**

Levantamento do Palácio, fachada lateral.

A disposição interior do primeiro piso parece corresponder, em linhas gerais, à do piso inferior. A comunicação visual com a igreja fazia-se, não só pela já referida tribuna na ala sul, mas também por duas janelas a cada lado da nave e por duas tribunas que abrem para a capela-mor, como já referido.

Os dois pátios teriam um carácter sobretudo de serviço, indiciado pelo tratamento simples das cantarias das janelas existentes e pela existência de vãos de reduzidas dimensões. Teriam forma rectangular, com aproximadamente 14 por 18 metros. Num dos cantos o rectângulo é interrompido por um corpo com pequenos vãos (frestas) que poderia albergar, possivelmente, escadas de serviço. Este corpo cria um elemento estranho no formato do pátio, tornando-o irregular: poderia existir aqui um acesso ao primeiro piso por escadaria exterior?

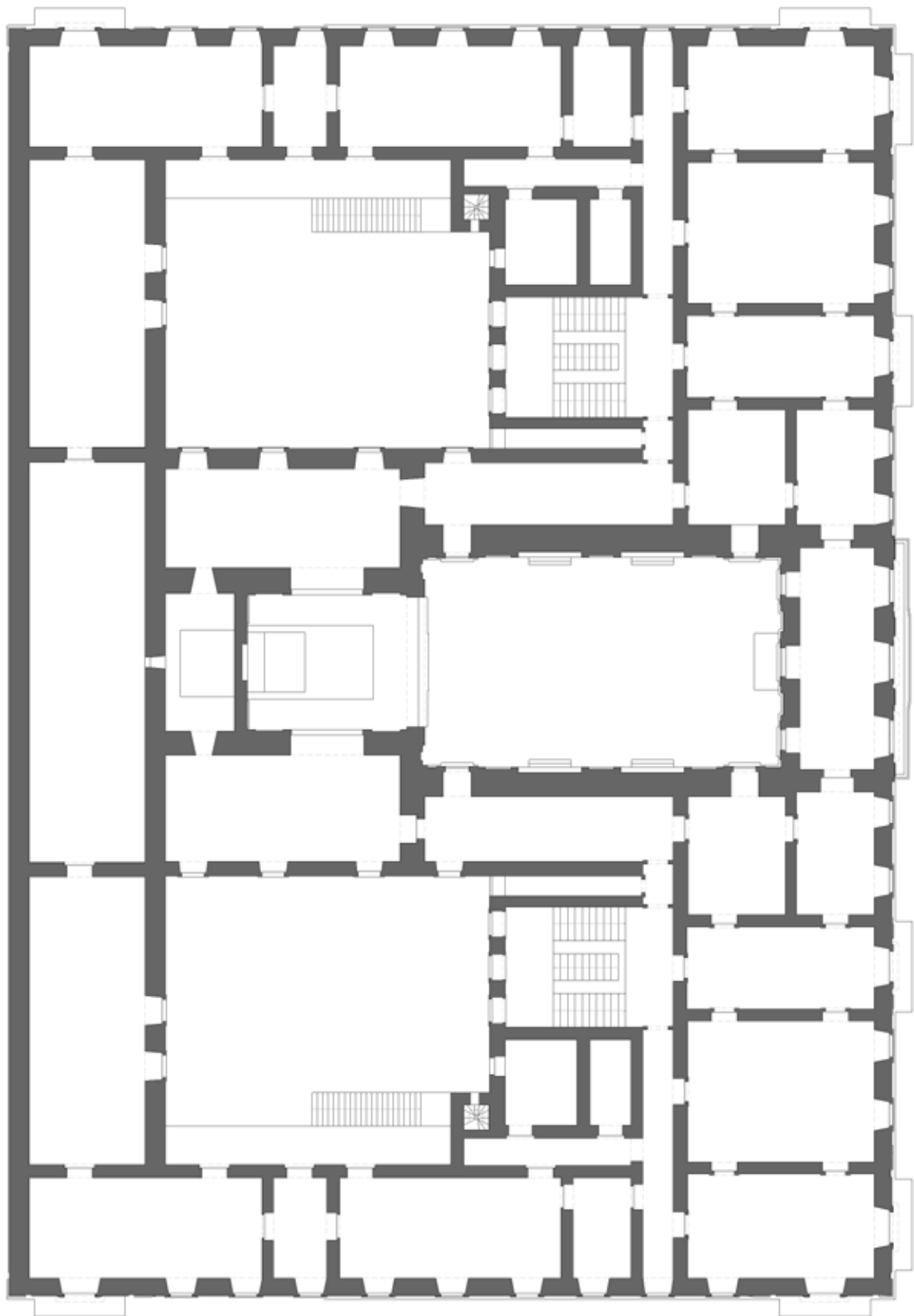




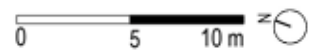
**Figura 43:** Reconstituição do Palácio, fachada principal.

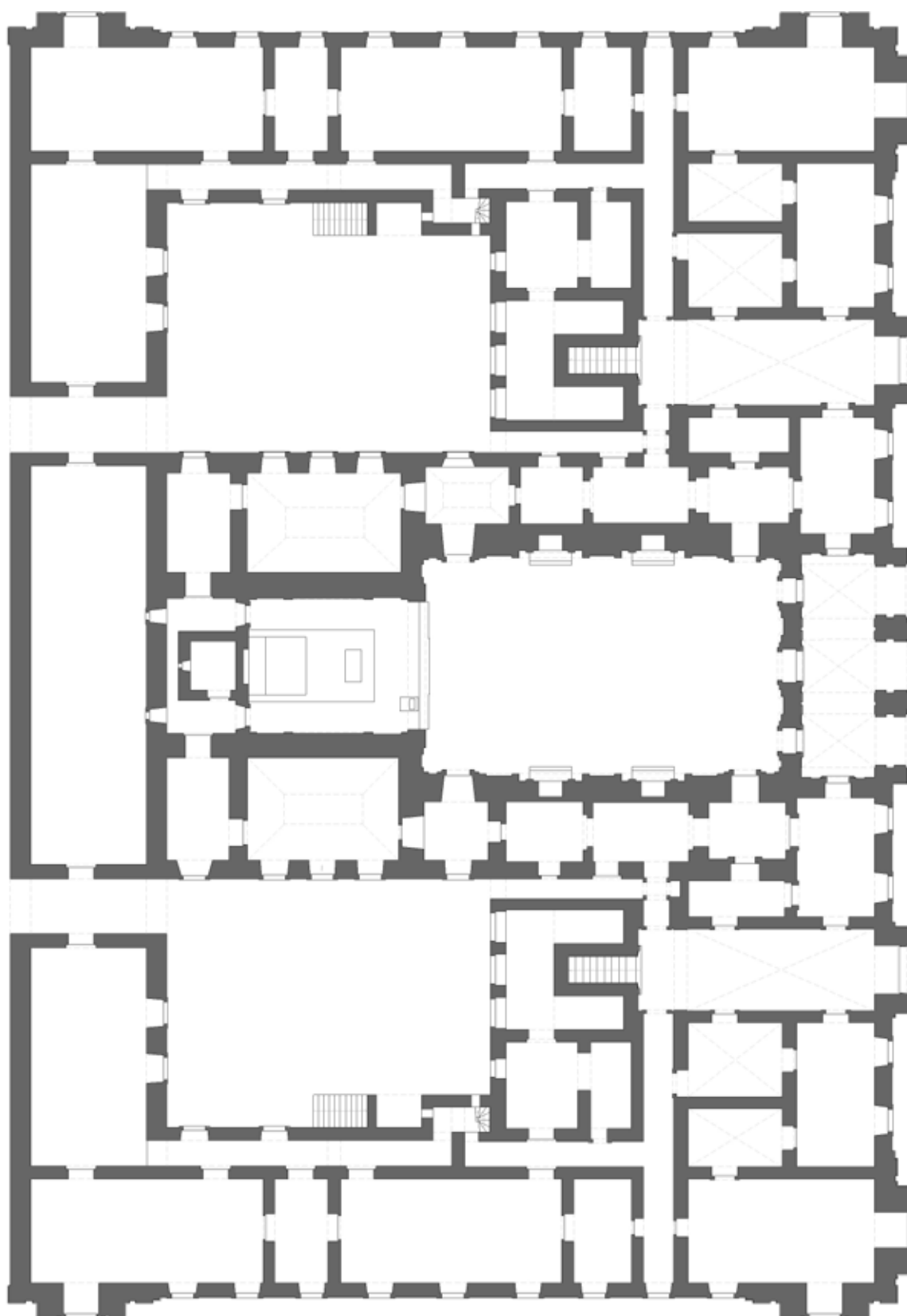


**Figura 44:** Reconstituição do Palácio, fachada lateral.



**Figura 45:** Reconstituição do Palácio, planta do primeiro piso.





**Figura 46:** Reconstituição do Palácio, planta do piso térreo.



**Figura 47**

Painéis de azulejos que identificam as ruas que saem da Praça dos Imperadores.

---

## Capítulo 4 – O desenho da vila

### 4.1 – Resumo da investigação anterior (descrição e enquadramento)

No trabalho de investigação anteriormente realizado<sup>1</sup> foram apresentadas propostas de reconstituição do eventual projecto de traçado urbano de Manique do Intendente. Foi feita uma análise comparativa com exemplos de produção urbana, e urbanística, da época e antecedentes. Mantém-se desconhecidos os desenhos que terão sido produzidos na altura.

Serviram de base para análise as experiências pombalinas (a Baixa de Lisboa, Vila Real de Santo António e, ainda, Porto Covo) e as diversas experiências em território brasileiro, mas é evidente que a sua génese é híbrida e aí encontramos aspectos que não estão, pelo menos de forma evidente, presentes nestes exemplos.

Recuperando as palavras de Walter Rossa: “encontramos nesta vila um misto de impacto paisagístico barroco e de urbanismo neoclassicizante”<sup>2</sup>.

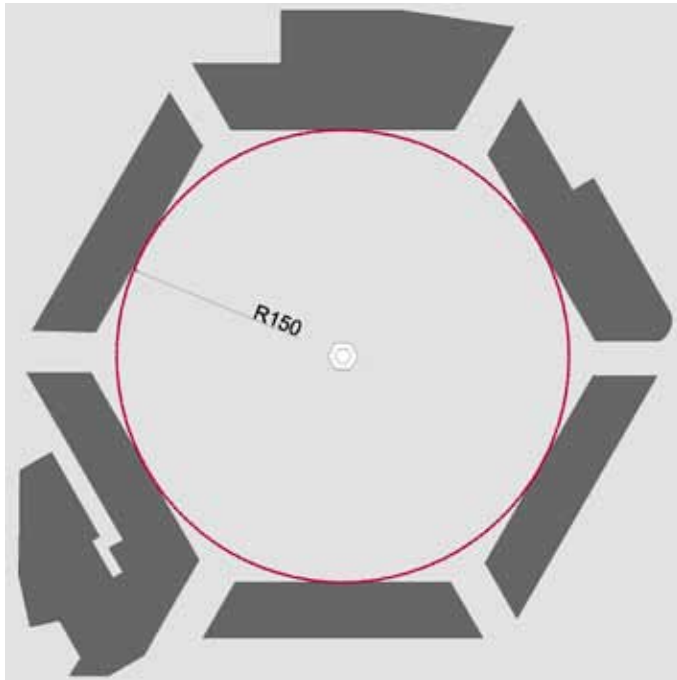
Entre os alçados urbanos dos elementos construídos na grande praça hexagonal, de composição geométrica muito clara e cuidada, filiáveis nos exemplos pombalinos e na longa e sóbria tradição da engenharia militar, e o conjunto Palácio-Igreja há claras diferenças. A relação estabelecida entre o Palácio e o território envolvente, física e simbolicamente, recua à utilização barroca de pontos focais como dinamizadores do tecido construído e como ligação à paisagem natural.

A toponímia escolhida para as ruas (denominadas segundo imperadores romanos: César, Justiniano, Augusto, Trajano e Sertório<sup>3</sup>) também é alheia, e de algum modo surpreendente, às experiências do urbanismo português. A toponímia tem um papel importante, a nível

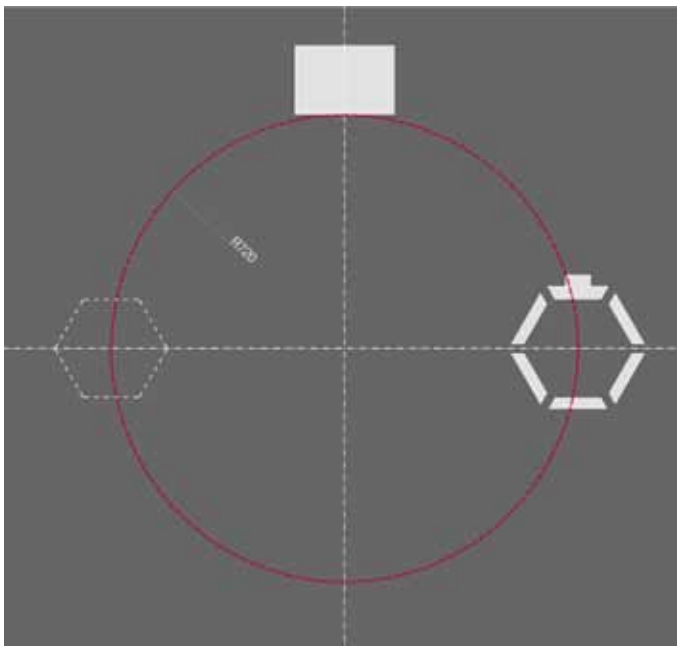
1 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 59 et seq.

2 ROSSA, Walter – *op. cit.*, p.314.

3 Na realidade, Sertório foi general, não Imperador, tendo actuado na Península Ibérica.

**Figura 48**

A Praça dos Imperadores tem uma área aproximada de 3800m<sup>2</sup>. De forma hexagonal, nela pode inscrever-se um círculo com 300 palmos de diâmetro. Os seis lados medem cerca de 142 palmos (31m).

**Figura 49**

Esquema que mostra a posição relativa do Palácio e da Praça dos Imperadores.



simbólico e, mesmo, hierarquizador, e raramente é deixada ao acaso. Nas vilas e cidades fundadas (ou re-fundadas) no Brasil, o nome das povoações está muitas vezes ligado à Casas Real, assim como as ruas e praças – em Macapá, a título de exemplo, as praças homenageiam santos ligados aos reis (o actual e o seu antecessor) e o Marquês de Pombal, São João, São José e São Sebastião, respectivamente. Em Vila Real de Santo António, por exemplo, ruas e praças homenageiam a família real.

É difícil encontrar um paralelo imediato no urbanismo português coevo para esta actuação dual. Podem ver-se, no entanto, algumas características formais comuns em algumas experiências além-fronteiras, como as novas povoações espanholas resultantes da colonização da Serra Morena e Andaluzia, assunto que, pela sua pertinência, é retomado adiante.

#### 4.1.2 – Propostas anteriormente apresentadas

O estudo já desenvolvido para reconstituir o traçado urbano<sup>4</sup> tem um carácter necessariamente especulativo. Baseia-se nas estruturas construídas e numa análise de possíveis modelos estilística e temporalmente próximos. Desconhecem-se desenhos do plano da vila, indispensáveis para validar as propostas já apresentadas e que agora se retomam.

As propostas de traçado partem de dois elementos fundamentais: o eixo focado no palácio e a praça hexagonal. O posicionamento desta em relação ao palácio e ao referido eixo, faz acreditar que pudesse existir uma segunda praça, em posição simétrica. Esta praça justificaria-se não só pelo reforço do eixo referido, que se transforma assim também num eixo de simetria regulador do traçado, como pela habitual especialização funcional característica das praças portuguesas. Admite-se a hipótese desta segunda praça possuir equipamentos

---

4 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*, p. 66 et seq.



**Figura 50**

«Planta Da Villa de S. José do Macapa tirada por ordem do Illmo e Ex.mo Snr. Manoel Bernardo de Mello e Castro Gov.or e Capp.am General do Estado do Para & c. em Anno de 1761 pello Capitão Engo Gaspar João de Gronfelde», Gaspar João de Gronfelde, 1761.

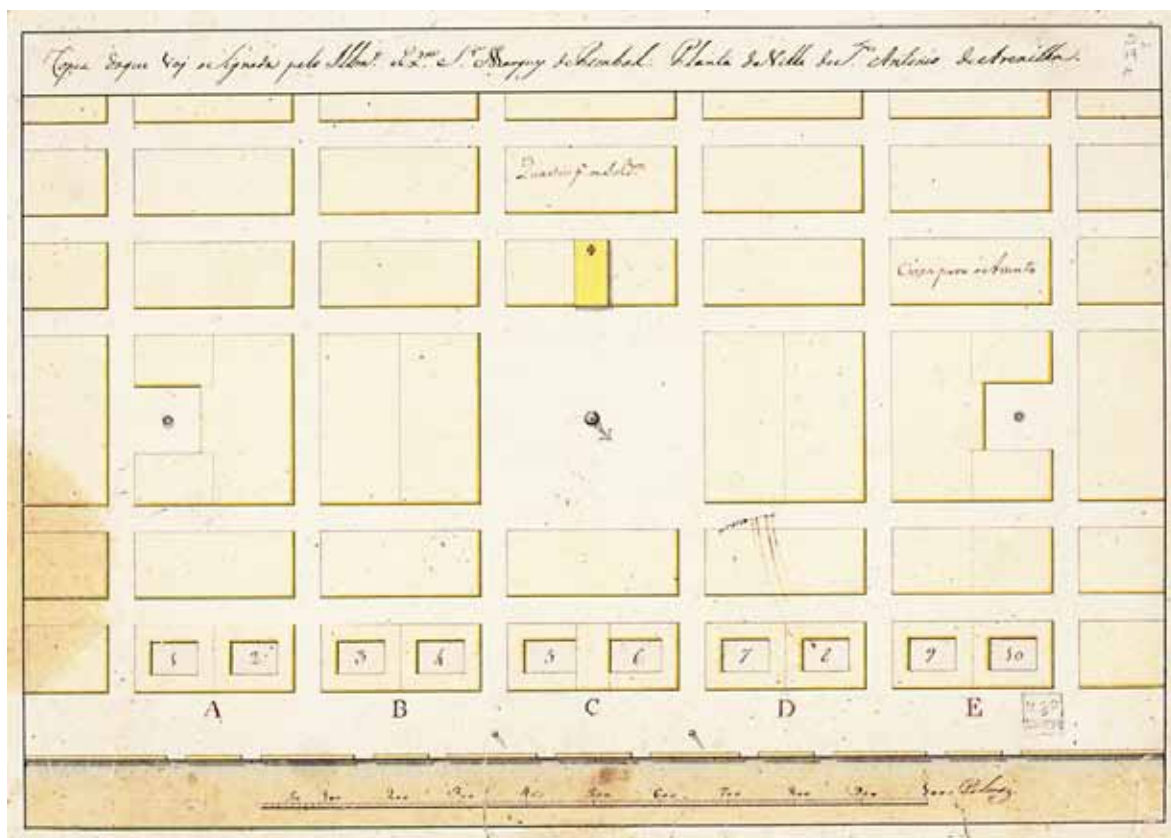
relacionados com as actividades comerciais e artesanais (mercado, açougue), sendo a praça dos Imperadores reservada ao poder público (Casa de Câmara e Cadeia) e a terceira praça junto ao Palácio/Igreja estar ligada ao poder senhorial e espiritual.

As duas praças hexagonais não só reforçariam o eixo de simetria ligado ao Palácio/Igreja, como seriam, dentro do traçado urbano, pontos de bi-polaridade e equilíbrio interno do desenho – o que acontece, em certa medida, também nas vilas brasileiras de Macapá (1751-58) e Silves (1759) e, em Espanha, em El Ferrol (plano aprovado em 1762). Em Vila Real de Santo António, são três as praças, sendo a central a maior e mais importante e as outras duas em posição simétrica têm um papel semelhante aos casos anteriores. Idêntico papel têm as três praças da brasileira Portalegre (1772).

A especialização funcional do tecido urbano é prática comum nas experiências urbanísticas portuguesas, assim como a implantação dos edifícios mais importantes (não só equipamentos públicos, como casas nobres e conventos) preferencialmente nas ruas principais – indiciando uma hierarquização das mesmas – e nas praças. A tratadística reflecte também estas preocupações, sendo referidas por Figueiredo Seixas (*Tratado de Ruação*) e Carvalho Negreiros (*Jornada pelo Tejo*).

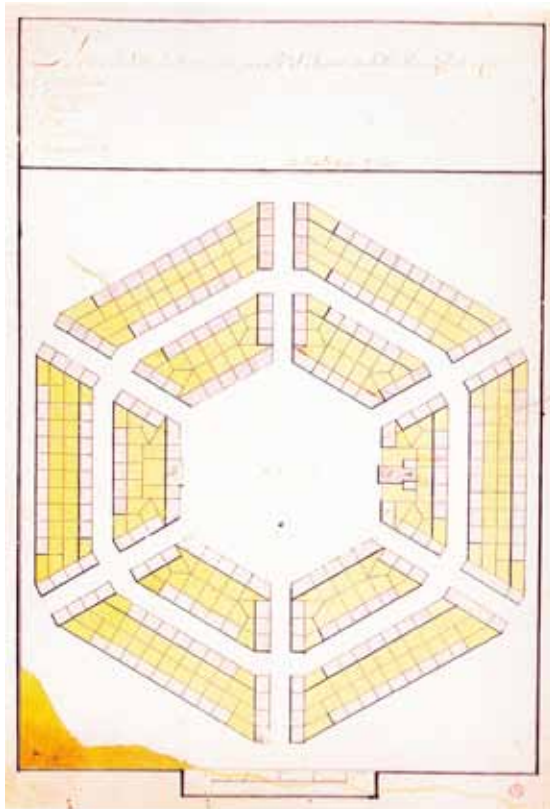
Embora sem elementos definitivos de suporte a esta proposta, seria quase certa a existência de outra praça frente ao palácio e, à semelhança do que sucede no plano de Porto Covo, também a entrada da povoação poderia possuir uma espécie de «sala de entrada».

Não há dados suficientes para saber se o plano para a nova vila era «fechado» ou permitia a sua expansão posterior. Do mesmo modo, não é possível saber qual a dimensão da nova povoação. Contudo, em relação à segunda questão, a proposta de reconstituição parte de alguns modelos possíveis: os exemplos construídos (ou projectados) e os dados constantes nos textos acima referidos.



**Figura 51 (em cima)**

«Copia do que vai assignada pelo Illm.o e Ex.mo S.r Marquez de Pombal: Planta da Villa de S.to António de Arenilha», [c.1775].



**Figura 52 (ao lado)**

«Planta da Villa de Serpa erigida pelo Ill.mo Sr Joaquim de Mello e Povoas Gov.or desta Cap.nia», Filipe Strum, [séc. XVIII].

A dimensão das povoações aparece muitas vezes ligada à dimensão da sua praça principal, e foi esta circunstância que serviu para definir um intervalo razoável de tamanho para Manique do Intendente.

Renata Araújo<sup>5</sup>, apoiando-se em proposta de José Manuel Fernandes, sintetiza as relações entre essas medidas do seguinte modo:

- grandes centros – praça com 1000 palmos de lado (220 metros<sup>6</sup>);
- centros intermédios – praça com 500 palmos de lado (110 metros);
- pequenos centros – praça com 250 palmos de lado (55 metros).

A nível teórico, Figueiredo Seixas<sup>7</sup> propõe as seguintes medidas, de acordo com a importância da localidade:

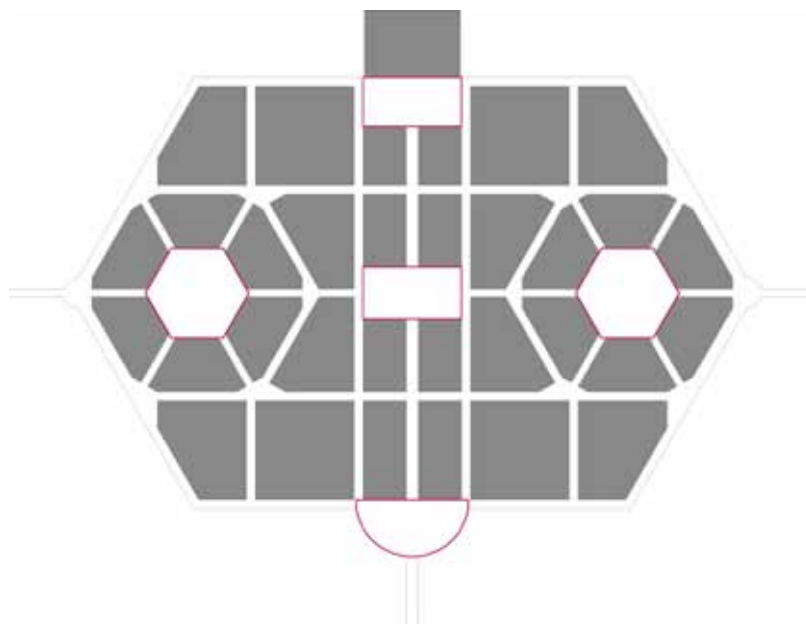
- capital – praça com 125 braças de lado (1250 palmos ou 275 metros);
- província – praça com 96 braças de lado (960 palmos ou 211 metros);
- vila – praça com 65 braças de lado (650 palmos ou 143 metros);
- paróquia – praça com 36 braças de lado (360 palmos ou 79 metros).

Na Praça dos Imperadores pode inscrever-se uma circunferência com 300 palmos de diâmetro (66 metros). Quanto à praça que, certamente, se abria frente ao Palácio, e embora não tenha a configuração com que deverá ter sido projectada, tem-se como referência os cerca de 320 palmos que correspondem ao comprimento da fachada principal do palácio (acrescidos ou não da largura de eventuais ruas nascidas no perímetro da praça). Comparando com as dimensões supracitadas, Manique do Intendente seria um pequeno

5 Cf. ARAUJO, Renata Malcher de – *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*.

6 Considerou-se 1 palmo = 22 centímetros.

7 SEIXAS, Jozé de Figueiredo – *Tratado D'Aruação*.



**Figura 53**

Traçado de reconstituição proposto com praças destacadas.



**Figura 54**

Gramscichele (imagem de satélite).



**Figura 55**

Avola (imagem de satélite).



centro, uma paróquia, à luz das dimensões das suas praças. Compare-se com Vila Real de Santo António, cuja praça central é um quadrado com 330 palmos de lado (72 metros).

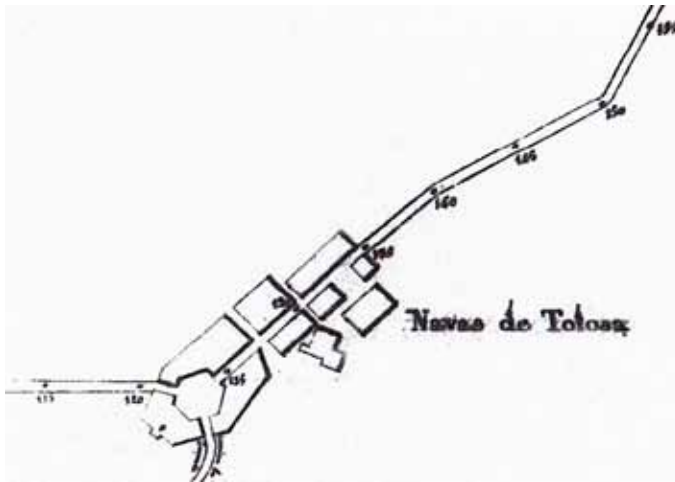
No que à forma da nova vila diz respeito, foram analisadas duas soluções: a mais habitual forma rectangular, quase sempre a opção nos modelos portugueses, e, em alternativa, a forma hexagonal. Exemplos desta última, no império português, apenas se conhece a vila de Serpa, projectada para o Brasil pelo engenheiro militar Filipe Strum, e nunca construída. Roberta Marx Delson levanta uma interessante questão em relação a esta opção: a povoação devia substituir a já existente levantada pela comunidade indígena e Strum terá eliminado as casas comunitárias (em favor do modelo europeu de casas unifamiliares) mas terá retomado o desenho centralizado que caracteriza essas comunidades missionárias.<sup>8</sup>

Outros exemplos de novas cidades com forma hexagonal são Avola e Grammichele (erguidas após o terramoto de 1693 na Sicília), em Itália, e La Carolina (1767), no Sul de Espanha. Esta última é, na verdade, um hexágono «esticado». Grammichele apresenta um traçado composto por ruas radiais saindo do meio de cada lado de uma praça central hexagonal. Avola, cujo projecto inicial tinha prevista uma fortificação exterior, tem uma praça central quadrada e possui um traçado reticular. Tanto em Avola como em Grammichele, é notória a influência da tratadística renascentista inspirada em Vitruvius. Em ambas, a praça ocupa uma posição central no tecido urbano, no que se distinguem tanto de La Carolina, como de Manique do Intendente.

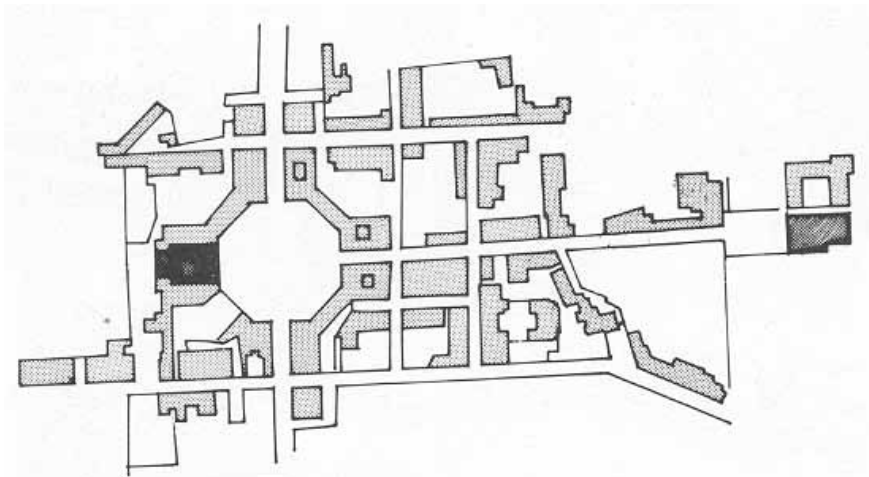
Da forma como estas praças se inserem no traçado urbano e da pesquisa efectuada, pode aferir-se que a articulação pode ser feita, fundamentalmente, de dois modos: ou se encaixam num sistema ortogonal, sem o perturbar, ou surgem como geradoras de um traçado radioconcêntrico. Como exemplos da primeira situação podem apontar-se Neuf

---

<sup>8</sup> DELSON, Roberta Marx – Military Engineering and the «Colonial» project. In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português*, p.913.



**Figura 56:** secção do «Plano de la línea del camino en la primera parte desde La Carolina hasta la Venta Nueva», Carlos Lemaur, 1779.



**Figura 57:** San Lorenzo Nuovo.



**Figura 58:** Palmanuova (imagem de satélite).



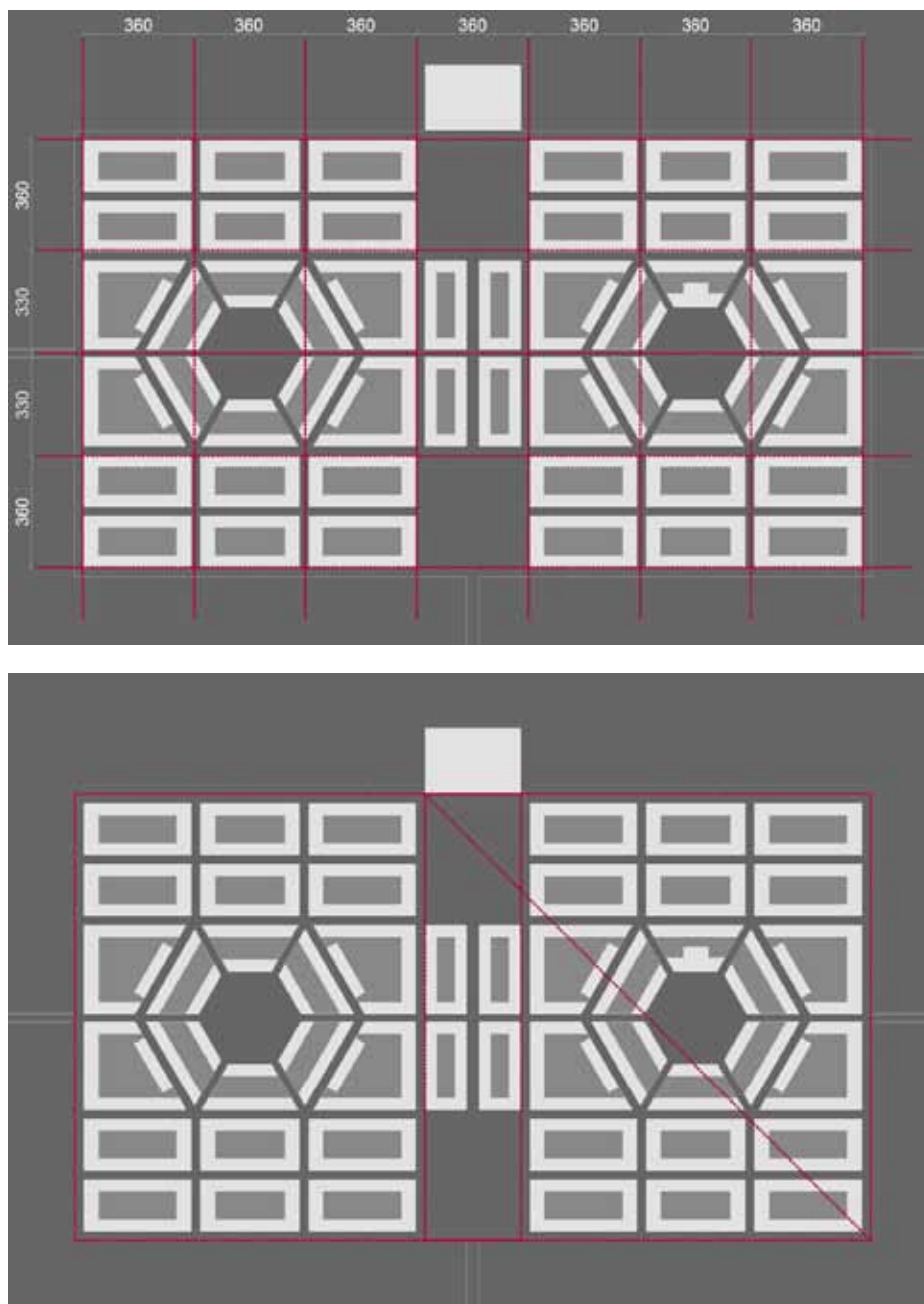
**Figura 59:** Neuf Brisach.

Brisach em França (1698-1703), San Lorenzo Nuovo (finais do século XVIII), Las Navas de Tolosa (1768), Grammichele, La Carolina e a praça Amalienburg em Copenhaga (1750-60), e da segunda, Palmanuova em Itália (1593) e Hamina na Finlândia (1723). Se as primeiras seguem a tradição das «plazas mayores» espanholas ou das praças reais nascidas em França, as segundas são essencialmente fruto das teorias em torno da cidade ideal com bases vitruvianas. A Praça dos Imperadores parece incluir-se no segundo grupo, gerando um sistema radial de ruas.

Estas novas cidades podiam ter um plano fechado, em regra associado à presença de estruturas defensivas, ou um plano aberto, passível de expansão. Dos exemplos citados, Palmanuova e Neuf Brisach incluem-se no primeiro grupo.

Um dado fundamental que transparece da análise da disposição dos elementos existentes (praça e palácio) é a probabilidade de existir uma malha reticular que organizaria o risco. Tal era predominantemente o caso das fundações *ex-novo*, tanto no Brasil, como nos casos portugueses estudados, ainda que muitas vezes essa característica dos novos traçados seja bastante maleável, ou seja, a malha não é rígida. Em Vila Real de Santo António, por exemplo, os quarteirões nascidos da praça central são acrescidos de 10 palmos, reforçando a sua importância.

No primeiro estudo para reconstituição de traçado, realizado em 2004, privilegiou-se a proposta com formato global rectangular. Contudo, no decorrer desse processo, e ao ensaiar outras propostas, tornou-se evidente que, se se considerasse o formato hexagonal, a inserção no terreno seria bastante mais «natural». Ao contrário da hipótese rectangular, a proposta hexagonal não interfere com as linhas de água existentes e adapta-se muito melhor à topografia e morfologia do terreno. Deste modo, e retomada esta investigação, optou-se por rever e desenvolver essa alternativa.



**Figuras 60 e 61**

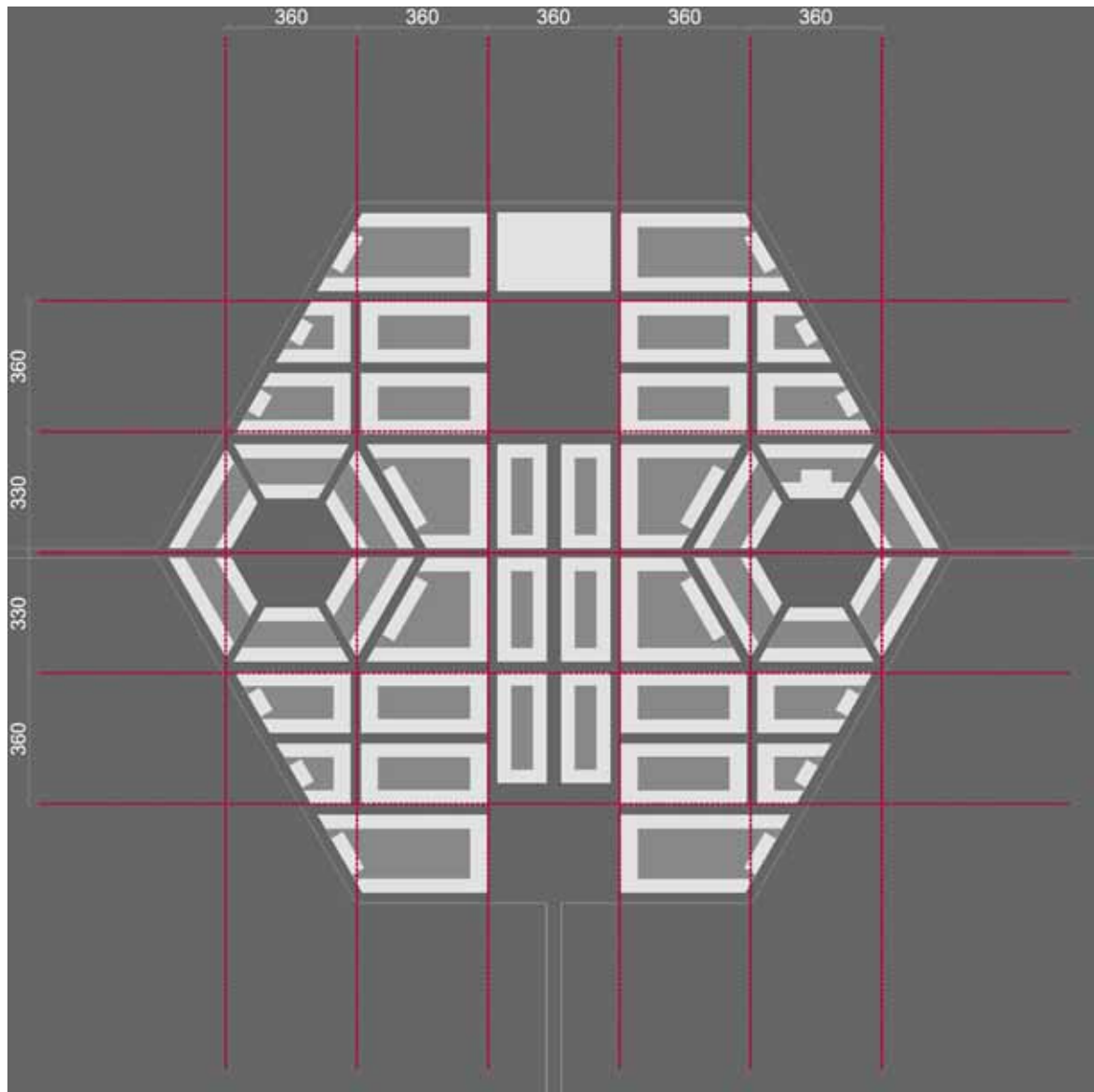
Primeiro estudo, apresentado em 2004: 7 módulos de 360 palmos no sentido longitudinal e 2 módulos de 360 e outros tantos de 330 no sentido transversal, correspondendo os últimos aos quarteirões centrais. A medida 360 está relacionada com a medida do centro da praça dos Imperadores ao eixo central ( $720 \text{ palmos} = 360 \times 2 = 720$ ). Esta malha está na base da proposta de reconstituição do traçado: dela se consegue a implantação dos quarteirões e das praças. A proposta resulta num rectângulo formado por dois quadrados cuja intersecção é a área correspondente à zona central do tecido urbano, equivalendo à largura da fachada do Palácio, como se pode observar no esquema.

#### 4.1.3 – Um outro olhar sobre uma reconstituição possível

Como referido, e pelas conclusões tomadas pelo estudo anterior, a proposta de reconstituição agora apresentada privilegia o formato hexagonal. Tomou-se, como base, uma malha baseada na medida de 360 palmos: 6 módulos no sentido longitudinal e 4 módulos no sentido transversal, para a alternativa A e 6 módulos em cada direcção para a alternativa B. A medida resulta da divisão da distância entre o centro da composição e o centro da praça hexagonal e da fachada do palácio ( $729/2$ ). Os módulos nascem do cruzamento dos dois eixos nesse ponto central. A hipótese A possui um formato global puramente hexagonal, enquanto a hipótese B foi obtida por meio da supressão de dois módulos no sentido transversal.

Da aplicação destes princípios nascem as propostas de implantação urbana apresentadas. Estas têm a ortogonalidade como regra, sendo a maioria dos quarteirões de formato rectangular ou quadrangular, gerando-se uma área de excepção onde os quarteirões se adaptam ao formato das praças hexagonais, contendo-as.

A hipótese A é um hexágono que se pode inscrever numa circunferência com 2160 palmos de diâmetro. A hipótese B tem aproximadamente 2160 por 1440 palmos. Recorde-se que Vila Real de Santo António tem 1930 por 950 palmos, o que faz com que Manique, em qualquer das hipóteses consideradas, ocupe uma área substancialmente maior. Contudo, tendo a proposta apresentada maior número de praças e uma maior área de quintais no interior dos quarteirões, a densidade de construção é bastante menor. As dimensões foram também comparadas com o plano de La Carolina, ocupando esta uma área bastante maior: aproximadamente 3900 palmos por 1900. É interessante notar que, no caso da proposta A, a área ocupada é muito semelhante à que Figueiredo Seixas propõe para uma paróquia.



**Figura 62**

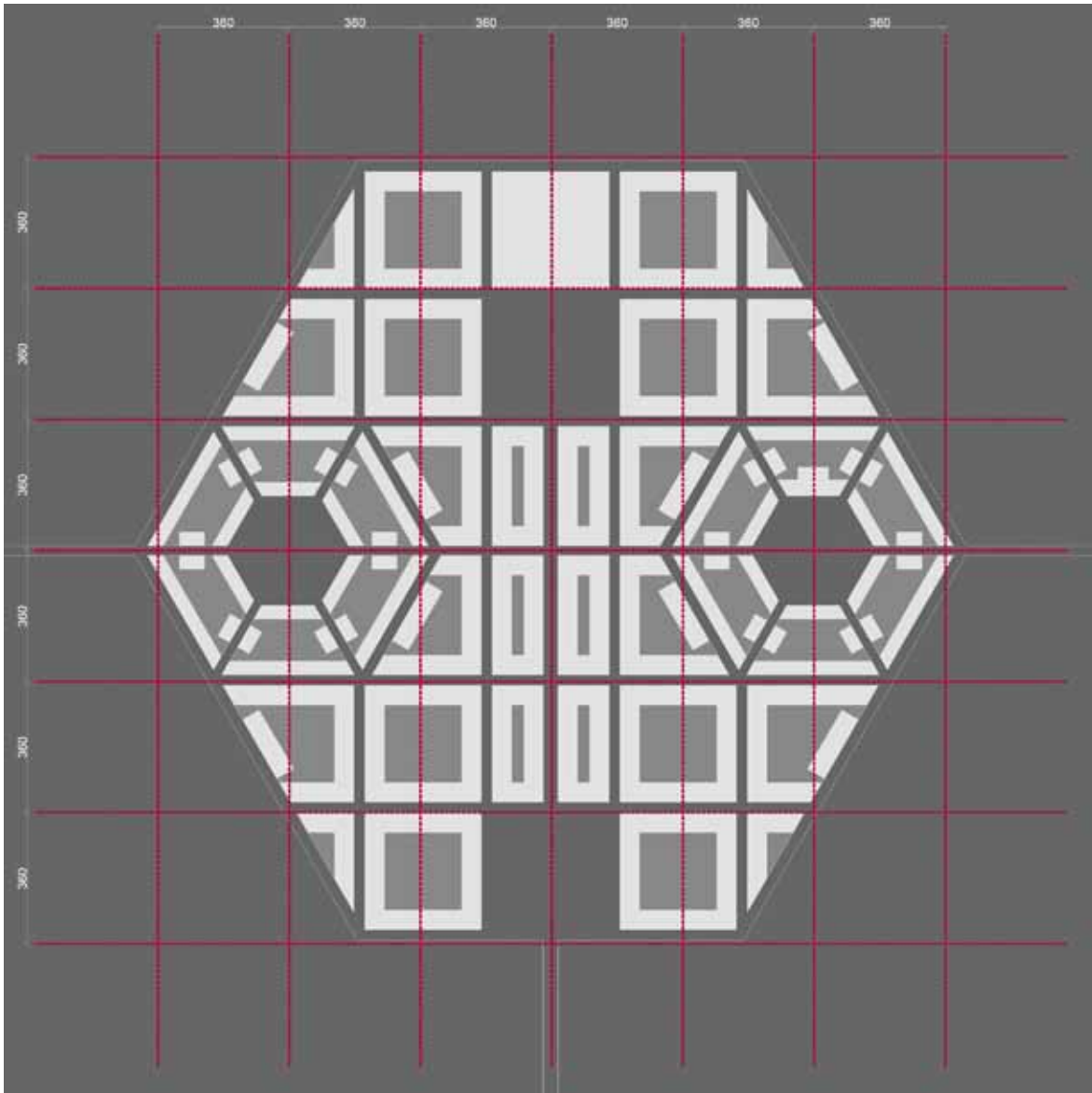
Primeiro estudo, apresentado em 2004: proposta com formato geral hexagonal, com a mesma distribuição de módulos (7 módulos de 360 palmos no sentido longitudinal e 2 módulos de 360 e outros tantos de 330 no sentido transversal).

Para o desenho da(s) proposta(s) de reconstituição tomaram-se os fogos existentes (23x37 palmos) como regra. Não obstante, mantém-se em aberto a possibilidade de existirem fogos com outras configurações: os fogos existentes, por se encontrarem localizados numa praça importante, poderão ser uma excepção em relação a outro tipo de habitações. É possível que, à luz do que acontece em Vila Real de Santo António, as restantes habitações tivessem um só piso, por exemplo.

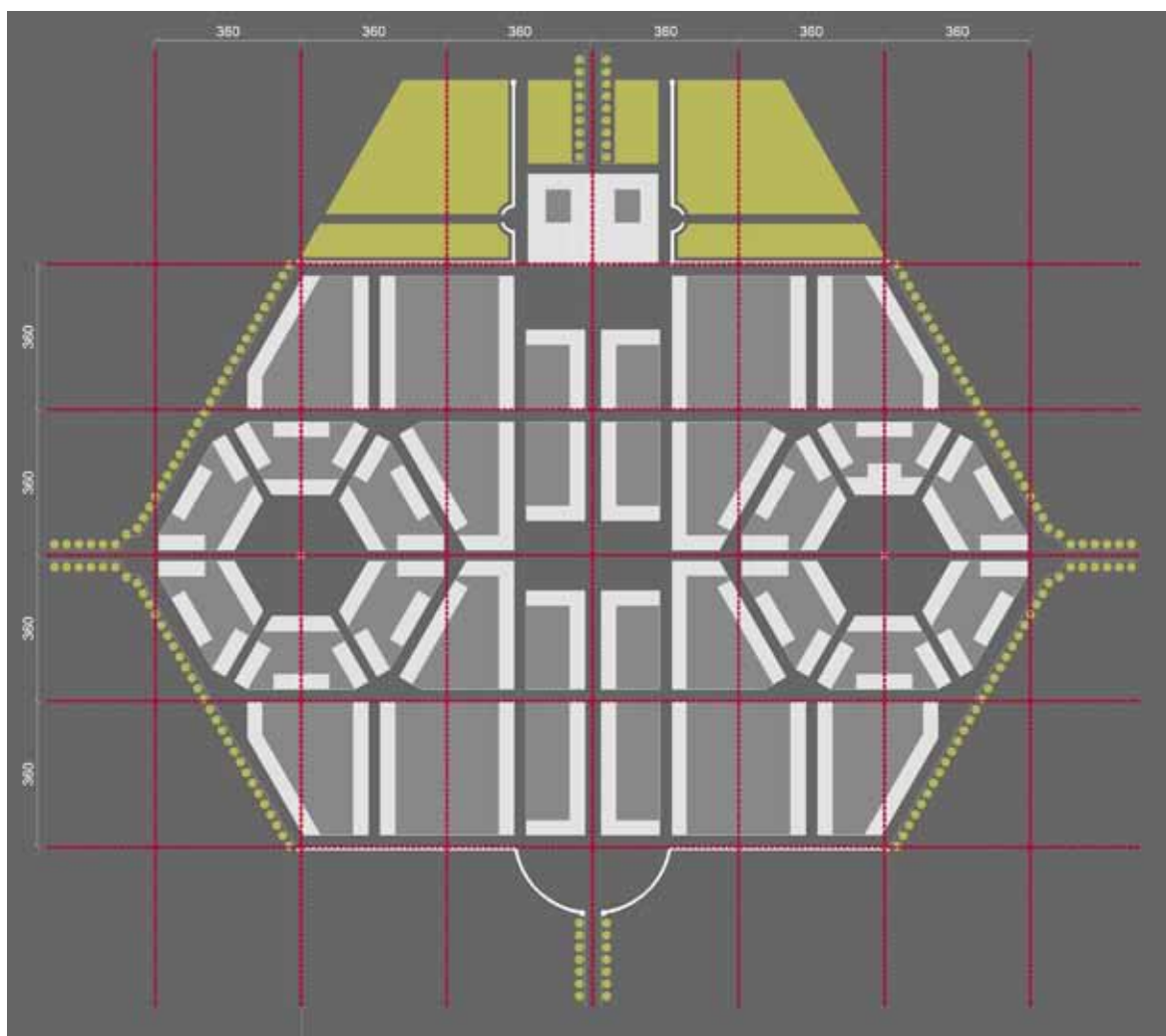
As possibilidades de reconstituição do interior dos quarteirões (dimensões dos fogos, dimensões dos lotes, relação cheio-vazio) são virtualmente infinitas. O exercício apresentado tem como base o traçado geral proposto e deve ser entendido como tal, não tendo sido desenvolvido o tema dos quarteirões. Existem quarteirões quadrados (330 palmos de lado – aos 360 palmos do módulo subtraíram-se os 30 palmos de largura adoptados para a generalidade das ruas e quarteirões rectangulares) que, ao centro da composição, acompanham e reforçam o eixo viário que conduz ao palácio. Em torno das duas praças hexagonais, considerou-se a existência de um único quarteirão trapezoidal. A duplicação deste num segundo «anel» (veja-se Serpa, figura 52) conduziria a um aumento de área que parece excessivo. Entre estes e os quarteirões regulares, quatro outros de forma irregular fazem a transição.

As praças são elemento fundamental no traçado proposto. São recuperadas as hipóteses já desenvolvidas para o número e localização das praças. É também razoável pensar na existência de praças ou, pelo menos, de um tratamento urbano específico, nos pontos de acesso à vila. Equaciona-se, ainda a existência de outra pequena praça no cruzamento dos dois eixos (a rua que aponta ao Palácio e a rua que atravessa ambas as praças).

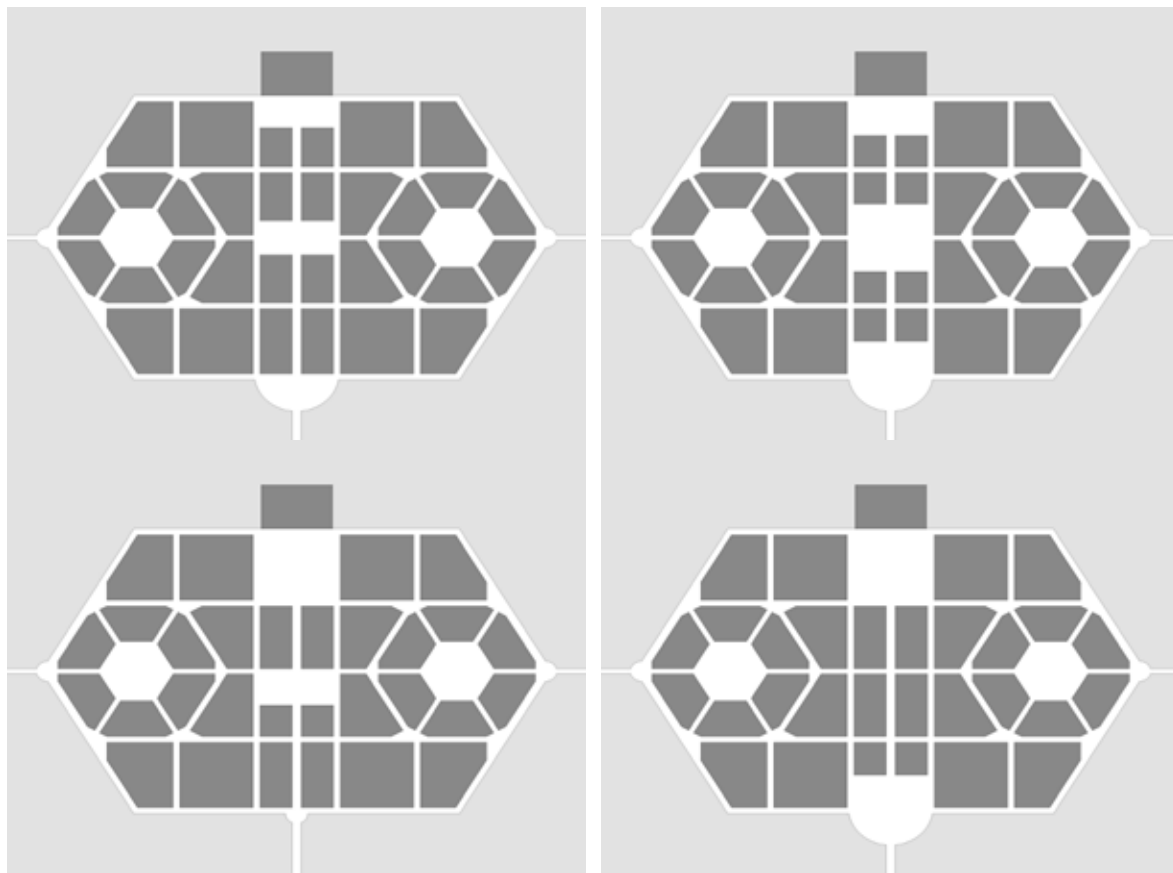




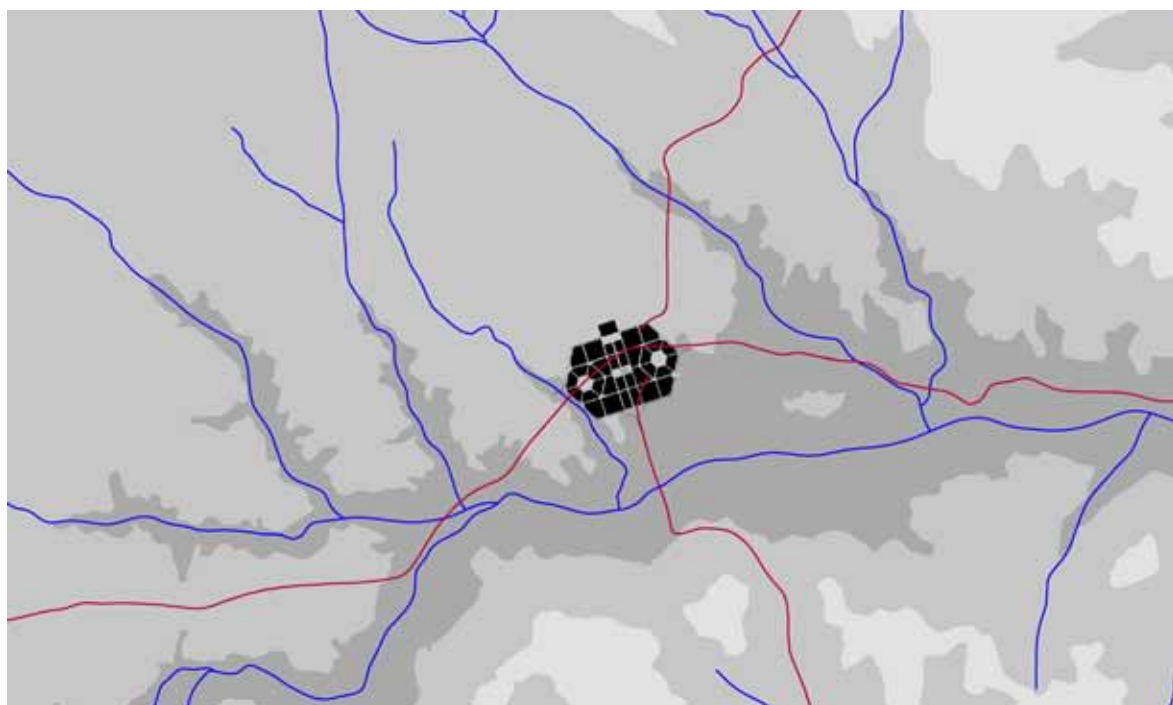
**Figura 63:** Proposta de reconstituição A - hexágono.



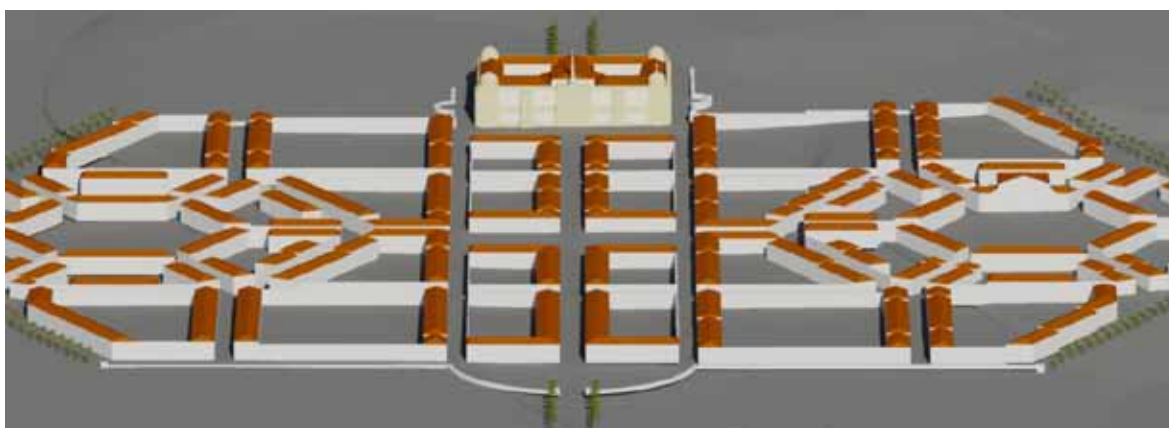
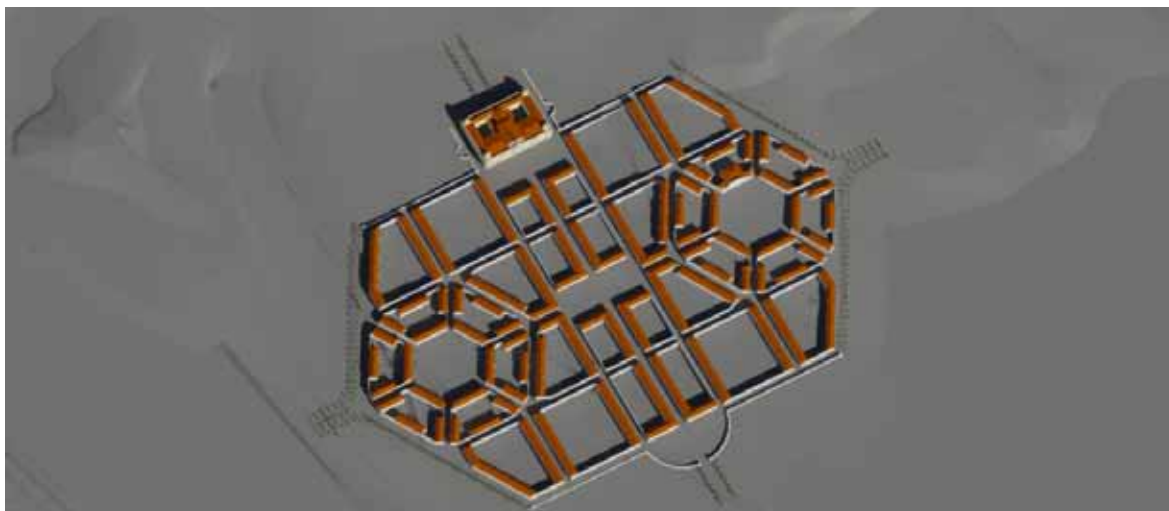
**Figura 64:** Proposta de reconstituição B - hexágono «cortado».



**Figura 65:** várias hipóteses de reconstituição.

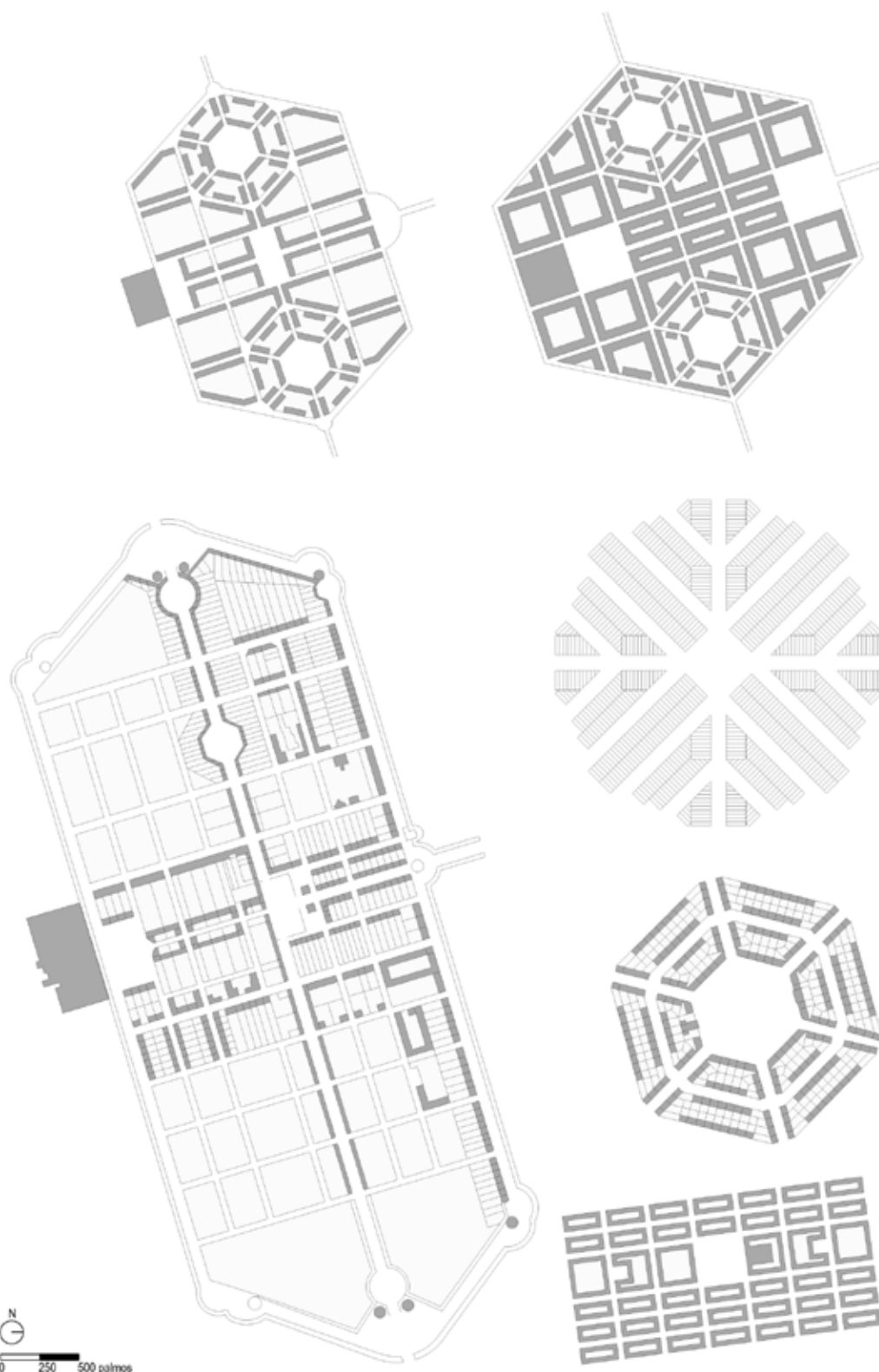


**Figura 66:** inserção no território da proposta de reconstituição.



**Figuras 67 a 69**

Modelos 3D de uma das propostas de reconstituição (hexágono «cortado»).



**Figura 70:** desenho comparativo entre as duas propostas para Manique do Intendente, La Carolina, a proposta de Figueiredo Seixas para uma paróquia, Serpa e Vila Real de Santo António (da esquerda para a direita, de cima para baixo) .

## Capítulo 5 – O território

### 5.1 – Enquadramento

É no reinado da rainha D. Maria I que, a exemplo de outros países europeus, se enceta finalmente um programa sistemático de infra-estruturação do território.<sup>1</sup> A construção de infra-estruturas (faróis, portos, barras, canais, estradas) é encarada como forma de promover as actividades económicas, por meio da melhoria das comunicações internas e do aproveitamento dos recursos naturais.

Foi elaborado aquele que é considerado o primeiro plano rodoviário nacional, a *Informação sobre as providências que parecem necessárias para a abertura e conservação das Estradas Reais*, pelo engenheiro Miguel Pereira de Pinto Teixeira, em 1781<sup>2</sup>. Foram realizados reconhecimentos cartográficos e, a partir de 1790, inicia-se a triangulação do país. Em alvarás de 28 de Março de 1791 e 11 de Março de 1796 tomam-se disposições quanto à construção e conservação de estradas<sup>3</sup>, nomeadamente as estradas entre Lisboa e Santarém, Lisboa e Caldas da Rainha, Porto e Coimbra, Porto e Foz e a estrada do Alto Douro. O Alvará de 28 de Março de 1791 indicava o encanamento do rio Mondego e medidas para o melhoramento da navegação no rio Vouga<sup>4</sup>. É este alvará que indica o seguimento da estrada Lisboa – Porto por Alcoentre e Rio Maior. Estando já os trabalhos a decorrer junto a Rio Maior, é ordenada a construção da estrada até ao Porto, passando pelo Alto da Serra de Rio Maior, Leiria e Coimbra. Este troço da estrada foi construído entre 1791 e 1798, recorrendo-se a um levantamento topográfico realizado para esse efeito.

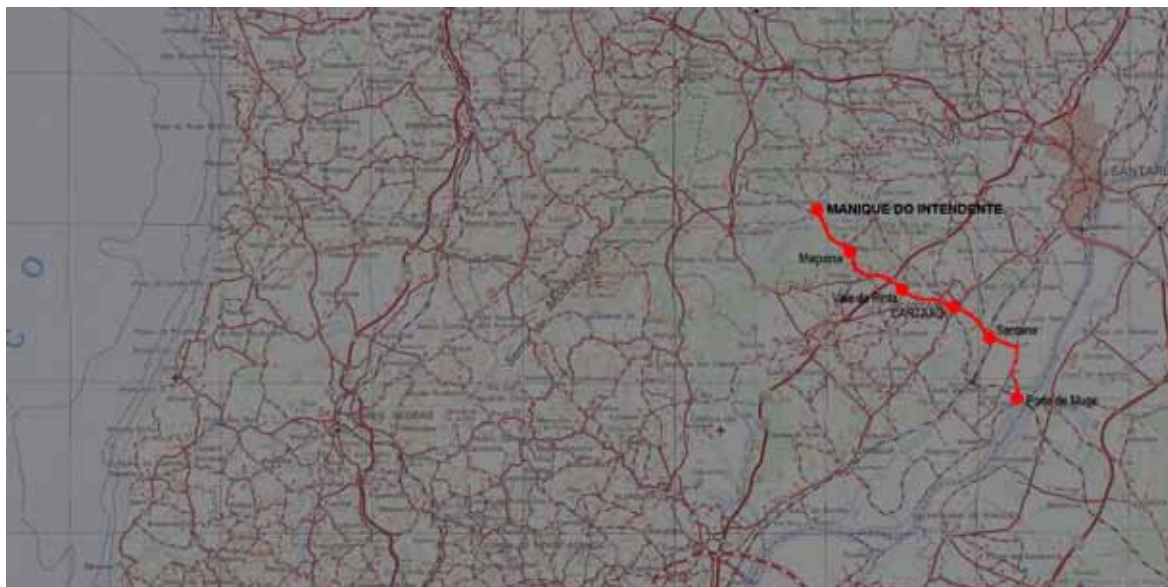
1 Sobre este assunto e para uma resenha das obras empreendidas neste período, consulte-se: MARTINS, Carlos Moura – *Os projectos para o Porto de S. Martinho e Campos de Alfeizerão, 1774 – 1800*, p.91 et seq.

2 Cf. PATO, António Vaz – A primeira sinalização rodoviária moderna em Portugal: os marcos do Conde de Valadares (1788): um património a preservar. In *Actas do 1º Encontro de Estradas e Arqueologia*, p. 63; MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750 – 1850)*.

3 Cf. TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *op. cit.*, p.51.

4 Cf. MARTINS, Carlos Moura – *op. cit.*, p.91.





**Figura 71**

Marcação da estrada referida no Relatório de Manuel de Sousa Ramos, sobre carta militar actual.



O responsável directo por estes trabalhos era o Inspector Geral do Terreiro. Entre 1777 e 1779 foi o posto ocupado por Luís de Vasconcelos e Sousa. Seguiu-se, a partir de 1782, o Conde de Valadares. Este foi, simultaneamente, também nomeado Inspector Geral das Obras da Tapada e Valas do Ribatejo e, em 1787, torna-se Superintendente Geral das Estradas. Sucedeu-lhe, em 1792, o Conde de Rio Maior, João de Saldanha de Oliveira e Sousa, ocupando o cargo de Inspector Geral do Terreiro até ao ano de 1805. Seguiu-se D. Caetano de Noronha, Conde de Peniche.

Em 1792, possivelmente fruto da necessidade de controlar os custos das obras empreendidas, foi elaborado um relatório, *Relaçam do estado das obras, de que era Inspector o Ex.mo Conde de Valadares, das que podem parar, das que devem continuar, suas despesas por mez e das obras que estam paradas*, pela mão de Manuel de Sousa Ramos, onde são dadas indicações sobre as obras prioritárias e sobre aquelas que poderiam ser abandonadas. São diversas as empreitadas referidas – estradas, fontes, pontes, valados – e circunscrevem-se à zona das lezírias do rio Tejo, à estrada nova de Leiria, à estrada para as Caldas e daí para Óbidos, à estrada de Alenquer e à estrada de Queluz para Mafra. Uma das entradas deste relatório, que se transcreve, refere-se especificamente a Manique do Intendente (sendo ainda usado o anterior nome de Alcoentrinho):

*“Estrada de Alcoentrinho para a Maçussa, Val da Pinta, Cartaxo, e Ponte de S.<sup>ta</sup> Anna.*

*Trabalha-se de impreitada na Ponte da Varzea de Alcoentrinho com (44 Pessoas de trabalho / 400\$000 Despeza actual por mez).*

*Esta obra está muito adiantada com as paredes asima das Impostas dos arcos, e está-se-lhe sentando as peças de volta.*

*Não pode parar sem perjuizo do Impreiteiro, e do Publico; porque este na*



**Figura 72**

Aspecto da aproximação à vila pela Ponte D. Maria, 2013.

*occaziam das xuvas nam pode passar, e aquelle com as xeyas receberia grande perjuizo na obra, que tem obrigação de deixar perfeita, por ser huma baxa, onde se conserva por muito tempo a innundaçam; alem de ter prompta toda a cal, e alguns outros materiais, e ficará concluida esta obra em tres mezes com a mesma despeza (400\$000 despeza que deve continuar por mez).”*

A ponte em questão deverá ser a actual ponte de D. Maria que estava, como assim se atesta, em 1792, quase finalizada.

A par das iniciativas concretas de infra-estruturação do território, e como suporte para estas, foram-se desenvolvendo estudos científicos na área territorial. Em 1798, foi criada a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura, e Impressão das Cartas Hidrográficas e Militares. Os trabalhos de reconhecimento do território aí produzidos serviram como base para as obras planeadas e em curso. Os seus membros prestavam também apoio técnico ao Governo.<sup>5</sup> Em 1790, foi publicado o *Methodo para construir as Estradas em Portugal*, um manual que reunia informação sobre o planeamento, o projecto, a construção e a conservação das estradas, da autoria de José Diogo Mascarenhas Neto<sup>6</sup>.

É neste período que se institui o primeiro serviço de transporte público (mala-posta) entre Lisboa e Coimbra, tendo funcionado entre os anos de 1798 e 1805. Era usada a estrada nova que passava por Alcoentre e Rio Maior.<sup>7</sup>

Ao findar o século, a situação financeira limitada da Fazenda Pública conduz ao abandono de muitos dos projectos em curso. Um decreto emitido pelo Regente D. João, em Dezembro de 1799, ordenava mesmo a suspensão imediata de todas as obras a cargo do erário público.<sup>8</sup>

---

5 Cf. MARTINS, Carlos Moura – *op. cit.*, p.54.

6 Cf. PATO, António Vaz – *op. cit.*, p. 63.

7 *Ibidem*, p. 63.

8 Cf. MARTINS, Carlos Moura – *op. cit.*, p.78.



**Figura 73**

«Mapa Topographico Desde Rio Mayor té Coimbra para servir ao deliniamento da Real Estrada na conformidade do Alvará de 28 de Março de 1791. e das instruçoens dadas pelo Ill.o Ex.mo Snr. Joze de Seabra da Silva Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, ao Dezembargador e Superintendente Geral das Estradas Joze Diogo Mascarenhas Neto; Levantado pelos Offeciaes do Real Corpo de Engenheiros o Sargento-mor Joaquim de Oliveira; Henrique Niemeyer; e o primeiro Tente João Manoel. / Borrão reduzido pelo Capitão Ignacio Joze Leão e o segundo Tente Carlos Luis Ferreira Amarante. / Quartel de Leyria 16 de Abril de 1796.»

## 5.2 – Análise da situação

Foram consultados diversos mapas com datas entre o final do século XVIII e o início do século XIX, que deixam patente a evolução da rede viária nessa época. Destes, três foram seleccionados para um registo evolutivo e comparativo. A selecção teve em conta, em primeiro lugar, as datas de produção dos mesmos, a qualidade e legibilidade da informação neles contida e a, pelo menos aparente, fidedignidade dos dados (nomeadamente, menores distorções face a mapas actuais). Consultaram-se, todavia, diversos outros mapas da época, para complemento e resolução de dúvidas de interpretação e leitura.

Assim, regista-se a situação da rede viária nesta região em três momentos: 1780, 1790 e 1808. Respectivamente, antes do início da maioria das obras de infra-estruturação do território, em pleno período de desenvolvimento dessas obras e, finalmente, num período em que havia cessado esse ímpeto. Os três momentos coincidem, respectivamente, com o período anterior à criação de Manique do Intendente, com o período em que decorriam já trabalhos nessas terras e com um período posterior à morte do seu promotor e conseqüente abandono do projecto.

Fica desde logo claro o aumento do número de vias em cada período registado. Tal dever-se-á, por um lado, à efectiva construção de novas estradas, mas também à maior atenção e cuidado postos na realização destes mapas e ao maior rigor conseguido.

As vias mais importantes são aquelas que asseguram a ligação da capital do país ao Norte. Aquela que toma a direcção de Santarém, pelo vale do Tejo, mantém-se, com alterações pouco evidentes, em todos os mapas. Esta toma a saída da zona da capital por Sacavém e segue o curso do rio até à cidade de Santarém. A partir daí pode chegar-se a Coimbra tomando o percurso Golegã – Tomar ou Golegã – Pombal ou, ainda, o percurso Porto de Mós – Batalha – Leiria.

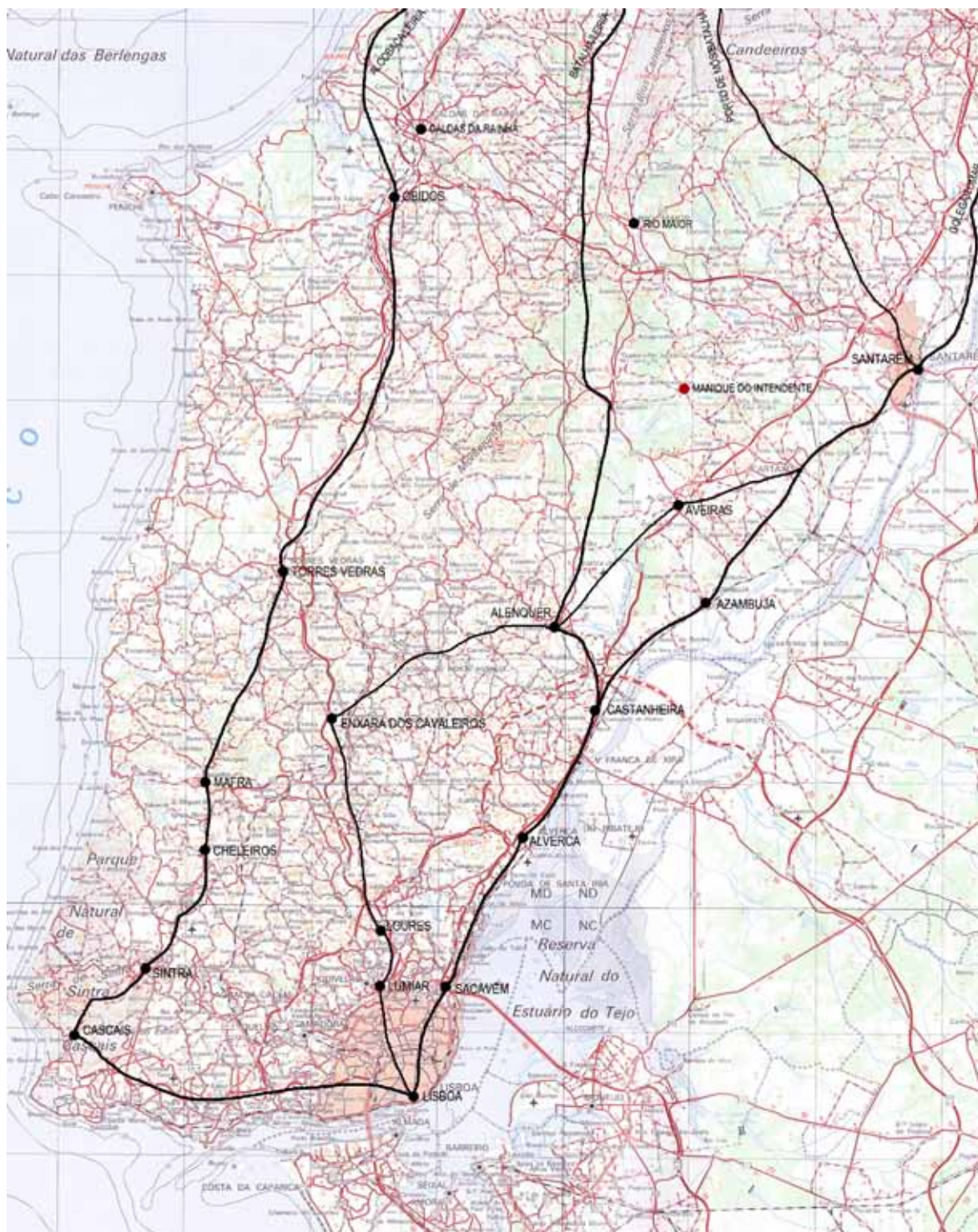




**Figura 74**

*Carte Générale [du] Royaume de Portugal*. Paris, 1780(?). Antoine François Tardieu. [escala original 1: 1.800.000].



**Figura 75**

Secção da carta militar da série M586, folha N<sup>o</sup>5, edição 4, IgeoE, 2005. [escala original 1:250.000]

A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar

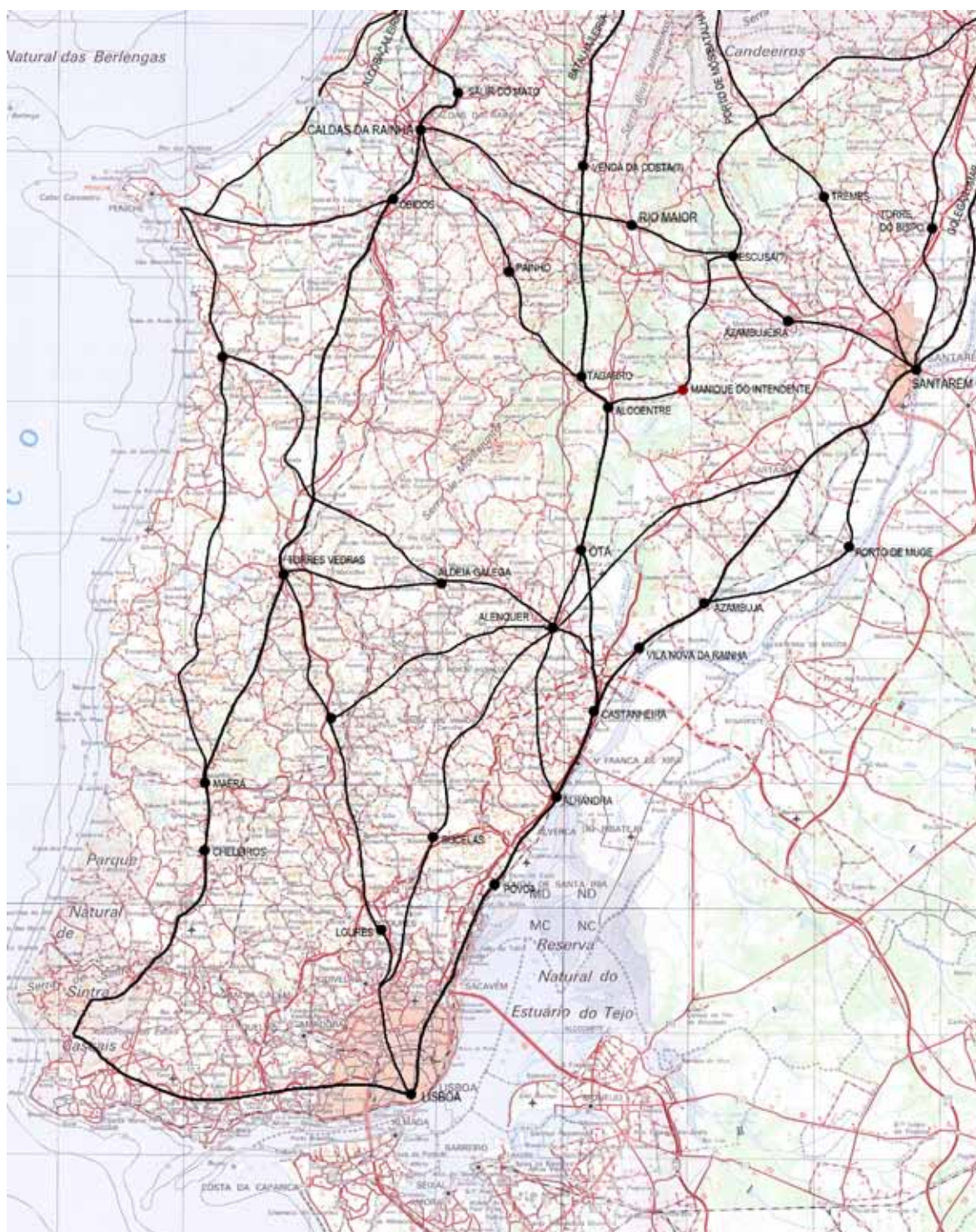




**Figura 76**

«Mappa ou carta geographica dos Reinos de Portugal e Algarve». Por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica. Londres, 1790. Thomas Jefferys; William Faden. [escala original 1: 400.000]

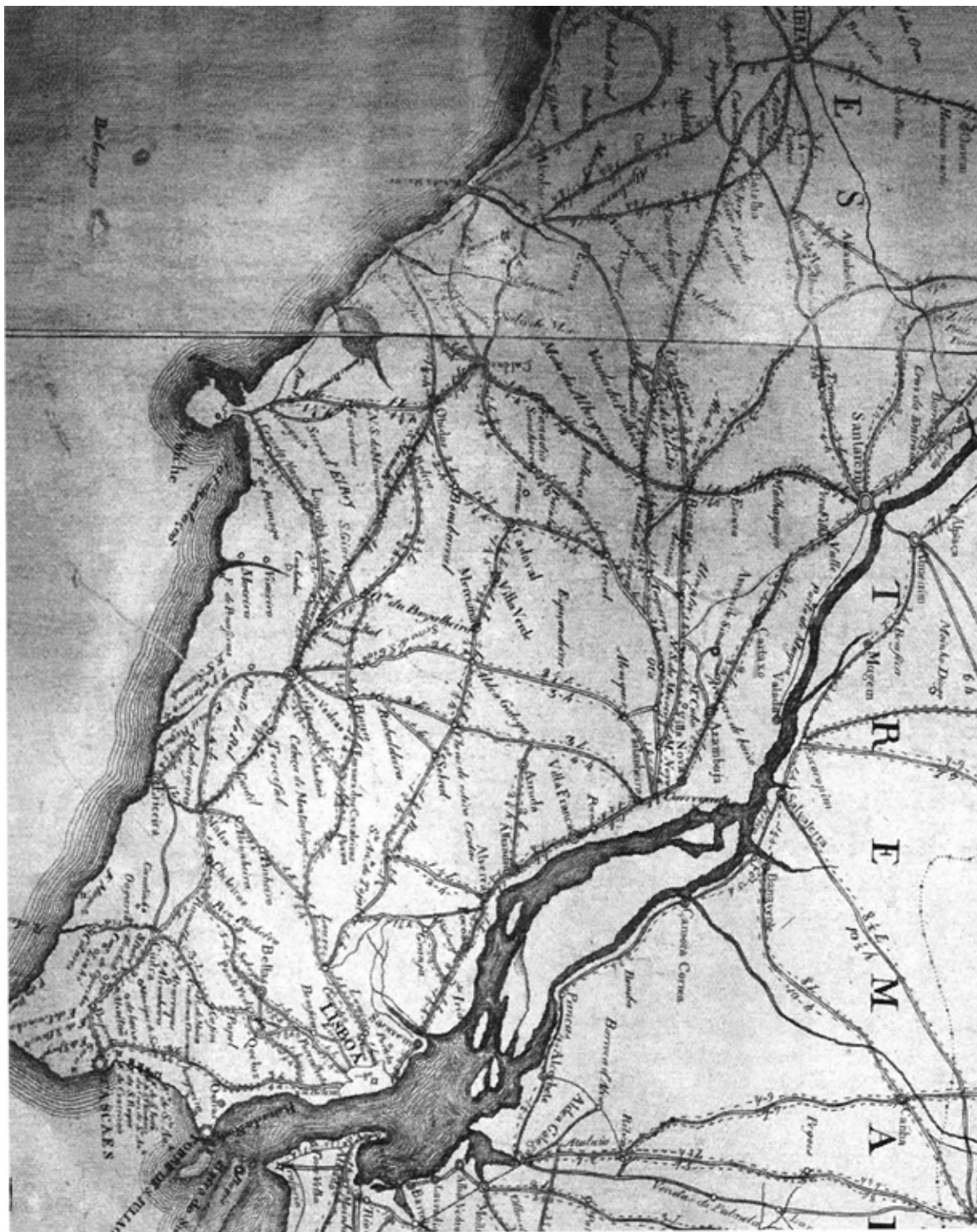


**Figura 75**

Secção da carta militar da série M586, folha N<sup>o</sup>5, edição 4, IgeoE, 2005. [escala original 1:250.000]

A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar

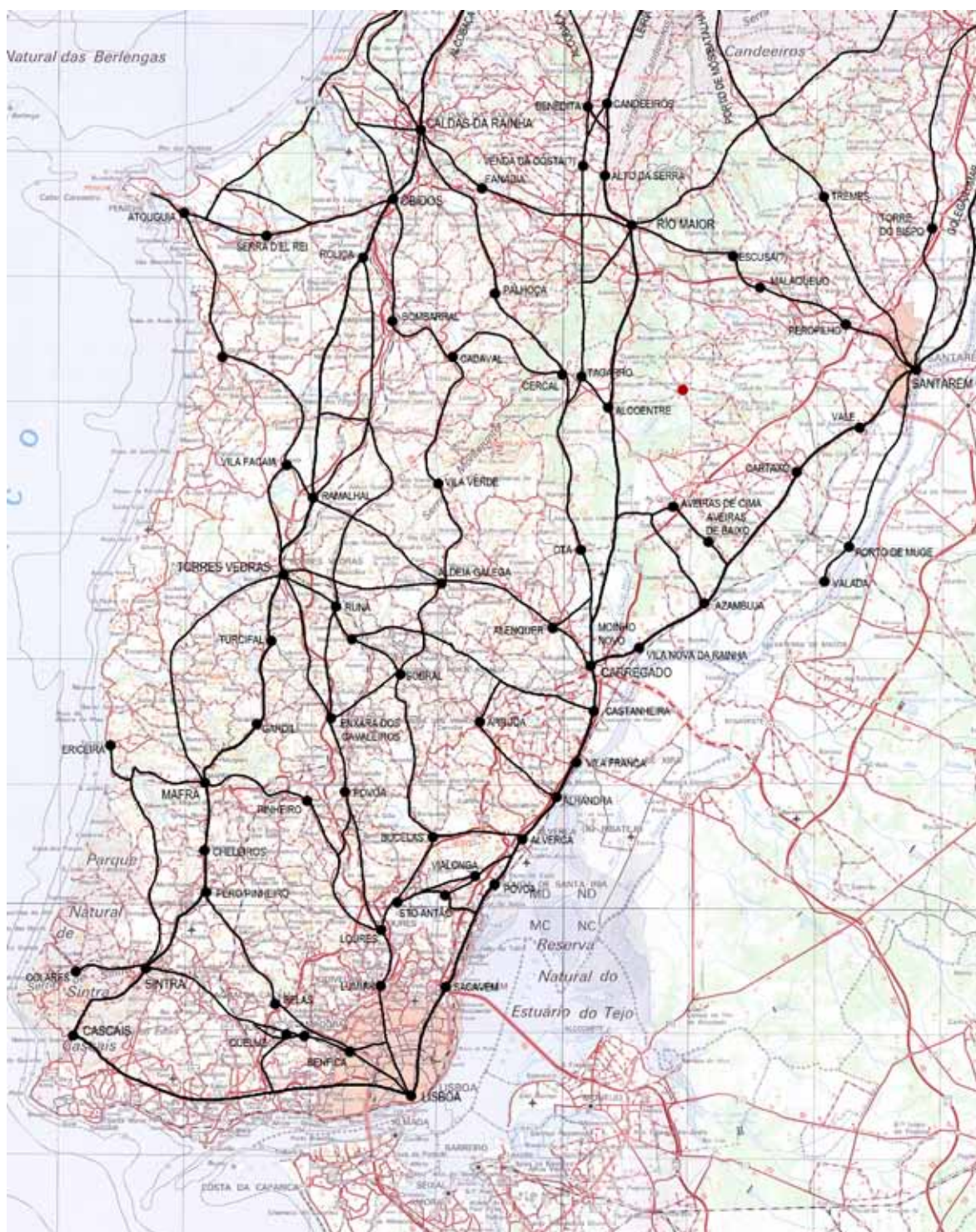




**Figura 77**

«Carta militar das principaes estradas de Portugal». Romão Eloy de Almada. Lisboa, 1808.

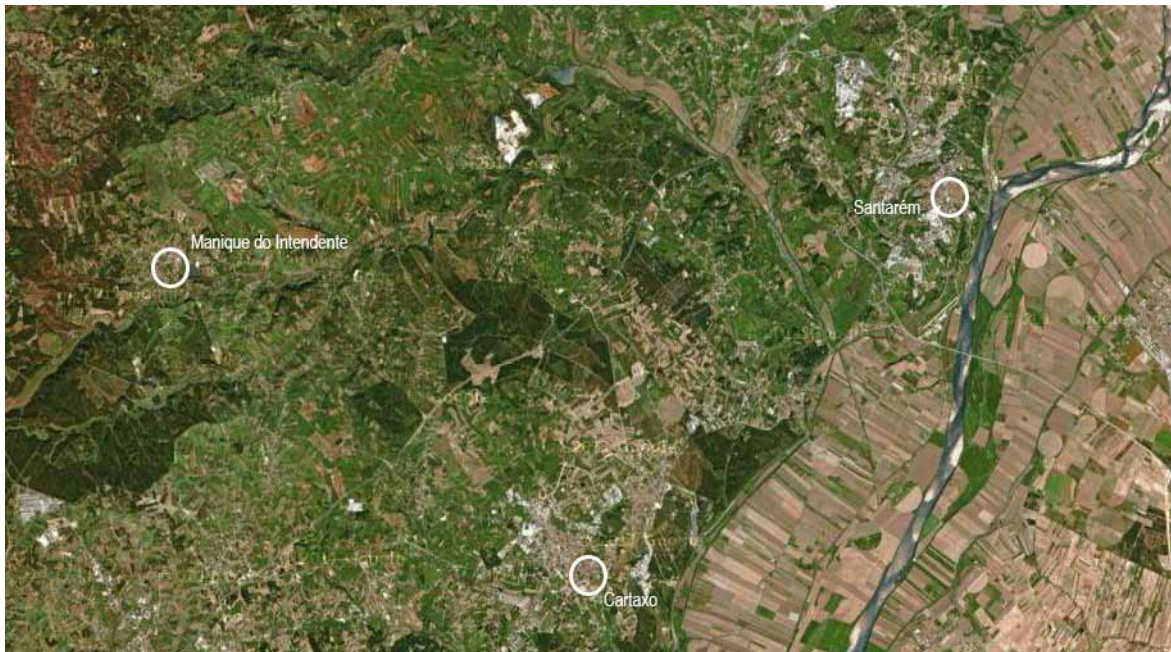


**Figura 75**

Secção da carta militar da série M586, folha N<sup>o</sup>5, edição 4, lgeoe, 2005. [escala original 1:250.000]

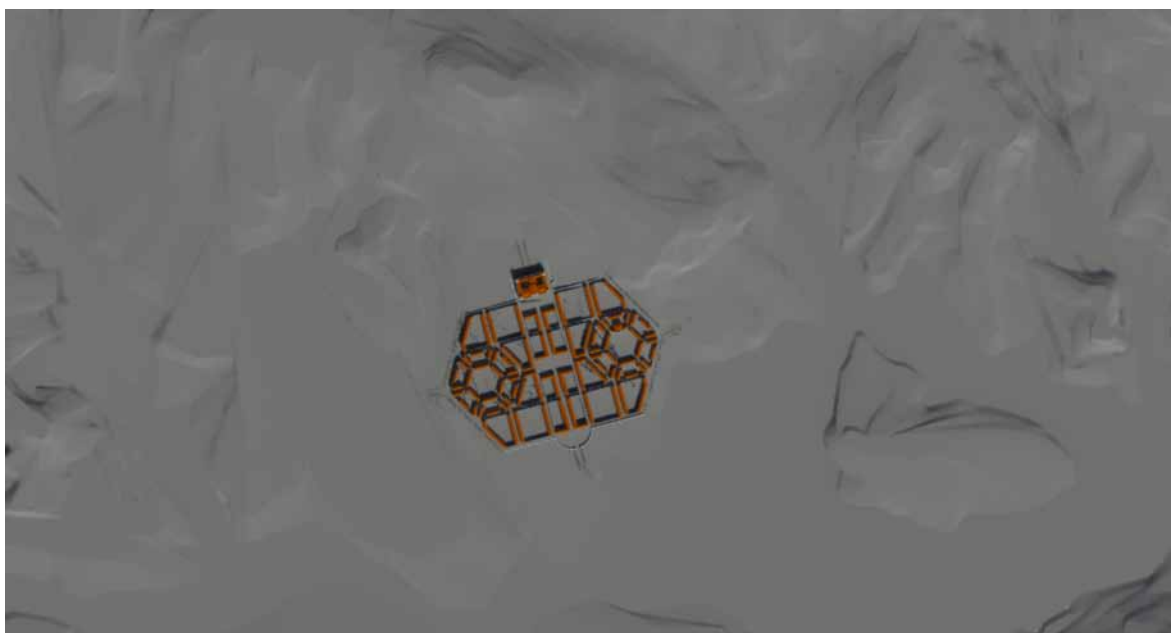
A Vila Iluminista de Manique do Intendente: um outro olhar





**Figura 78**

Imagem de satélite do território envolvente [2013].



**Figura 79**

Modelo 3D de uma das propostas de reconstituição (hexágono «cortado») e inserção no território.

Uma terceira via, pelo interior, a «estrada velha de Leiria» – por oposição à nova construída na década de 1790 –, aparece no mapa datado de 1780. Bifurca da estrada de Santarém na Castanheira do Ribatejo, seguindo o percurso Alenquer, Ota, Tagarro e Venda da Costa (a poente da Serra dos Candeeiros).

No segundo mapa, de 1790, surge de novo uma série de vias complementares que fazem a ligação entre estas vias com sentido sul-norte. Destas, as mais relevantes para o caso em estudo são as duas estradas para as Caldas: uma via Ota, Alcoentre e Painho e outra, partindo de Santarém e passando por Rio Maior. O primeiro percurso não coincide totalmente com a estrada construída (ou reconstruída?) pela mão do Intendente Pina Manique (no troço até ao termo de Lisboa) e, no restante trajecto, pelo Conde Valadares, terminados, respectivamente, em 1782 e 1788<sup>9</sup>. Esse exacto percurso surge apenas no mapa datado de 1808.

Da mesma forma, não está ainda registada a nova estrada de Leiria, embora os trabalhos já estivessem a decorrer (conforme texto do alvará de 1791 citado no sub-capítulo anterior).

Neste mapa, aparece desenhada uma estrada que liga Alcoentre à Escusa (perto de Santarém e na estrada que liga esta cidade a Rio Maior) e, embora Manique do Intendente não esteja assinalada, a estrada passa muito perto da povoação, talvez mesmo por ela.

No mapa de 1808, pode ver-se tanto a estrada nova de Leiria como a estrada das Caldas construída pelo conde de Valadares, com os traçados conhecidos. A estrada nova bifurca da anterior perto do lugar do Moinho Novo, não indo a Alenquer, e toma a direcção norte até Alcoentre, passando a nascente da Ota. De Alcoentre liga a Rio Maior. Entre 1791 e 1798, como já referido, foi feito o trajecto entre o Alto da Serra de Rio Maior e Coimbra, pela mão de Mascarenhas Neto<sup>10</sup>.

---

9 Cf. PATO, António Vaz – *op. cit.*, p. 66.

10 *Ibidem*, p.66.



**Figura 80**

«Carta Geographica de Portugal publicada por ordem de Sua Magestade. Levantada em 1860 e 1865 sob a direcção do Conselheiro F. Folque Geral. De Brigda. Graduado e Director do Instituto Geographico pelos officiaes do Exercito A. J. Perry, C. A. da Costa e G. A. Perry». F. Folque, Lisboa, c. 1865. [escala original 1.500 000].



As estradas velha e nova de Leiria, assim como a estrada das Caldas (via Ota), apresentam alguns troços comuns, outros praticamente paralelos e muito próximos, não se descortinando porque tal sucedeu e que razões levaram à escolha de determinados percursos em cada época.

Em nenhum destes mapas se encontra referência a Manique do Intendente. O único (dos consultados) onde aparece, ainda denominada Alcoentrinho, data de 1865. Uma estrada, que não aparece em nenhum dos anteriores, faz a ligação entre a estrada das Caldas e a cidade de Santarém, pelo Cercal, Alcoentrinho e Almoester.

É curioso constatar que, neste mapa, de 1865, a nova estrada de Leiria perde protagonismo tanto face à estrada de Santarém, como à estrada para as Caldas. O troço entre Alcoentre e o Moinho Novo não aparece nas cartas militares actuais.

O Intendente Pina Manique não podia ser alheio aos planos em curso para o desenvolvimento da rede viária do país. Embora as competências inerentes aos cargos que ocupava não incluíssem qualquer intervenção directa relativa às estradas e demais infra-estruturas fora do âmbito geográfico do termo da capital (embora tal tenha sucedido, como atestam os documentos transcritos no anexo C e como já referido).

Deve recordar-se o papel que teve na construção da estrada para as Caldas, tendo sido o responsável pela sua execução até ao termo da capital. Esta estrada iniciava o seu percurso na Praça da Figueira, em Lisboa, lugar da «légua 0»<sup>11</sup>. Para aí estava prevista a instalação de uma estátua homenageando a rainha D. Maria. A estátua terá sido executada por um ex-aluno da Casa Pia e um dos primeiros estudantes a ser enviado a Roma, onde recebeu formação em Escultura, João José de Aguiar<sup>12</sup>. É referida no artigo 19º da *Informação sobre as providências que parecem necessárias para a abertura e conservação das Estradas Reais*<sup>13</sup>:

11 PATO, António Vaz – *op. cit.*, p. 65.

12 CHAGAS, Pinheiro – *História de Portugal*. Cit. por PATO, António Vaz – *op. cit.*, p. 70.

13 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Reservados, Ms. 78. Documento datado de 12 de Agosto de



**Figura 81**

Estátua de D. Maria, João José de Aguiar.

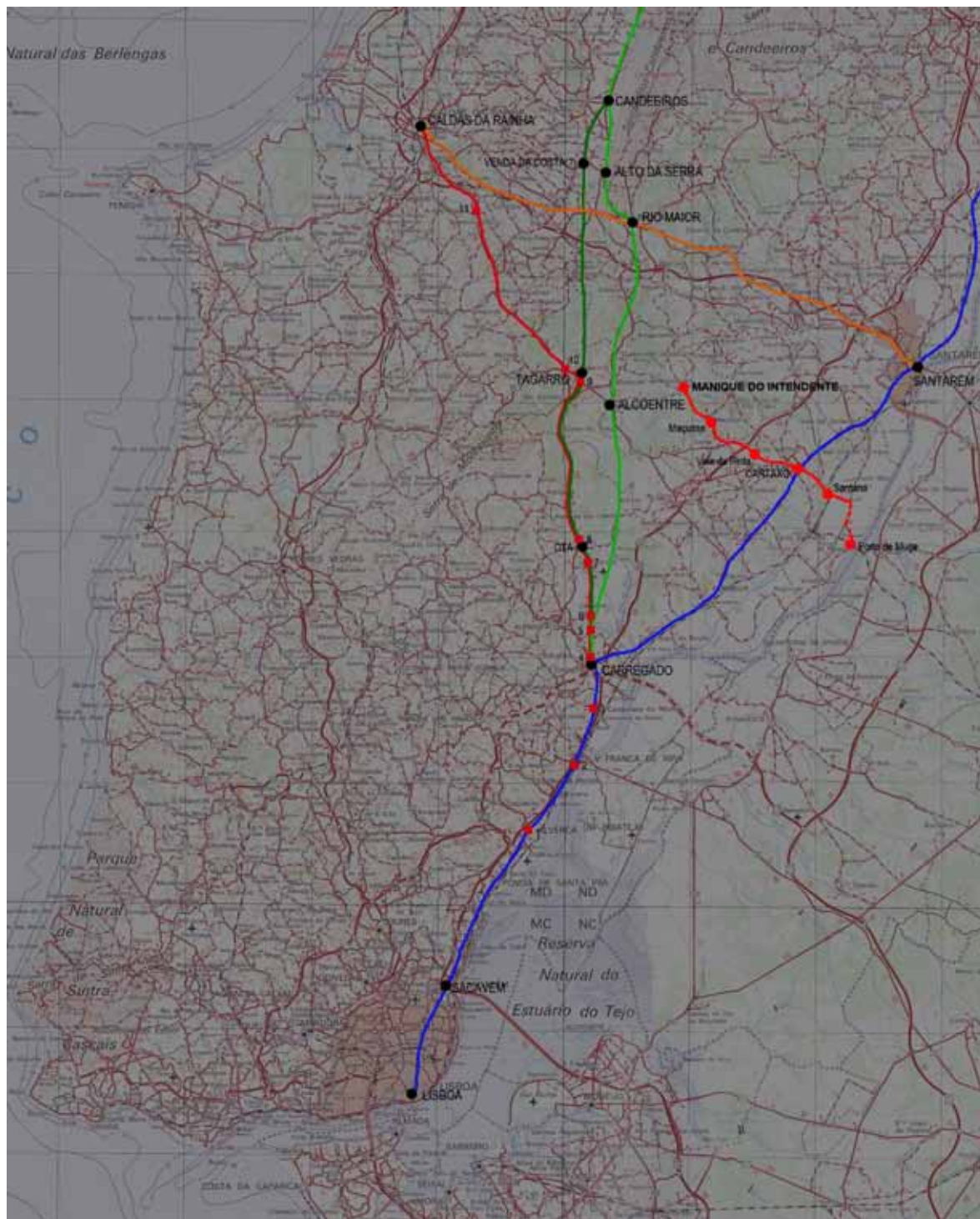
*“As estradas reais devem ser todas medidas à régua pondo-se no fim de cada milha um padrão de pedra de talha de uma só pedra quadrada, sobre uma base sólida; alto fora da superfície da estrada cinco palmos e palmo e meio de diâmetro. Estes padrões devem ter nas três faces exteriores escrito em grandes números arábicos, na face do meio, a quantidade das milhas de que fica distante o princípio da medição das estradas, que será em Lisboa do pé da estátua que tão merecidamente se deverá levantar à nossa Augusta Rainha, numa praça nova de arquitectura regular que se virá a edificar fazendo um lado da rua bela da Princesa, no alto dela, para memória do seu nome logo no princípio foi aberta. Nas outras duas faces deve estar o número das milhas andadas de uma vila ou cidade até à que se segue.”*

A implantação de Manique do Intendente não terá sido feita sem ter em atenção a sua ligação ao sistema global, factor determinante para o desenvolvimento económico e até para o prestígio do seu promotor.

É evidente a localização privilegiada da nova povoação: as ligações à estrada nova de Leiria, à estrada das Caldas, à estrada entre Santarém e Rio Maior, seriam feitas de forma muito fácil. São diversas as que se podem observar nas cartas actuais mas apenas em um caso temos registo documental de trabalhos nessa época. Trata-se da estrada a que já se fez referência no extracto transcrito da *Relaçam do estado das obras...*, em que se descreve a situação da obra da ponte da Várzea de Alcoentrinho. A estrada, ainda hoje existente, fazia o trajecto Manique do Intendente, Maçussa, Vale da Pinta, Cartaxo, e Ponte de S.<sup>ta</sup> Anna (actual Santana). No Cartaxo, entroncava na estrada Lisboa – Santarém. Conduzia,

---

1781 e transcrito por MATOS, Artur Teodoro de – *op. cit.*, p.491 et seq.



**Figura 82:** marcação das estradas mais importantes sobre carta militar actual. A azul, estrada de Santarém; a vermelho escuro, estrada das Caldas; a verde escuro, estrada velha de Leiria; a verde claro, estrada nova de Leiria; a laranja, estrada entre Santarém e as Caldas da Rainha; a vermelho claro, estrada entre Manique e Santana (Porto de Muge?). Os quadrados vermelhos na estrada das Caldas correspondem aos marcos aí levantados.

certamente, ao Porto de Muge. É possível que se pensasse no transporte de mercadorias por via fluvial a partir deste importante porto do Tejo. Esta estrada teria certamente a maior importância, atestada pela transformação, num troço final recto, ao penetrar na povoação, num eixo visual estruturador de toda a composição urbana.





**Figura 83**

Imagem de satélite da Península Ibérica (assinaladas, Manique do Intendente e La Carolina).



## PARTE III – MANIQUE DO INTENDENTE NO CONTEXTO EUROPEU: UM CASO PARTICULAR

### Capítulo 6 - La Carolina e a colonização da Serra Morena e Andalúzia

No decurso da investigação feita em torno do tema deste trabalho (em 2004<sup>1</sup>, como agora), foram sendo levantadas algumas relações de similitude entre Manique do Intendente e as povoações resultantes da colonização da Serra Morena e Andaluzia e, em particular, da sua capital na Serra Morena, La Carolina. Cerca de três décadas anteriores à povoação portuguesa, vários factores ligam estas duas experiências.

Em primeiro lugar, algumas características do traçado urbano, como a utilização de elementos dinamizadores do mesmo, tais como praças com formas variadas e eixos visuais que enquadram peças arquitectónicas relevantes.

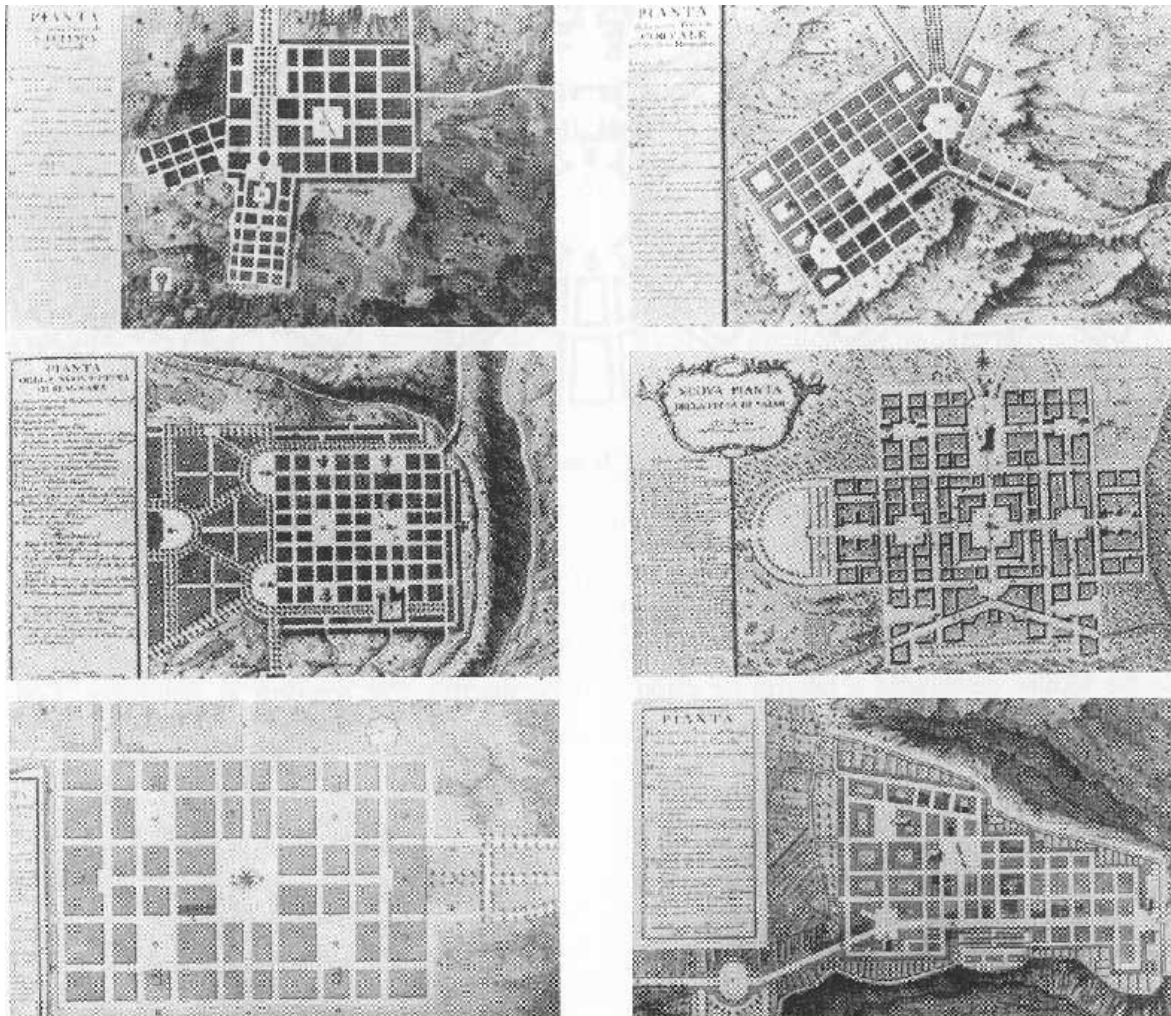
Em segundo lugar, o quadro geral social e económico que enquadra ambos os processos: promoção da riqueza interna por via do desenvolvimento de infra-estruturas e estradas e da agricultura e, também, da ocupação humana em áreas despovoadas.

Por fim, mas não menos importante, as personalidades que dinamizaram ambas as iniciativas. Aparentemente em pólos quase opostos em ideologia, o Intendente Pina Manique e o Superintendente Pablo de Olavide partilharam acções concretas em diversos domínios.

Por tudo isto, julgou-se oportuno comparar de forma mais sistemática as duas povoações, Manique do Intendente e La Carolina, assim como os processos de que resultaram.

---

1 MARQUES, Cátia Gonçalves – *op. cit.*



**Figura 84**

Povoações da Calabria, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Santa Eufémia, Cortale, Seminara, Palmi, Mileto e Borgia.

### 6.1 – Génese, objectivos e enquadramento geral do processo

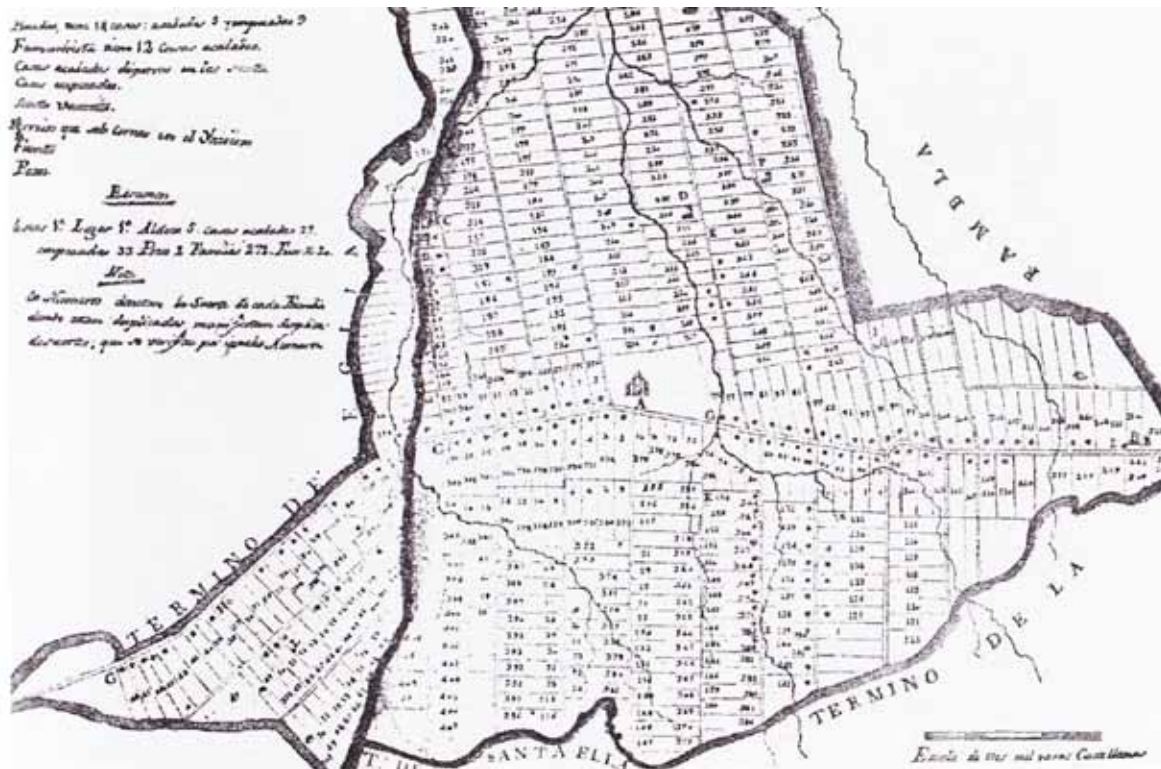
A colonização da Serra Morena e Andaluzia, promovida pelo monarca Carlos III, teve como objectivo o povoamento da região, o desenvolvimento da agricultura e o incremento da segurança na estrada que liga Sevilha (Cádiz) a Madrid. Foram construídas várias novas povoações, em duas áreas geográficas: na Serra Morena foram fundadas La Carolina, Las Navas de Tolosa, Carboneros, Guarromán, Rumblar, Santa Elena, Miranda, Aldeaquemada, Herradura e Tajumosa, entre outras; nas províncias de Sevilha e Córdoba fundaram-se La Carlota, Pineda, La Luisiana, Fuente Palmeira, Hilillos, San Sebastián de Ballesteros, entre outras<sup>2</sup>.

O rei Carlos III foi uma figura decisiva na implementação na corte espanhola das ideias do Iluminismo. Vindo do Reino de Nápoles, vinha imbuído das novas ideias de servir o bem-estar dos povos, e uma das suas primeiras iniciativas foi prover a que Madrid se tornasse uma cidade limpa e ordenada. Implementou um processo de recolha dos lixos e um sistema de esgotos e promulgou leis que obrigavam os proprietários a calcetarem as ruas frente aos seus edifícios, encarregando-se o governo central das vias públicas e dos espaços associados a equipamentos públicos. Tratou igualmente da iluminação da cidade. Não deixou de ter detractores. As medidas eram impopulares e muitos não viam razão para tais despesas.<sup>3</sup>

Não fora a primeira iniciativa do género deste monarca. Em Nápoles, fez construir uma série de novas povoações para realojamento após um grave terramoto ocorrido em 1783. Estas possuem planos regulares, tendencialmente reticulares, mas com a introdução de eixos diagonais (estruturantes ou não) e uma série de praças. Foi sob o seu governo que se iniciou a construção da «estrada das Calábrias». Em Espanha, este rei foi também o promotor de diversas povoações em volta de San Lorenzo de El Escorial, La Granja de San Ildefonso e El

2 Cf. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*.

3 Cf. CHUECA GOITIA, Fernando – Madrid y las reformas de Carlos III. In *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano, segundo simposio, 1982*, tomo II, p.927 et seq.



**Figura 85**

«Plano del término de La Carlota», Tomás López.



Prado, La Carraca em San Fernando (Cádiz), a ilha de Tabarca (Alicante), San Carlos del Valle (Ciudad Real) e San Carlos de la Rápita (Tarragona)<sup>4</sup>. Esta última tem formato rectangular, com quatro praças (que resultam da supressão de quarteirões) e lotes desiguais, mas simetria de composição. Três ruas mais largas assumem um papel mais importante, sendo onde se erguem os edifícios de maior importância. Vigo Trasancos<sup>5</sup> considera que este desenho faz lembrar as povoações da Calabria.

Os trabalhos promovidos ao nível das infra-estruturas e equipamentos e da requalificação das cidades durante o reinado deste monarca não têm paralelo nos períodos antecedentes, embora já tivessem sido feitos esforços nesse sentido desde meados do século, durante o reinado de Fernando VI: realização de mapas, reconhecimento do território, construção de infra-estruturas, melhoria de condições nas cidades, repovoamento.

A colonização da Serra Morena e Andaluzia está, pois, inserida numa estratégia global para protecção das vias de comunicação e, também, para inverter o declínio da agricultura. Eram conhecidos os factores que levaram à situação débil desse sector económico: a escassez de terras, os altos preços das rendas, os exagerados privilégios dos criadores transumantes de ovelhas (*Mesta*). Tentando encontrar respostas para estes problemas, o rei envia um questionário a todos os Intendentes provinciais pedindo o seu contributo.

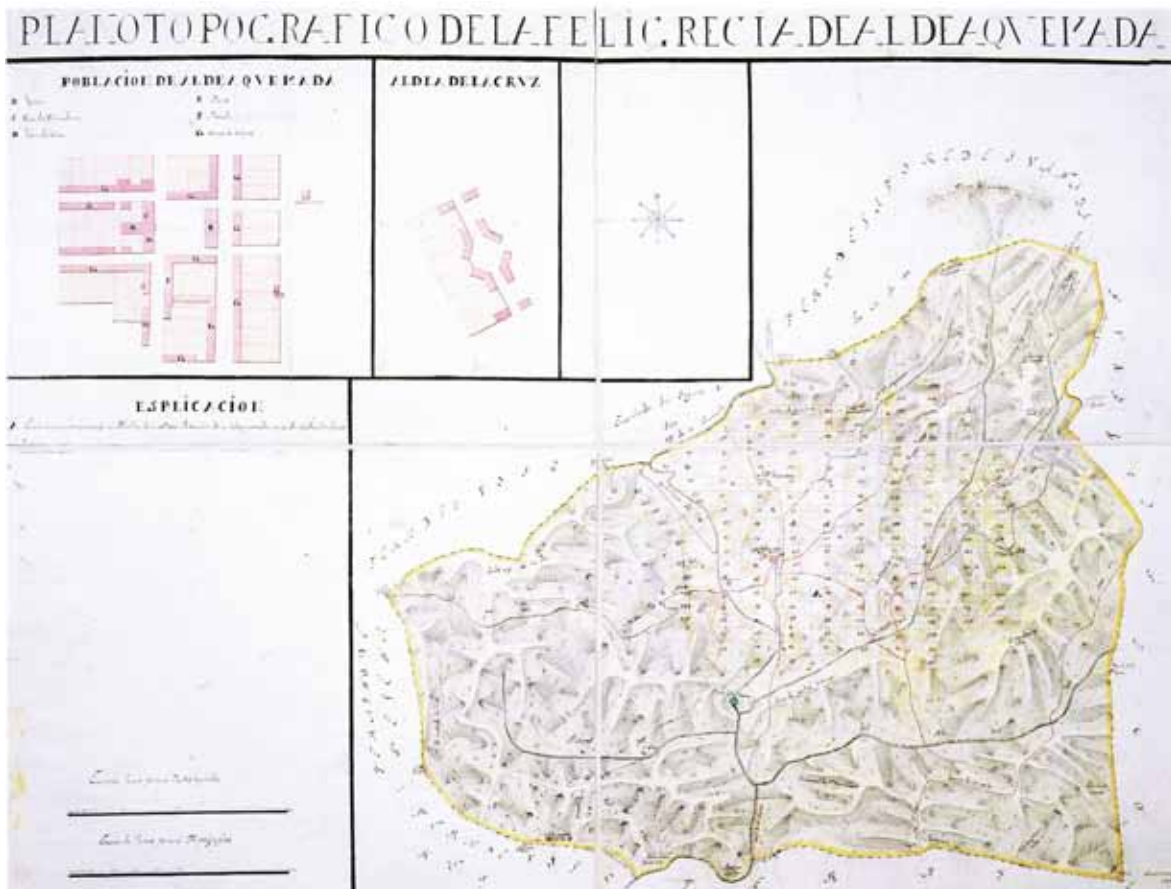
Desta iniciativa resultam não só as experiências das Novas Povoações da Serra Morena e Andaluzia, como uma série de outras experiências, com menor sucesso, muitas tomando estas povoações como modelo<sup>6</sup>. São exemplos os repovoamentos de Ciudad Rodrigo (1769), do caminho de Madrid na Extremadura, em Alcuia (Maiorca) e na província de Salamanca<sup>7</sup>.

4 Cf. BONET CORREA, Antonio – *El urbanismo en España e Hispanoamérica*, p.143.

5 Cf. VIGO TRASANCOS, Alfredo – *Arquitectura y urbanismo en El Ferrol del siglo XVIII*, p.156.

6 Cf. SAMBRICIO, Carlos – *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*, p. 176 et seq.

7 Cf. MARTIN, Remedios Moran – *Plan de Repoblación en la segunda mitad del siglo XVIII y primero del siglo XIX*. In *Carlos III y las “Nuevas Poblaciones”*, actas del II Congreso-Historico. La Carolina – 1986. Tomo I., p.245.



**Figura 86**

«Plano topográfico de la feligresía de Aldeaquemada», José Ampudia y Valdés, 1794-1797.



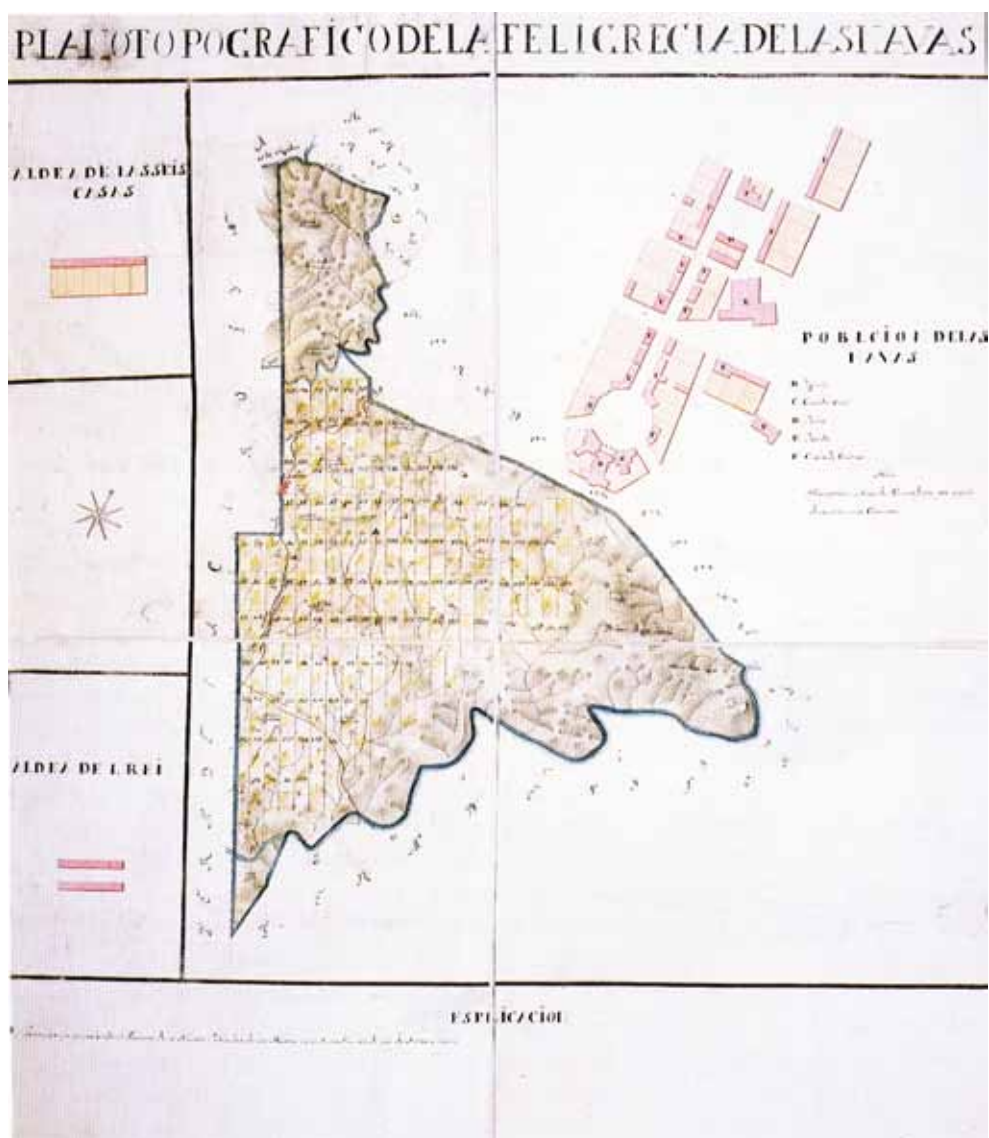
No final do século, as iniciativas deste género serão promovidas junto de privados, numa tentativa de conseguir melhores resultados. As iniciativas seguem um estrito procedimento administrativo e os planos resultantes advêm de duas motivações principais, segundo Remedios Moran Martin<sup>8</sup>: as daqueles que pretendiam enobrecer-se através da exploração de terrenos próprios ou solicitados à administração e as daqueles que pretendiam plasmar em novas povoações as ideias do socialismo utópico que haviam conhecido em viagens pela Europa. Mas não só os particulares aderiram aos incentivos proporcionados, como se registam igualmente pedidos de comunidades concelhias.

#### 6.1.1 – A implementação do processo de colonização

A colonização levada a cabo na Serra Morena e Andaluzia tem dois importantes antecedentes: a vontade do monarca Carlos III em fomentar reformas no plano da agricultura, cuja discussão havia já sido iniciada com o questionário enviado aos Intendentes, e a ideia apresentada pelo bávaro Gaspar Von Thüriegel, em 1766, para enviar colonos da Flandres e Alemanha para povoar os territórios americanos. A ideia foi abandonada e direccionados os colonos para a colonização interna. A «publicidade enganosa» feita por Thüriegel para aliciar colonos (recebia um valor à cabeça por cada colono que conseguisse trazer até Espanha), as resistências dos governos desses países ao ver a mão-de-obra a abandonar o país, a inexperiência no trabalho agrícola de muitos deles e a fraca condição física de outros, assim como a precipitação em fazê-los chegar (muito antes de estarem para tal reunidas condições), cedo levantaram problemas. Tal contribuiu, mesmo não sendo esse o objectivo inicial, para aí serem também instalados colonos espanhóis.

As novas povoações nascem em dois territórios distintos, com administrações autónomas. Um é o núcleo das Novas Povoações da Serra Morena, com capital em La Carolina, e o outro, o núcleo das Novas Povoações da Andaluzia, com capital em La Carlota, como já visto.

<sup>8</sup> Cf. MARTIN, Remedios Moran – *op. cit.*, p.256 e 257.



**Figura 87**

«Plano Topográfico de la Feligresía de las Navas», José Ampudia y Valdés, 1794-1797.

Nascem com um duplo objectivo: por um lado, fomentar o povoamento destas regiões e, ao mesmo tempo, apoiar o desenvolvimento da agricultura e, por outro, proporcionar maior segurança no caminho real entre Sevilha e Madrid (especificamente as Novas Povoações da Andaluzia), por onde circulavam grande parte das mercadorias chegadas do continente americano. Por detrás destes objectivos práticos estava também a vontade de acabar com as desigualdades do Antigo Regime e suas nefastas consequências: os ciclos de fome, os desequilíbrios na distribuição da propriedade agrícola, os privilégios e o regime de transmissão de cargos públicos hereditário, resultando em grandes desigualdades sociais<sup>9</sup>.

Foi enquadrado por um instrumento de ordenamento jurídico – o Foral ou *Real Cédula de Su Majestad, y Señores de su Consejo, que contiene la Instrucción, y fuero de población, que se deve observar en los que se forman de nuevo en la Sierramorena com naturales, y extranjeros Católicos*, promulgado a 5 de Julho de 1767<sup>10</sup>. Foi um instrumento fundamental no processo de construção das novas povoações. Este documento define regras para os mais variados campos relativos à instalação e funcionamento das colónias, mas deixa, ainda assim, muito nas mãos do Superintendente. Foi escrito já com esse cargo atribuído a Pablo de Olavide – a sua nomeação é anterior à publicação do Foral –, revelando a confiança que nele se depositava. A Superintendência era uma jurisdição independente respondendo apenas ao Ministério da Fazenda (para o governo, administração e desenvolvimento) e ao Consejo de Castilla (para a justiça)<sup>11</sup>. Tinha uma orgânica complexa, com o Superintendente à cabeça, e uma estrutura hierárquica piramidal.

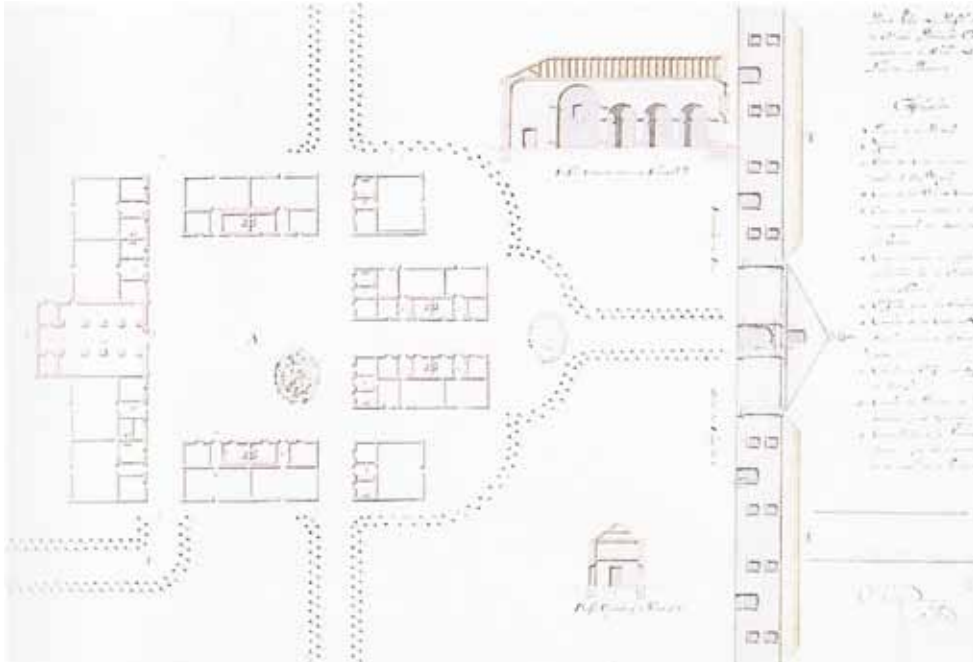
O Foral não delimitava o território, tendo esse trabalho sido feito durante os primeiros anos da sua implementação. No texto apenas se refere que devem ser escolhidos os locais

---

9 Cf. HAMER FLORES, Adolfo – *La Intendencia de las Nuevas Poblaciones de Sierra Morena y Andalucía, 1784-1835*, p.6.

10 Cf. GUERRERO LOPEZ, Salvador – *Urbanismo e Ilustracion en las nuevas poblaciones de Sierra Morena y Andalucía*. In AVILÉS, M.; SENA, G. (editores) – *Nuevas Poblaciones en la España Moderna*, p. 97.

11 Cf. HAMER FLORES, Adolfo – *op. cit.*, p.12.



**Figura 88**

Planta de Fuente Palmera, Simón Desnaux.

adequados e que o trabalho deve ser convenientemente registado num plano (nunca completamente realizado). No que às estruturas físicas diz respeito, o Foral estipula o seguinte:

- cada povoação terá 15, 20 ou 30 casas, tomando a extensão conveniente;
- as casas podem ser construídas num grupo ou junto à terra de cultivo do colono (sendo esta hipótese preferível, para evitar deslocações);
- a delimitação obrigatória dos lotes (cercas, marcos);
- a distância entre cada povoação;
- cada 3, 4 ou 5 povoações formam uma freguesia ou concelho;
- a povoação central do concelho possuirá igreja e casa para o pároco, casa de câmara e cadeia;
- as povoações deveriam estabelecer-se junto aos caminhos reais (para protecção dos mesmos e para facilitar o escoamento da produção agrícola e industrial).

Além destas, outras disposições, para além das estritamente relacionadas com as competências e administração das colónias, estava previsto:

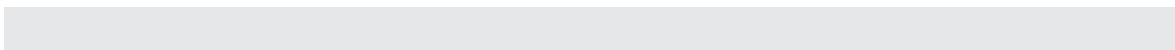
- o incentivo aos casamentos mistos (colonos estrangeiros e espanhóis), salvaguardando que os espanhóis não poderiam ser originários de províncias despovoadas;
- o incentivo aos casamentos com pessoas recolhidas nos hospícios de Córdoba, Jáen, Sevilha e Almagro;
- a provisão aos agricultores e aos artesãos dos instrumentos necessários ao seu labor;





**Figuras 80 a 91**

Construções na aldeia de Fuente Palmera.



- a isenção de impostos durante 10 anos;
- a obrigação de manter os lotes de terra indivisos;
- a obrigação de enviar as crianças à escola de primeiras letras;
- a proibição de estudos superiores (a mão-de-obra destinava-se primeiramente à agricultura).

A prisão de Pablo de Olavide, em 1776, levou a um abrandamento na aplicação do plano. Entre 1776 e 1784, o cargo não foi ocupado, tendo as novas povoações ficado entregues a si próprias. Muitas das suas ideias foram abandonadas, como as mudanças que propôs para aumentar a produtividade agrícola e apostar em culturas complementares às tradicionais cerealíferas. Também perderam o ímpeto as actividades artesanais e industriais – o Superintendente ocupava-se pessoalmente de encontrar compradores para escoar a produção.

Algumas aldeias foram abandonadas nos anos subsequentes. Fruto da urgência na construção dos tempos iniciais e da utilização de materiais menos duráveis – terra, sobretudo, pois a cal, a pedra e a madeira eram de difícil aquisição – deu-se uma degradação precoce dos edifícios. Nuns casos, foram feitos esforços para reedificar essas casas, noutros, tal contribuiu para o abandono. Também a destruição levada a cabo durante as invasões francesas foi um factor importante.

Em 1784, a Superintendência das Novas Povoações da Serra Morena e Andaluzia é substituída pela Intendência com o mesmo nome. Em 1835, é abolido o regime foral.

O Intendente Olavide via nesta experiência a oportunidade de lançar um novo modelo de sociedade, mais justa. Diz, numa carta datada de 1774, dirigida a um subdelegado das Novas Povoações da Andaluzia: *“Yo me había figurado dar en las colonias un modelo de aplicación a todos los pueblos de España, y en especial a los de Andalucía.”*<sup>12</sup>

---

12 HAMER FLORES, Adolfo – *op. cit.*, p.6. Cit. por PERDICES BLAS, Luis – *Pablo de Olavide*, p.183.



**Figura 92**

Vista de La Carlota.

Um censo de 1791 mostra que as Novas Povoações tinham o rendimento *per capita* mais alto do país. Para tal contribuíram sobretudo as menores diferenças sociais existentes: um maior número de agricultores a explorar os seus próprios terrenos e um menor número de trabalhadores à jorna<sup>13</sup>.

Trabalharam nas obras da colonização, do traçado cadastral ao projecto de edifícios concretos, diversos engenheiros militares (sobretudo estes) espanhóis e franceses, arquitectos, agrimensores, desenhadores e mestres de obras<sup>14</sup>. Não há, contudo, nos estudos feitos até à presente data, consensualidade em torno da autoria dos traçados destas novas povoações: diversas hipóteses são defendidas, mais ou menos apoiadas em teorias especulativas<sup>15</sup>.

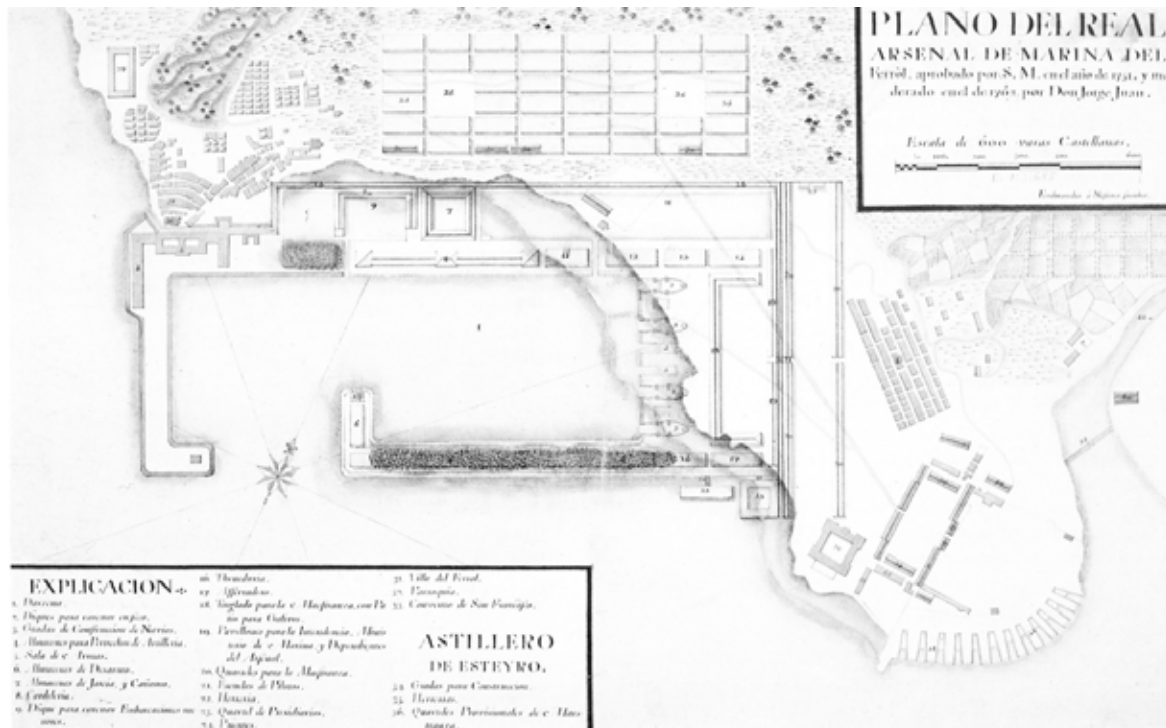
Os promotores deste movimento colonizador advogavam o controlo da dimensão das cidades, ideia trazida pela teoria fisiocrática. Viam em cidades muito grandes não só os problemas aí directamente filiados (a insegurança, a insalubridade, o intenso e complicado tráfego, a sobrelotação) como também uma das causas para o abandono do espaço rural e da agricultura. Assim, na colonização da Serra Morena e Andaluzia, desejava-se a implementação de um *habitat* disperso: os colonos construiriam a sua casa junto ao seu lote e pequenos centros forneceriam os necessários serviços: igreja, câmara, mercado. Estas povoações organizavam-se segundo uma estrutura hierárquica e piramidal que acompanhava a estrutura administrativa. No entanto, estes pequenos centros acabaram por ter um peso maior, exercendo uma grande atracção junto da população. Acompanhando essa tendência, foram também implementadas medidas para fomentar a indústria e o comércio, quase secundários na génese do processo.

---

13 HAMER FLORES, Adolfo – *op. cit.*, p.51.

14 Para uma elencação dos nomes ligados a este processo, consulte-se: OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*, p.108 et seq.; e também, sobre o mesmo assunto: SAMBRICIO, Carlos – *op. cit.*, p. 143 et seq.

15 Sobre este assunto: GUERRERO LOPEZ, Salvador – *op. cit.*, p. 106.



**Figura 93**

«Plano del Real Arsenal da Marina de El Ferrol aprobado por S. M. en el año de 1751 y moderado en el de 1762 por Don Jorge Juan», Fernando Nestares.



Subordinadas aos objectivos primordiais da colonização – promoção da agricultura e protecção de vias de comunicação – as povoações implantam-se no território em resultado desses dois vectores. O seu traçado é, muitas vezes, quase que uma densificação do cadastro agrícola traçado, como aponta Samitier<sup>16</sup>. É o caso, também, de La Carolina.

Nos dois núcleos de colonização, a implantação segue a mesma fórmula: partindo da estrada principal, eram definidos os lotes, com 800 varas castelhanas<sup>17</sup> no sentido este-oeste e 300 varas no sentido sul-norte, sendo os limites definidos por caminhos. Esta retícula sobrepunha-se à topografia do terreno.<sup>18</sup>

### 6.1.2 – La Carolina

A capital das povoações da Serra Morena, La Carolina, assim baptizada em honra do rei D. Carlos III, nasce no local da povoação de La Peñuela, onde existia um pequeno convento de carmelitas descalças.

Vigo Trasancos, comparando-a com El Ferrol, caracteriza-a da seguinte forma: “Poco tienen que ver entre sí; pero su comparación es decisiva para apreciar los distintos criterios que, durante el siglo de la Ilustración, el «nuevo orden» borbónico aplicó a las ciudades de nueva creación; es así que, si Ferrol supone el más alto logro de la «razón», La Carolina, por el contrario, ejemplifica un modelo de *ciudad sensual y paisajística que entronca con toda una tradición barroco-cosmopolita, casi rococó.*”<sup>19</sup>

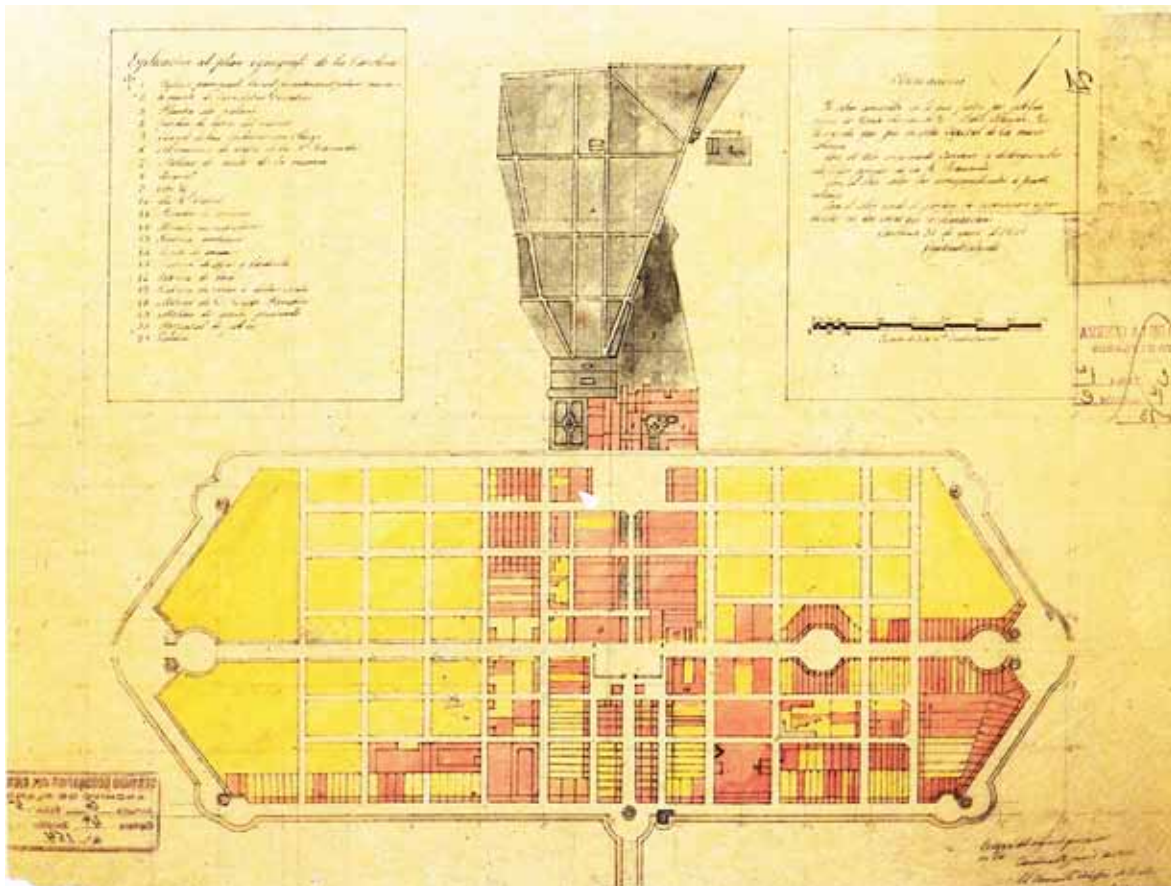
---

16 Cf. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *op. cit.*, p.38.

17 1 vara = 0,8359m: Cf. SANCHEZ FERNANDEZ, Francisco – Maquetas de los nucleos originales de las Nuevas Poblaciones de Sierra Morena. In AVILÉS, M.; SENA, G. (editores) – *Nuevas Poblaciones en la España Moderna*, p. 211.

18 Cf. BATALLA MARTINEZ, Carlos Sanchez – Aldeaquemada, Colonia de Carlos III. In AVILÉS, M.; SENA, G. (editores) – *Nuevas Poblaciones en la España Moderna*, p. 69.

19 VIGO TRASANCOS, Alfredo – *op. cit.*, p.157.



**Figura 94**

Planta de La Carolina «(...) según lo tenía dispuesto D. Pablo Lavide (...)», Cayetano Delgado, 1846.

Apesar de ser ainda reconhecível, o plano não foi totalmente executado. É a partir de um desenho datado de 1822 e identificado como uma cópia do plano delineado por Don José Ampudia y Valdés<sup>20</sup>, que é analisado o traçado da povoação.

O traçado de La Carolina estrutura-se segundo dois eixos principais, duas ruas que se cruzam perpendicularmente, sensivelmente ao centro da composição. As restantes ruas assumem as mesmas direcções, num traçado reticular. A hierarquização dos dois eixos principais é-lhes dada pela existência de praças e edifícios públicos, assim como pela marcação de pontos relevantes por pequenas torres, fonte ou pela existência de arborização. Ao traçado em quadrícula, amplamente usado em povoações *ex-novo*, é emprestada alguma animação por via destas praças com diferentes formatos. Por outro lado, a hierarquização das ruas é reforçada pelas diferentes larguras que possuíam: 10 a 16 metros para as ruas perimetrais, 9 a 11 metros para os eixos principais, 9 a 10 metros para as ruas transversais e 4 a 6 metros para as ruas longitudinais<sup>21</sup>.

O eixo longitudinal (este - oeste), que atravessa toda a povoação, corresponde à estrada que liga Madrid a Sevilha e Cádiz. É arborizado na secção exterior ao perímetro urbano. A entrada nascente da povoação (direcção Madrid) faz-se por uma praça sensivelmente oval, de onde nascem três ruas – um tridente – sendo a central o referido eixo. Passados dois pilares que marcam essa transição, entra-se na praça da Alfândega, de forma circular.

O eixo transversal tem o seu ponto focal no Palácio do Intendente. Ainda no exterior da povoação, a rua é, na verdade, uma alameda, ladeada por hortas.

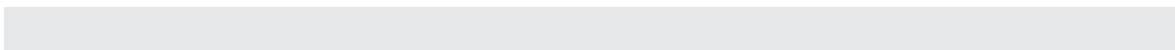
Das praças localizadas no eixo longitudinal, uma apresenta forma octogonal – a Plaza de los Toros ou Plaza de Arcos, embora não constitua qualquer cruzamento de vias, consistindo

20 Cf. RUIZ GONZALEZ, Juan Enrique – El Palacio del Intendente. In AVILÉS, M.; SENA, G. (editores) – *Nuevas Poblaciones en la España Moderna*, p. 145.

21 Cf. *La Carolina: evolucion del modelo territorial de la colonizacion*, p. 42.



**Figura 95**  
La Carolina (imagem de satélite).



tão só num alargamento da rua, à custa dos lotes que a circundam. Está alinhada com as praças de entrada, que resultam da conjugação de uma praça circular com uma outra quase oval, como já referido.

No cruzamento dos dois eixos estruturantes abre-se uma praça rectangular, a plaza mayor, onde se situa a Câmara e a Cadeia. Inclui um gradeamento, e seria usada para a realização de espectáculos públicos.

No topo do eixo transversal existe uma praça também rectangular, enquadrando a igreja e o palácio do Superintendente – conjunto este nascido do pré-existente convento – existe também uma praça rectangular. Aí também se ergueria um teatro. O conjunto edificado Palácio/Igreja apresenta-se à margem do tecido urbano projectado, desenvolvendo-se nas suas traseiras um grande parque verde, possivelmente criado a partir da cerca do extinto convento.

O limite da povoação seria claramente marcado por uma alameda que a circundaria. Para além das praças de entrada, uma série de pracetas semi-circulares e pilares/marcos pontuariam esta alameda nos ângulos do perímetro da vila.

Embora à margem do plano, a quinta do Palácio do Intendente, as hortas junto à saída para Sevilha (eixo transversal) e também as plantações de amoreiras junto à saída para Madrid (eixo longitudinal) representavam a importância dada não só ao «embelezamento» das cidades, como ao desenvolvimento agrícola. A quinta do palácio dividia-se numa área ajardinada de uso privado e noutra usada para o ensino das técnicas agrícolas<sup>22</sup>.

Existem duas tipologias reconhecíveis de ocupação do lote: casas geminadas fazendo frente com a rua e casas com pátio fronteiro, estas últimas na rua que conduz ao Palácio/Igreja. Todas possuem quintais nas traseiras, repetindo-se o esquema no lado oposto do quarteirão.

---

22 Cf. *La Carolina: evolucion del modelo territorial de la colonizacion*, p. 48.





**Figura 96**

Fachada do Palácio do Superintendente e igreja.

A praça octogonal de La Carolina não é caso único no urbanismo espanhol deste período. Bonet Correa<sup>23</sup> atribui o aparecimento de praças deste tipo à influência francesa, com praças rectangulares de cantos chanfrados, regra geral como cenário para uma estátua real. Quando aparecem em novas povoações, estas praças conjugam, à semelhança de outros exemplos europeus, eixos visuais e de circulação. Já aquelas que nascem em cidades consolidadas não têm um papel efectivo no desenho urbano. São frequentemente praças fechadas, à margem da circulação viária, sendo raros os cruzamentos de vias ou a marcação de eixos de simetria. São salas a céu aberto, palco de festas e mercados e, com muita frequência, praça de touros. Podem citar-se como exemplos as praças de Archidona (1780-1786), fechada, com arcadas, de Aguilar de la Frontera, de Chodes, o centro de uma pequena povoação com traçado reticular, é fechada e possui quatro portas, de Tarazona (1792), com arcadas em vários pisos, de onde se assistia às corridas de touros.

Outros exemplos em povoações da Serra Morena e Andaluzia são as praças de Las Navas de Tolosa e de Aldea de Los Rios. A segunda é hexagonal. A primeira assume um papel preponderante no traçado urbano: enquadra a igreja, a eixo da via principal.

## 6.2 – O intendente Olavide: breve biografia, iniciativas e ideias

Pablo Antonio Joseph de Olavide y Jáuregui nasceu em Lima, Peru, no seio de uma família preponderante da capital peruana. Os antecedentes familiares revelam uma realidade habitual à época: os casamentos entre espanhóis vindos da Europa e que faziam carreira e fortuna no território sul-americano e as filhas criolas de famílias já aí instaladas mas com as mesmas raízes. Pablo de Olavide fez, portanto, o percurso inverso ao estabelecido.

---

23 Cf. BONET CORREA, Antonio – *Morfología y ciudad*, p.103.



### Figuras 97 a 101

Praças poligonais espanholas: a par de outras praças poligonais que aparecem também em «nuevas poblaciones» (Guadalupe, projecto de 1748; o mercado de San Fernando em Manila, construído em 1752-58), podem apontar-se mais alguns exemplos, nascidos de operações de ampliação ou substituição de tecidos urbanos existentes e em povoações construídas de raiz, como Archidona (1780-86), Aguilar de la Frontera, Chodes ou Tarazona. Da esquerda para a direita, de cima para baixo, San Fernando, Archidona, Aguilar, Chodes e Tarazona.

Graduou-se em Direito Civil e Canónico aos 16 anos e logo se doutorou em Teologia. Aos 17 anos era já catedrático na Universidade de São Marcos<sup>24</sup>. Em 1745, torna-se juiz ouvidor no Tribunal de Lima.

Lima foi devastada por um terramoto em 1746 e foi Olavide nomeado comissário das obras de reconstrução. É na sequência deste trabalho que é acusado de utilizar de forma errada os fundos à sua disposição (ter-se-ia construído um teatro em vez de uma igreja). Também a morte do pai, seu protector, no terramoto, e as exigências de vários alegados credores deste, levaram a uma acusação formal junto da Coroa espanhola. Viaja para Espanha, onde chega em 1752, com o intuito de se defender. Acaba condenado e preso por alguns meses. Logo alguns familiares movem esforços e acaba por conseguir a liberdade, alegando questões de saúde. Casa-se em 1755, recuperando uma boa situação financeira e, em 1756, é admitido na Ordem de Santiago. A partir do ano seguinte e até 1765, realiza diversas viagens a França e Itália, relacionando-se com personalidades da Europa ilustrada.

Estas viagens granjearam-lhe a fama de homem culto, viajado e bem relacionado. Este prestígio foi fomentado pelas actividades que promovia: concertos, representações teatrais e tertúlias onde se discutia o mundo sob o signo das Luzes. Entre as boas relações que foi cultivando, encontram-se o Conde de Aranda e Pedro Rodríguez Campomanes, ambos futuros homens fortes no governo de Carlos III. É por via destes que consegue chegar aos importantes cargos que lhe foram confiados nos anos seguintes.

As suas acções, em Espanha, centraram-se em quatro grandes domínios: o bem-estar público, a reforma agrária, a reforma do ensino universitário e a reforma do teatro.

Um dos primeiros trabalhos que lhe foi pedido, pelo monarca Carlos III, foi a instalação e gestão de um hospício, em Madrid. Tinha esta instituição como fim receber vagabundos e

---

24 Cf. MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan – *El tiempo ilustrado de Pablo de Olavide*, p. 17.





**Figura 102**

Gravura de Pablo de Olavide, Moreno de Texasas.

---



mendigos e reabilitá-los, transformando-os em membros úteis da sociedade. O Hospício de São Fernando foi fundado em 1766. Aos recolhidos era providenciada formação religiosa, educação para as crianças, aulas de costura para mulheres e raparigas, tecelagem para os rapazes e homens mais velhos e construção civil para os homens adultos. Eram também prestados os necessários cuidados de saúde.

Em 1767, é nomeado, pelo rei Carlos III, Assistente da Cidade de Sevilha, Intendente Geral do Exército e dos quatro reinos da Andaluzia e Superintendente para as Novas Povoações da Serra Morena e Andaluzia.

Durante o período de arranque deste processo colonizador vive temporadas em La Carolina e em Sevilha, tentando acompanhar as iniciativas e obrigações inerentes aos cargos que ocupava. Adepto de tertúlias, em Sevilha como em La Carolina: são visitas frequentes alguns nomes importantes, dos quais se pode salientar o Duque de Almodovar (Pedro Francisco de Luján y Góngora, 1727-1794), embaixador em Portugal entre 1765 e 1778, e o conde de Fernán Nuñez (futuro embaixador em Lisboa e Paris e biógrafo de Carlos III). Durante estas visitas geravam-se discussões em torno das preocupações comuns, fundamentalmente o bem público e a reforma agrária. A título de exemplo, o conde de Fernán Nuñez (Carlos José Gutiérrez de los Ríos, 1742-1795) deixou também trabalho nestas áreas, tendo beneficiado a povoação de Fernán Nuñez com diversas obras: a revitalização do Hospital de la Caridad, a reconstrução de um cemitério público, a construção de fontes, a fundação de escolas e o apoio a órfãos<sup>25</sup>.

Em Sevilha, Olavide promoveu diversas obras de «embelezamento» da cidade (alargamento de portas de muralhas, obras nos cais do rio para regulação das cheias, pavimentação de ruas, construção de fontes, melhoramentos nos sistemas de escoamento de águas pluviais...).

---

25 <<http://www.fernannunez.es/turismo/personajes/carlos-jose-gutierrez-de-los-rios>> [Consult. 01 Fevereiro 2013].



Em 1771, encomendou o desenho de uma planta da cidade (a primeira!), realizado por Francisco Coello. A par destas medidas, promoveu a regulamentação de aspectos ligados à ordem e segurança públicas (iluminação nocturna, interdição de porte de armas, serviço de socorro a náufragos).

Ligando as duas realidades, tentou levar a cabo um plano de regularização do Guadalquivir, tornando-o navegável, com o objectivo de escoar os bens produzidos na Serra Morena.

Em Sevilha, apoiou um empresário na criação de um teatro, que via como uma «escola de moral e virtude»<sup>26</sup>, não obstante os estritos regulamentos a que deviam obedecer os actores e actrizes. Noutras cidades, apoiou também a criação de teatros e instituiu mesmo escolas de arte dramática.

Este interesse pelo teatro não era bem recebido nos sectores mais conservadores da sociedade, assim como as suas opiniões em relação a algumas práticas religiosas (o excesso de superstição, o muito disseminado culto aos santos, os elevados gastos monetários em obras cultuais). Tudo isto, somado aos problemas em Lima de há muitos anos, alimentou uma campanha de difamação junto dos seus detractores: a velha aristocracia, as ordens religiosas, os grémios profissionais, em suma, todos aqueles que gozavam do poder e que viam a ordem instalada ameaçada. Esta campanha culminou com o julgamento pelo Tribunal da Inquisição e a sua condenação, em 1778, por atentar contra a ordem e a espiritualidade tradicional. A pena seriam oito anos de reclusão num convento. Dois anos de pena cumpridos, entre vários conventos, e Olavide consegue fugir para França. Ao estalar a Revolução Francesa, escapa por pouco a uma execução, aproveitando a condição de foragido do tribunal inquisitorial. A instabilidade da sua situação leva-o a desejar o regresso a Espanha, o que acontece em 1798, finalmente reabilitado pelo rei Carlos V. É no período que passa em França que escreve um livro, *El evangelio en triunfo o historia de un filósofo*

26 Cf. DEFOURNEAUX, Marcelin – *Pablo de Olavide ou l'Afrancesado (1725-1803)*, p.282.



*desengañado* – no qual, contraditoriamente a tudo o que professou e praticou durante a sua vida, tece um duro ataque ao regime resultante da Revolução Francesa, enquanto adverte para os perigos do afastamento da religião. Fruto de uma efectiva desilusão com o rumo dos acontecimentos em França ou tentativa de limpar o seu nome e conseguir o almejado regresso a Espanha?<sup>27</sup>

Neste livro, um diálogo por carta ficcionado, inclui uma descrição da fundação de uma colónia: das teorias que a sustentavam à efectivação do processo. Samitier<sup>28</sup> considera esta descrição como uma revisitação do processo em que havia estado envolvido e que fora forçado a abandonar.

Nos últimos anos de vida não se lhe conhecem mais intervenções públicas. Dedicava-se à actividade literária. Morre em Baeza, em 1803.

### 6.3 – Análise comparativa

#### 6.3.1 – Os Intendentes: cargos, iniciativas, ideologias

Em Portugal, a Intendência Geral da Polícia foi criada pelo alvará de 25 de Junho de 1760, ainda no tempo de Pombal, com o objectivo de coordenar as atribuições de Polícia exercidas pelos magistrados judiciais. Desta Intendência dependiam a Guarda Real da Polícia (criada em 1801) e a Real Casa Pia (criada em 1780).

Entre os muitos cargos que Pina Manique ocupou, o de Intendente Geral da Polícia terá sido aquele que mais preponderância assumiu. Foi o terceiro nomeado para este cargo (1762), tendo sido as competências da Intendência alargadas pelo alvará de 15 de Janeiro de 1780 não só é aumentado o poder sobre os magistrados, como passa a ter sob a sua alçada

27 Cf. MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan – *op. cit.*, p. 107; OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*, p.35.

28 Cf. OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *op. cit.*, p.35.





algumas competências que pertenciam ao Senado de Lisboa (construção e reparação de calçadas, fontanários e outras obras públicas)<sup>29</sup>.

Na dependência directa do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino corresponde a uma vontade de centralizar o poder político, assim como diversos outros cargos criados no mesmo período (inspectores, intendentes, superintendentes). Reflectem não só o absolutismo do Estado como também a necessidade, sobretudo a partir do governo de D. Maria, de controlar alguma agitação política. São também o reflexo das ideias que vêem uma ligação directa entre a felicidade dos povos e a capacidade de gerar riqueza. Essa ideologia sai reforçada com a alteração de competências em 1780, revelando uma política não tanto de sancionamento, mas mais de educação e prevenção, na linha das doutrinas sociais europeias da época<sup>30</sup>.

As Intendências, em território espanhol, foram instituídas pelo rei Filipe V, em 1718. Ficavam os Intendentes encarregados do governo económico das províncias. Em 1749, novo édito real reforça o seu papel e estabelece as suas competências: a regularização do funcionamento das administrações locais e dos tribunais, o controlo dos agentes do governo central e dos municipais, a tutela económica da província (estudo dos recursos e sua correcta exploração, produção de cartografia com as terras cultiváveis, bosques, pastagens, desenvolvimento das manufacturas, indicação dos trabalhos públicos a desenvolver) e a manutenção do corpo militar e dos quartéis, assim como o recrutamento militar.<sup>31</sup>

Não obstante a coincidência do nome, as Intendências não correspondem, nos dois países, à mesma realidade, nem no âmbito geográfico, nem nas competências atribuídas. Em Espanha, trata-se de um cargo provincial, de ligação ao governo central, com atribuições

29 Cf. BILÉU, Maria Margarida Correia – *op. cit.*, p. 58.

30 Cf. BILÉU, Maria Margarida Correia – *op. cit.*, p.53 et seq.

31 Cf. DEFOURNEAUX, Marcelin – *op. cit.*, p.105 a 107.



muito alargadas. Em Portugal, a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino servia sobretudo as áreas ligadas à administração da Justiça e, no termo da capital, à manutenção do espaço público e segurança.

É neste último campo que as acções de Pina Manique e Olavide se aproximam: o trabalho desenvolvido pelo primeiro em Sevilha, numa tentativa de melhorar as condições de vida das populações, aproxima-se do de Pina Manique em Lisboa, com as preocupações relativas à iluminação pública, à deslocalização de cemitérios, à manutenção e construção de infra-estruturas.

Outro ponto em comum é o trabalho desenvolvido em instituições de apoio social. Olavide foi convidado para gerir o Hospício de São Fernando, em Madrid. Pina Manique foi o promotor da Real Casa Pia de Lisboa. A semelhança de objectivos e de funcionamento das duas instituições é grande: a «reabilitação» dos indigentes por via da educação formal e religiosa e do ensino de profissões.

O teatro despertou interesse em ambos. Os dois viam-no como um modo de «instruir» a população. Pina Manique ajudou, como já descrito, na construção do teatro de São Carlos e Olavide teve uma actividade mais intensa neste âmbito, apoiando vários teatros e escolas de actores.

O limenho Olavide era homem viajado e conhecedor das ideias iluministas. Dedicou-se a estudar os problemas relativos ao declínio da agricultura e ao despovoamento e propôs medidas para as combater. A sua atenção virou-se também para os problemas das cidades existentes (limpeza, segurança, constrangimentos de tráfego). Esteve intimamente envolvido na reforma da Universidade de Sevilha. São conhecidos diversos documentos escritos em que expõe as suas ideias, dos quais se destacam o relatório em que, em resposta à solicitação do monarca, expõe as suas ideias acerca das causas do declínio da agricultura

<b>Cronograma comparativo de dados biográficos, cargos e actividades</b>		
<b>Pablo de Olavide y Jauregui</b>		<b>Díogo Inácio de Pina Manique</b>
Nascimento em Lima, Perú	1725	
	1733	Nascimento em Lisboa
Graduação em Direito Civil e Canónico e Teologia (Universidade de São Marcos, Lima)	1741	
Catedrático na Universidade de São Marcos	1742	
Juiz no Tribunal de Lima	1745	
Comissário das obras de reconstrução após o terramoto em Lima	1746	
Chegada a Espanha	1752	
Condenação pela Justiça espanhola	1754	
Casamento	1755	
Ingresso na Ordem de Santiago	1756	Ingresso na Ordem de Cristo
	1757	
Período em que fez diversas viagens pela Europa (Itália, França, Suíça)	1758	Graduação em Leis na Universidade de Coimbra
		Juiz do Crime do Bairro do Castelo
	1765	Corregedor do Crime do Bairro de Alfama
Director do Hospício de São Fernando, Madrid	1766	
Assistente da Cidade de Sevilha, Intendente Geral do Exército e dos quatro reinos da Andaluzia e Superintendente paras as Novas Povoações da Serra Morena e Andaluzia	1767	
Período em que promove diversas obras de melhoramento urbano na cidade de Sevilha, assim como diversas iniciativas ligadas à segurança pública (iluminação nocturna, interdição de porte de armas, serviço de socorro a náufragos); no mesmo período apoia a fundação de um teatro na mesma cidade e promove outras iniciativas similares noutras povoações; Início da Colonização da Serra Morena e Andaluzia; Reforma Universitária (1768)	1771	Desembargador da Relação do Porto; Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação
	1772	Superintendente-geral de Contrabandos e Descaminhos
	1773	Casamento e doação do Prazo de Alcoentrinho
	1774	Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação; Escrivão das Arrematações das Comendas
	1776	Lista dos povos das comarcas do país
	1777	

Continua na página 125.



e as formas de ultrapassar esse problema, o próprio Foral das Novas Povoações, em cuja redacção terá colaborado, e o livro *El triunfo del evangelio*. Não só pôs em prática as suas ideias, sempre que lhe foi possível, como fomentava a discussão em torno destas.

Já ao Intendente Pina Manique não se lhe conhecem grandes teorizações em torno de algum destes assuntos. Era um homem sobretudo de acção, não olhando muitas vezes a meios para concretizar o que lhe era pedido. Fundamentalmente, e ao contrário de Pablo Olavide, o Intendente era um feroz perseguidor das ideias revolucionárias e, também, um convicto defensor do papel da Igreja e do seu poder instalado, o qual não podia conceber sem uma forte ligação à Monarquia (vejam-se as ideias expostas nas cartas dirigidas a Frei Caetano de Braga, transcritas no anexo D. Se seguiu algumas dessas ideias não o terá feito por conhecer e muito menos apreciar aquilo que era defendido pelos iluministas. Se as suas ideias e acções os aproximam, o pano de fundo ideológico por detrás do trabalho desenvolvido é quase diametralmente oposto.

São, no entanto, conhecidos diversos documentos, maioritariamente do Fundo da Intendência Geral da Polícia (existente na Torre do Tombo), que demonstram o seu pensamento e acções concretas em defesa da agricultura em todo o território nacional. Uma análise mais completa deste tema é feita por Adérito Tavares<sup>32</sup>, que compara as ideias do Intendente com as dos academistas da época, e de onde se transcreve a seguinte secção de texto:

*“São assaz curiosas as reflexões que Manique faz para o secretário Melo e Castro, em 24 de Maio de 1785, sobre a agricultura. Considera esta actividade, à boa maneira fisiocrata, «a fonte de onde nascem as sólidas riquezas de uma monarquia». Refere que ele, pessoalmente, sempre se preocupara com este aspecto, desde que era intendente-geral da Polícia,*

32 TAVARES, Adérito - «Pina Manique e a Economia» in *Pina Manique, um homem entre duas épocas*, p.49 et seq.

<b>Cronograma comparativo de dados biográficos, cargos e actividades</b>		
<b>Pablo de Olavide y Jauregui</b>	<b>Díogo Inácio de Pina Manique</b>	
Condenação pelo Tribunal da Inquisição	1778	Procurador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba
	1780	Intendente Geral da Polícia
		Início do período em que, por inerência do cargo detido, promove obras de melhoramento urbano na capital e no seu termo, assim como iniciativas destinadas a manter a ordem e segurança públicas
		Iluminação da cidade de Lisboa
		Fundação da Real Casa Pia de Lisboa
	1781	Administrador Geral da Alfândega do Açúcar
		Mapa estatístico dos nascimentos, casamentos e óbitos
	1786	Desembargador do Paço
		Ida de casais da Casa Pia para Vila Real de Santo António
	1787	Levantamento das casas desocupadas no Alentejo e chegada de colonos açorianos
	1791	Senhorio das terras de Alcoentrinho e denominação como Manique do Intendente
	1793	Inauguração do Teatro de São Carlos
Regresso a Espanha	1798	
Morte em Baeza, Espanha	1803	Chanceler-Mor do Reino; Administrador Geral das Alfândegas
		Demissão
	1805	Morte em Lisboa

Continuação do quadro da página 123.

*«em benefício dos povos e do Estado». Diz depois que os antepassados não conheceram outras riquezas senão as que provinham da agricultura, e que a descoberta do ouro, da prata e das pedras preciosas não foi suficiente para os príncipes deixarem de proteger a agricultura. Mesmo os imperadores romanos, sendo senhores de todo o Universo, continua, promulgaram leis a favor da actividade agrícola «por conhecerem e experimentarem que todas as preciosidades do Oriente eram inúteis sem a cultura dos campos».”*

### **6.3.2 – As povoações: Manique do Intendente e La Carolina**

Ensaia-se neste sub-capítulo uma comparação mais aprofundada entre Manique do Intendente e La Carolina. Nascidas em períodos muito próximos (pouco mais de duas décadas separam as respectivas fundações) parecem partilhar diversos aspectos, desde as ideias que estiveram na sua génese à concretização física dessas ideias, como já foi sendo apontado ao longo do texto.

Ambas as povoações são, antes de mais, fruto do espírito da época que as viu nascer. Na segunda metade do século XVIII, em toda a Europa, surge uma nova forma de olhar o território. Este constitui a riqueza das nações e, apoiada nas teorias fisiocráticas vigentes, a agricultura é o meio primordial para produzir essa riqueza. Há também toda a influência das ideias iluministas, nascidas pelas mãos de homens como Voltaire, em França, considerando-se que a Felicidade dos povos é um objectivo a alcançar – ainda que não o seja por razões puramente altruístas: a manutenção da segurança e saúde públicas a todos servem. A par dos partidários da fisiocracia, aparecem também outros que envidam esforços para desenvolver a indústria e, naturalmente, tudo o necessário para que se estabeleça e vingue, como boas e seguras vias de comunicação para escoamento de matérias-primas e mercadorias finais.



**Figura 104**  
Nuevo Baztan.

É neste âmbito que os governos começam a investir na infra-estruturação do seu território (vias, portos, canais...) e, necessariamente, no seu conhecimento geográfico.

Nada disto acontece simultaneamente nos vários países. Está patente nos escritos espanhóis da época uma consciência do atraso face às nações europeias «mais avançadas»: França (onde o reconhecimento geográfico do território se havia iniciado no século XVII), Alemanha, Inglaterra... Em Portugal, o mesmo sucede.

Embora ambas as iniciativas tenham sido apadrinhadas pelo governo central, há uma diferença fundamental que pode ajudar a explicar o (in)sucesso também diferente. No caso de La Carolina, há toda uma estratégia nascida no seio do governo de Carlos III, mas com antecedentes, em promover e apoiar iniciativas para obviar ao despovoamento e abandono de terras em vastas extensões do país. O processo de colonização da Serra Morena e da Andaluzia foi pioneiro em Espanha e pretendia-se torná-lo um modelo a aplicar em outras regiões. A figura, incontornável, do Superintendente Don Pablo de Olavide, aparece desde cedo no processo e, embora não seja sua iniciativa, a ele se devem muitas das ideias plasmadas no Foral das Novas Povoações e nos resultados no terreno.

Já Manique do Intendente nasce tão somente da vontade de um homem, o Intendente Pina Manique. Graças à sua boa posição e aos muitos e importantes cargos ocupados na administração, é apoiado pela rainha D. Maria, não só no que diz respeito à garantia de direitos sobre as terras como na legalização do funcionamento das estruturas administrativas locais. Não há, contudo, a avaliar pela documentação (pouca) que se conhece relativamente a esta experiência, qualquer tentativa de promover outras semelhantes, não obstante as iniciativas levadas a cabo pelo mesmo Pina Manique para povoar algumas áreas do Alentejo – destas não resultaram estruturas novas, uma vez que as famílias terão sido instaladas em casas devolutas, cujo levantamento havia sido previamente solicitado pelo Intendente aos magistrados da província. Antecedente será a fundação de Vila Real de Santo António, mas



**Figura 105**  
Santo Antão do Tojal (vista aérea).



cujos objectivos eram, de algum modo, diversos, revestindo-se de um forte carácter político e de afirmação face à vizinha Espanha. Não há, portanto, um programa de povoamento do território estabelecido.

Foram já expostos os objectivos que sustentaram estas duas iniciativas. A promoção da agricultura e da indústria está presente em ambas. No caso da colonização espanhola, o combate ao despovoamento é preponderante. Em Manique, talvez por se tratar de uma iniciativa isolada, não será esse factor o fundamental.

Embora com diversos reveses, plenamente documentados, e com o afastamento precoce do seu principal mentor, as povoações da colonização da Serra Morena e Andaluzia vingaram e o processo serviu efectivamente de modelo para iniciativas posteriores. La Carolina cresceu para lá do inicialmente previsto (o plano acabou por não ser plenamente concretizado mas é perfeitamente reconhecível) e o seu papel de capital regional foi desde cedo um factor de atracção. Centro não só das estruturas administrativas, como de serviços e comércio e, cedo, de indústria.

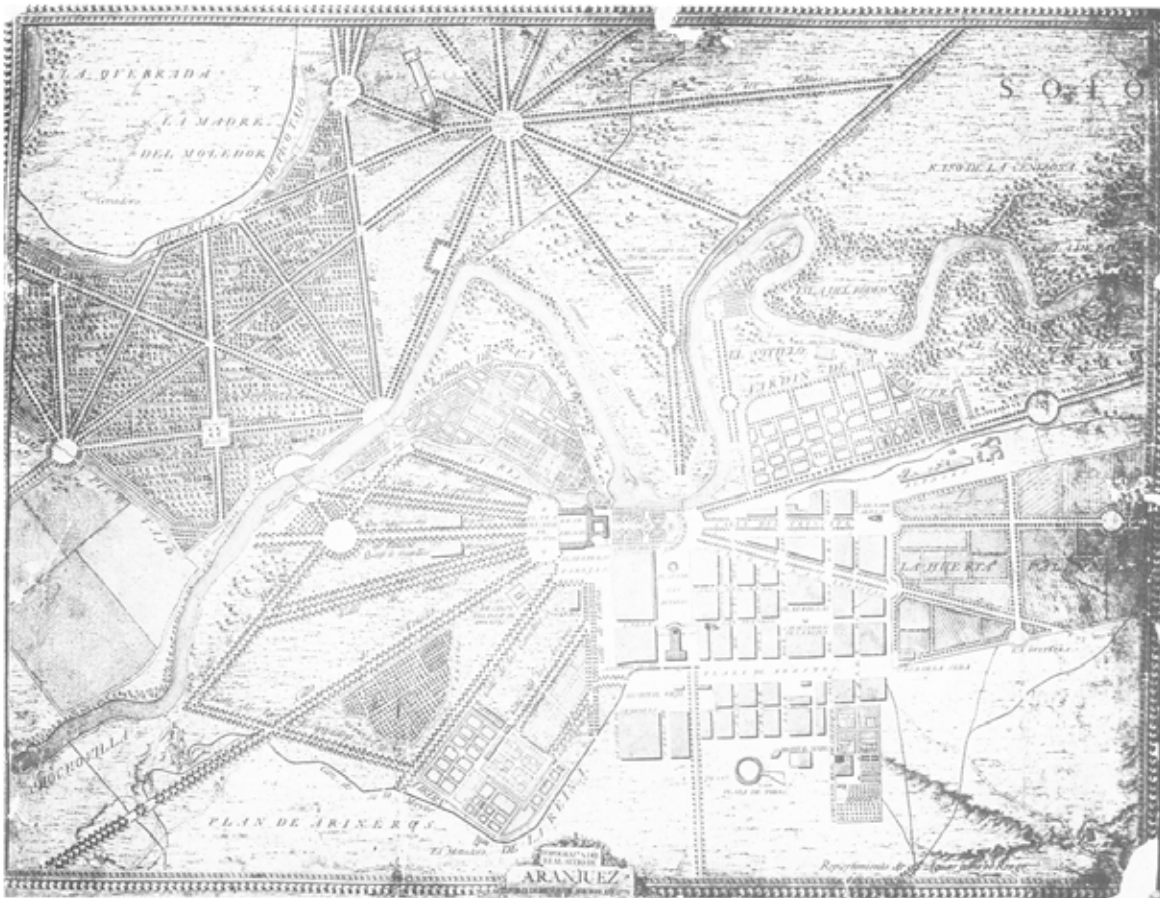
O grande número de povoações fundadas em curto período, englobadas numa efectiva operação de ocupação do território, as fontes documentais (escritas e desenhadas), são testemunho de um período fervilhante do urbanismo europeu, e concretamente do espanhol, que tem alimentado numerosos estudos.

Em Manique do Intendente, pela morte do seu promotor numa fase ainda inicial da construção, e porque carecia de um apoio institucional mais efectivo, o plano é abandonado numa fase ainda inicial, não se concretizando as grandes ambições do Intendente.

Carlos Sambricio<sup>33</sup>, numa passagem em que defende que a utopia *Sinápia* é uma reacção ao Barroco mas não uma utopia ilustrada, considera como característica primordial do

---

33 Cf. SAMBRICIO, Carlos – *op. cit.*, p.36.



**Figura 106**

Com origem no século XV, o complexo real de Aranjuez foi somando, ao longo dos tempos, intervenções no edificado e, sobretudo, no bosque e jardins. Entre 1750 e 1761, o rei Fernando VI decide construir uma nova povoação: o traçado nasce do eixo criado entre o Palácio e a igreja de Alpagés, que lhe dita a orientação. Este eixo, a rua do Príncipe, e outras duas ruas, a rua da Princesa e a rua da Rainha, formam um tridente focalizado no palácio. Domingo de Aguirre, 1775.

urbanismo iluminista (ilustrado) a “utilização económica do território”. O território não é mais uma folha em branco, artificialmente ordenado, sem ter em conta as características do(s) lugar(res), mas um espaço com potencialidades a explorar e debilidades a combater.

Neste sentido, a submissão a um plano geral de desenvolvimento económico, mas não só, está presente em ambas as experiências, salvaguardadas as diferenças de âmbito já referidas. No caso espanhol é evidente essa característica. No caso português, das fontes documentais conhecidas, percebe-se a preocupação do Intendente em criar condições para o escoamento dos produtos que se fabricavam na vila, em desenvolver aquelas terras e não será despropositado pensar que iria mais longe, nomeadamente na área das comunicações viárias e infra-estruturas.

No que diz respeito ao traçado urbano em particular, o traçado de La Carolina é fundamentalmente reticular. A implantação resulta da localização do pré-existente convento de La Peñuela e do cruzamento da via Madrid-Sevilha com uma via que lhe é perpendicular. Estas dão a base para o loteamento agrícola, que assume as mesmas direcções. As várias praças e as diferentes dimensões dos lotes conferem ritmo à quadrícula.

Em Manique do Intendente não há evidências definitivas sobre o tipo de traçado – reticular, radial ou misto. São, no entanto, apontadas algumas possibilidades nas propostas de reconstituição apresentadas. Certo é que, como em La Carolina, alguns elementos constituem pontos-chave da estrutura urbana. Claramente, o eixo focal centrado no Palácio/Igreja mas, também, a introdução de uma praça hexagonal e das ruas radiais por ela geradas. Esta última representa até uma atitude mais concreta que em La Carolina, onde as praças se encaixam no sistema reticular, sem perturbações. Por outro lado, e por aquilo que parecem indiciar as propostas de reconstituição avançadas, existe em Manique um reforço do papel das praças enquanto pontos de bi-polaridade do traçado.



**Figura 107**

Vista de Manique do Intendente, 2013.

Num local, como no outro, ao plano da povoação juntavam-se os planos para as habitações. Há uma definição do fogo-tipo. Em Manique do Intendente conhecem-se os fogos que compõem a Praça dos Imperadores e, em La Carolina, foram definidos mais que um tipo de fogo. Não é possível saber se em Manique haveria outros mas é possível que tal sucedesse – era habitual as habitações que compunham as praças mais importantes serem diferentes, regra geral maiores e com elementos decorativos mais elaborados (assim acontece em Vila Real de Santo António, assim o indicam os textos teóricos já referidos).

Temos assim, em ambos os casos, a definição de uma arquitectura de programa, determinada não só pela maior rapidez de execução, como pela ideia de «beleza» das povoações, em oposição à realidade das cidades consolidadas.

A existência e a posição relativa do conjunto edificado composto pelo Palácio e pela Igreja é semelhante em La Carolina e Manique do Intendente. Erguem-se em praças principais (assim deveria ser em Manique) e, embora não tenham um papel gerador no traçado urbano, constituem um ponto-chave deste, revestindo-se de um valor simbólico. Em outras povoações nascidas da colonização da Serra Morena e Andaluzia surgem edifícios destacados deste modo, regra geral a igreja. Exemplo mais acabado é Las Navas de Tolosa, onde a praça octogonal assume um papel fundamental no desenho urbano: ela é o remate do eixo viário principal, com a igreja a eixo. Esta fisionomia é muito semelhante à de San Lorenzo Nuovo. Outro exemplo é Nuevo Baztán, perto de Madrid, onde a estrada que conduz à capital é o eixo cujo foco se encontra no conjunto edificado do Palácio/Igreja.

Em território português não existem paralelos evidentes: Santo Antão do Tojal, exemplo nascido ainda na primeira metade do século XVIII, apresenta uma solução deste género (um edifício que constitui um ponto focal de um eixo viário importante) mas, em exemplos cronologicamente mais próximos, como Vila Real de Santo António e Porto Covo, não obstante a localização dos edifícios mais importantes para a vida pública nas praças





principais, não existe esta articulação com um eixo ao mesmo tempo visual e estruturador do traçado. Do ponto de vista da relação com o território, podem encontrar-se estratégias semelhantes no Brasil, onde houve, em alguns casos em intervenções posteriores em tecidos já consolidados, um esforço por destacar a igreja, numa atitude vinda da tradição barroca. Por outro lado, a forma como a povoação se ergue, aos pés do Palácio/Igreja, remete para as vilas reais – Richelieu, Versalhes, Aranjuez – onde o Palácio é o ponto focal da estrutura urbana.

Tanto em Manique do Intendente, como em La Carolina, a presença do Palácio e a sua ligação ao território é muito forte. Não é só em planta, no espaço do desenho e a duas dimensões, que se destaca. No sítio, essa presença é clara e inequívoca, fruto também da utilização da pendente do terreno.



**Figura 108**

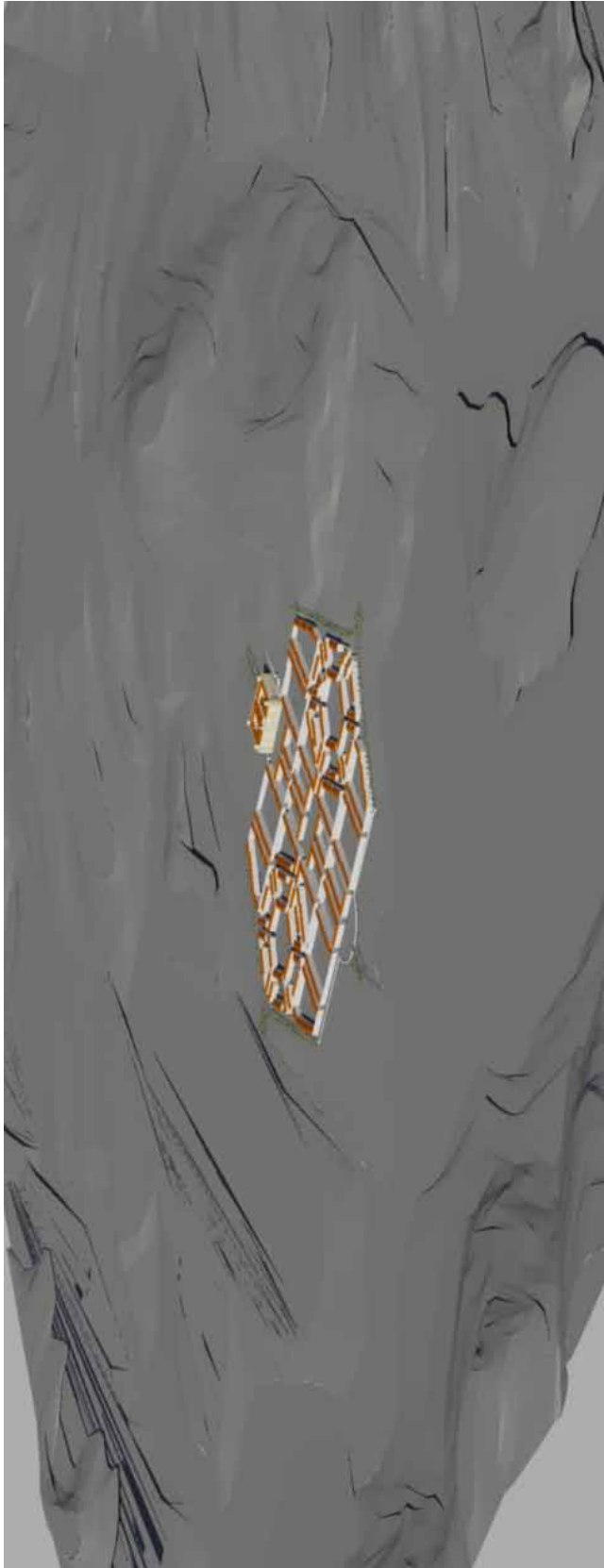
Modelo 3D da proposta de reconstituição.

## CONCLUSÃO

Não se podendo dissociar por completo do primeiro momento de investigação que o antecedeu, este trabalho foi norteado pelas questões levantadas nessa altura. Esse primeiro estudo foi centrado no enquadramento desta iniciativa à luz dos exemplos urbanos e urbanísticos da mesma época – com particular atenção à produção portuguesa. Ficou patente que Manique do Intendente, embora tenha diversos pontos de contacto com a tradição portuguesa (em Portugal Continental, Insular e Ultramar) constitui uma outra forma de actuação, com elementos estranhos ou pouco habituais a essa tradição. Ficou a ideia de que se trataria de uma iniciativa mais próxima daquelas realizadas um pouco por toda a Europa, em finais do século XVIII, inspiradas nas teorias utópicas de cariz social e numa nova forma de olhar o território como instrumento para produção de riqueza, seja por meio do desenvolvimento da agricultura (fisiocracia), da indústria ou das actividades comerciais, tendo como plano de fundo a construção e melhoria de infra-estruturas.

Foi a partir dessa análise que se dirigiu **um outro olhar** sobre o objecto de estudo. Com a certeza que este conjunto, não obstante o falhanço no seu posterior desenvolvimento, preserva uma marcada feição monumental, que não poderia ter nascido sem um discurso teórico de sustentação (pela mão de quem necessariamente o desenhou) e de uma forte convicção por parte do seu promotor. Não parece ter sido meramente por razões de prestígio pessoal, embora possam ter desempenhado algum papel, mas parece antes ser fruto de uma consciência e uma assimilação das ideias da época, mesmo que não advogasse as ideologias que produziram muitas dessas ideias.

O estudo de La Carolina e das povoações da colonização da Serra Morena e Andaluzia, exemplos que se intuía muito próximos, nas ideias como na formalização, revelou-se fonte de permanente paralelismo. Na actuação dos seus dois promotores, como nas ideias que presidiram ao seu nascimento.



**Figura 109**  
Modelo 3D da proposta de reconstituição.

Este outro olhar, anos passados sobre o primeiro estudo, permitiu (re)confirmar ideias. Permitiu também perceber que Manique do Intendente é, sem dúvida, um fruto tardio da ideologia iluminista que se vinha espalhando pela Europa, menos «contaminada» pela forte herança da engenharia militar, que se mostra muito mais noutros exemplos de época próxima (Porto Covo, Vila Real de Santo António).

Tendo-se avançado um pouco mais na análise e reconstituição do Palácio, fica por completar e aferir com um estudo mais abrangente de exemplos contemporâneos, nomeadamente além-fronteiras, e também por meio de um levantamento absolutamente rigoroso das estruturas existentes, trabalho este que não teve, ainda, a oportunidade nem os meios para realizar. Seria um exercício útil para trazer mais luz à questão da autoria, todavia não confirmada, deste edifício. Seria, simultaneamente, um estudo fundamental para apoio a futuras intervenções físicas neste degradado palácio, que tardam em acontecer...

Permanece, contudo, a dúvida suscitada pelo desconhecimento do paradeiro dos desenhos ou outra documentação para além das vagas referências que se conhecem. Seria o último passo para validar as teorias apresentadas e reafirmar a importância deste conjunto.





## ÍNDICE DE FIGURAS

[NOTA: salvo indicação em contrário, os desenhos foram realizados pela autora, a partir de levantamentos próprios.]

### Capítulo 1

**Figura 1** (pág. 8) «Planta e prospecto da maquina, illumination e fogo do ar, que pelo feliz nascimento da Serenissima Senhora Princeza D. Maria Thereza mandou fazer no Castello de São Jorge de Lisboa... Diogo Ignacio de Pina Manique nos dias 29, e 30 de Abril, e 1º de Mayo do anno de 1793 / Joao Cajetano Rivara... abrio no anno de 1794». António Fernandes Roiz, 1794. Biblioteca Nacional Digital, Iconografia. [Em linha] [Consult. 12 Novembro 2012]. Disponível em: <http://purl.pt/22571/1/>

**Figura 2** (pág. 10) «Prospecto da maquina do jardim do fogo que se erigio na Real Praça do Commercio de Lisboa, pello feliz nascimento de Sua Alteza Real a Serenissima Senhora D. Maria Thereza Princeza da Beira... / Antonio Fernandes Roiz deliniou em Lx.<sup>a</sup> em 1793; Joao Cajetano Rivara... abrio no anno de 1794». António Fernandes Roiz, 1794. Biblioteca Nacional Digital, Iconografia. [Em linha] [Consult. 13 Novembro 2012]. Disponível em: <http://purl.pt/22569/1/>

**Figura 3** (pág. 12) «Diogo Ignacio de Pina Manique, Intendente Geral da Polic.» / D. A. de Siqueira pint. ; G. F. de Queiroz del. et sculp.». Gregório Francisco de Queirós, 1797. Biblioteca Nacional Digital, Iconografia. [Em linha] [Consult. 12 Novembro 2012]. Disponível em: <http://purl.pt/4628/1/>

**Figura 4** (pág. 14) Planta de Lisboa e zonas limítrofes. «Carta Chorographica dos terrenos em volta de Lisboa», 18???. [escala original: 1:1 000 000]. Biblioteca Nacional Digital, Cartografia. [Em linha] [Consult. 28 Novembro 2012]. Disponível em: <http://purl.pt/3971/2/>

**Figura 5** (pág. 18) Fachada principal do Teatro de São Carlos. Teatro Nacional de São Carlos. [Em linha] [Consult. 08 Abril 2013]. Disponível em: <http://tnsc.pt/o-tnsc/o-teatro/>

### Capítulo 2

**Figura 6** (pág. 20) Fachada principal da Casa de Câmara e Cadeia. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 7** (pág. 20) Aspecto das traseiras da Casa de Câmara e Cadeia. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 8** (pág. 20) Aspecto de uma das fachadas laterais da Casa de Câmara e Cadeia. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 9** (pág. 22) Fachada principal do Palácio. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 10** (pág. 22) Detalhe da galilé e tribuna superior. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 11** (pág. 24) Planta do projecto original para o Palácio da Ajuda. «Planta geral do primitivo projecto do Real Palácio da Ajuda delineado pelo Architecto Civil José da Costa e Silva Lisboa em 1802. Instituto dos Museus e da Conservação, Palácio Nacional da Ajuda. [Em linha] [Consult. 20 Janeiro 2013]. Disponível em: <http://pnajuda.imc-ip.pt/pt-PT/hipertextos/ContentDetail.aspx?id=369>

**Figura 12** (pág. 24) Esboço para fachada lateral de palácio. Rio de Janeiro, 1805. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Costa e Silva. [Em linha] [Consult. 14 Janeiro 2013]. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1339708\\_894/icon1339793.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1339708_894/icon1339793.jpg)

**Figura 13** (pág. 26) Actual fachada principal do Palácio da Ajuda. Fotografia da autora, 2013.

**Figuras 14 e 15** (pág. 26) Janelas do corpo intermédio e de um torreão do Palácio da Ajuda. Fotografias da autora, 2013.

**Figuras 16 e 17** (pág. 26) Janelas do corpo intermédio, piso térreo e primeiro piso, do Palácio do Intendente. Fotografias da autora, 2013.

**Figura 18** (pág. 28) Carta militar da área de Manique do Intendente. Montagem de secções de 4 cartas: carta militar da série M888, folha N°352, edição 3-S.C.E.P., Serviço Cartográfico do Exército, 1970. [escala 1:50 000]; carta militar da série M888, folha N°351, edição 3-S.C.E.P., Serviço Cartográfico do Exército, 1971. [escala 1:50 000]; carta militar da série M888, folha N°363, edição 3-S.C.E.P., Serviço Cartográfico do Exército, 1970. [escala 1:50 000]; carta militar da série M888, folha N°364, edição 3-S.C.E.P., Serviço Cartográfico do Exército, 1969. [escala 1:50 000].

**Figura 19** (pág. 30) Esquema que mostra uma malha regular de implantação no cadastro actual na área denominada Ilhas (aproximadamente 130 palmos). Realizado a partir de elementos disponibilizados pela Câmara Municipal da Azambuja.

**Capítulo 3**

**Figura 20** (pág. 32) Fotomontagem da Praça dos Imperadores. Fotografias da autora, 2013.

**Figura 21** (pág. 34) Implantação rectangular, com medidas que correspondem à proporção de ouro; secção transversal inserida num quadrado; alçado com proporção de ouro.

**Figura 22** (pág. 34) Fachadas das traseiras.

**Figura 23** (pág. 34) Relações proporcionais nas fachadas principais.

**Figura 24** (pág. 34) Fachadas laterais.

**Figura 25** (pág. 34) Alçado conjunto da fachada principal.

**Figura 26** (pág. 36) Fachada principal da Casa de Câmara e Cadeia. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 27** (pág. 36) Fachada principal do Palácio. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 28** (pág. 36) Fotomontagem da fachada lateral do Palácio (poente). Fotografias da autora, 2013.

**Figura 29** (pág. 38) O Palácio de Manique do Intendente em meados do século XX. Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. [Em linha] [Consult. 07 Fevereiro 2013]. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6277](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6277)

**Figura 30** (pág. 38) Fachada principal do Palácio. Em primeiro plano, as estruturas construídas na década de 1980. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 31** (pág. 38) Vestígios do arranque de abóbada em alvenaria de pedra (átrio que conduz à escada de aparato). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. [Em linha] [Consult. 07 Fevereiro 2013]. Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=6277](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6277)

**Figuras 32 e 33** (pág. 40) Pormenores da cobertura actual da nave da igreja. Fotografias da autora, 2013.

**Figura 34** (pág. 40) Interior da igreja (à direita, trabalhos de conservação e restauro num dos altares laterais). Fotografia da autora, 2013.

**Figura 35** (pág. 40) Escada em compartimento contíguo à nave da igreja. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 36** (pág. 42) «Prospecto da Igreja e Palacio do Donatario e Senhor de Solar da V.a de Manique do Intendente e Padroeyro da mesma Ig.a». In NORTON, José – Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa.

**Figura 37** (pág. 42) Traseiras da igreja. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 38** (pág. 42) Aspecto da zona do pátio. Fotografia da autora, 2013.

**Figuras 39 e 40** (pág. 44) Levantamento do Palácio, plantas do piso térreo e do primeiro piso. Desenhos da autora, realizados a partir de elementos fornecidos pela ex-DGEMN (actual IHRU).

**Figura 41** (pág. 46) Levantamento do Palácio, fachada principal. Desenho da autora.

**Figura 42** (pág. 46) Levantamento do Palácio, fachada lateral. Desenho da autora.

**Figura 43** (pág. 48) Reconstituição do Palácio, fachada principal.

**Figura 44** (pág. 49) Reconstituição do Palácio, fachada lateral.

**Figura 45** (pág. 50) Reconstituição do Palácio, planta do primeiro piso.

**Figura 46** (pág. 51) Reconstituição do Palácio, planta do piso térreo.

#### **Capítulo 4**

**Figura 47** (pág. 52) Painéis de azulejos que identificam as ruas que saem da Praça dos Imperadores. Fotografias da autora, 2013.

**Figura 48** (pág. 54) A Praça dos Imperadores tem uma área aproximada de 3800m<sup>2</sup>. De forma hexagonal, nela pode inscrever-se um círculo com 300 palmos de diâmetro. Os seis lados medem cerca de 142 palmos (31m).

**Figura 49** (pág. 54) Esquema que mostra a posição relativa do Palácio e da Praça dos Imperadores.

---

**Figura 50** (pág. 56) «Planta Da Villa de S. José do Macapa tirada por ordem do Illmo e Ex.mo Snr. Manoel Bernardo de Mello e Castro Gov.or e Capp.am General do Estado do Para & c. em Anno de 1761 pello Capitão Engo Gaspar João de Gronfelde», Gaspar João de Gronfelde, 1761. Arquivo Histórico Ultramarino. In TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, p. 281.

**Figura 51** (pág. 58) «Copia do que vai assignada pelo Illm.o e Ex.mo S.r Marquez de Pombal: Planta da Villa de S.to António de Arenilha», [c.1775]. Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas. In TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, p. 302.

**Figura 52** (pág. 58) «Planta da Villa de Serpa erigida pelo Ill.mo Sr Joaquim de Mello e Povoas Gov. or desta Cap.nia», Filipe Strum, [séc. XVIII]. Biblioteca Nacional de Lisboa. In TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, p. 276.

**Figura 53** (pág. 60) Traçado de reconstituição proposto com praças destacadas.

**Figura 54** (pág. 60) Grammichele (imagem de satélite). Google Maps. [Em linha] [Consult. 10 Abril 2013]. Disponível em: <https://maps.google.pt/>

**Figura 55** (pág. 60) Avola (imagem de satélite). Google Maps. [Em linha] [Consult. 10 Abril 2013]. Disponível em: <https://maps.google.pt/>

**Figura 56** (pág. 62) Secção do «Plano de la línea del camino en la primera parte desde La Carolina hasta la Venta Nueva», Carlos Lemaur, 1779. Servicio Histórico Militar. (SHM, 2693). In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.103.

**Figura 57** (pág. 62) San Lorenzo Nuovo. In SICA, Paolo – Historia del urbanismo: el siglo XVIII, p. 197.

**Figura 58** (pág. 62) Palmanuova (imagem de satélite). Google Maps. [Em linha] [Consult. 10 Abril 2013]. Disponível em: <https://maps.google.pt/>

**Figuras 59** (pág. 62) Neuf Brisach. Badische Zeitung. [Em linha] [Consult. 23 Maio 2013]. Disponível em: <http://www.badische-zeitung.de/freizeitipps/die-schoenste-seite-fuer-den-feind--16319750.html>

**Figuras 60 e 61** (pág. 64) Primeiro estudo, apresentado em 2004.

**Figuras 62** (pág. 66) Primeiro estudo, apresentado em 2004 - formato hexagonal.

**Figura 63** (pág. 68) Proposta de reconstituição - hexágono.

**Figura 64** (pág. 69) Proposta de reconstituição - hexágono «cortado».

**Figura 65** (pág. 70) Várias hipóteses de reconstituição.

**Figura 66** (pág. 70) Inserção no território da proposta de reconstituição.

**Figuras 67 a 69** (pág. 71) Modelos 3D de uma das propostas de reconstituição (hexágono «cortado»).

**Figura 70** (pág. 72) Desenho comparativo entre as duas propostas para Manique do Intendente, La Carolina, a proposta de Figueiredo Seixas para uma paróquia, Serpa e Vila Real de Santo António. Desenho de La Carolina feito a partir da planta em: OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p. 115. / Desenho de Vila Real de Santo António feito a partir de: CORREIA, José Eduardo Horta – Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina. / Desenho de Serpa feito a partir de: TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil, p. 276. / Desenhos das povoações de Figueiredo Seixas realizados pela autora, a partir das explicações e das figuras que são apresentadas no Tratado de Ruação. [esquema revisto a partir do apresentado em MARQUES, Cátia Gonçalves - Manique do Intendente, uma vila iluminista, p. 70.]

## Capítulo 5

**Figura 71** (pág. 74) Marcação da estrada referida no Relatório de Manuel de Sousa Ramos sobre carta militar actual.

**Figura 72** (pág. 76) Aspecto da aproximação à vila pela Ponte D. Maria. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 73** (pág. 78) «Mapa Topographico Desde Rio Mayor té Coimbra para servir ao deliniamento da Real Estrada na conformidade do Alvará de 28 de Março de 1791. e das instruçoens dadas pelo Ill.o Ex.mo Snr. Joze de Seabra da Silva Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, ao Dezembargador e Superintendente Geral das Estradas Joze Diogo Mascarenhas Neto; Levantado pelos Offeciaes do Real Corpo de Engenheiros o Sargento-mor Joaquim de Oliveira; Henrique Niemeyer; e o primeiro Tente



João Manoel. / Borrão reduzido pelo Capitão Ignacio Joze Leão e o segundo Tente Carlos Luis Ferreira Amarante. / Quartel de Leyria 16 de Abril de 1796.» Instituto Geográfico e Cadastral, Mapoteca (435). In MATOS, Artur Teodoro de – Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750 – 1850).

**Figura 74** (pág. 80) Carte Générale [du] Royaume de Portugal. Paris, 1780(?). Antoine François Tardieu. [escala original 1: 1.800.000]. Biblioteca Nacional Digital, Cartografia, Cota C.C.-1680-A. [Em linha] [Consult. 3 Abril 2013]. Disponível em: <http://purl.pt/3909>

**Figura 75** (pág. 81, 83, 85) Secção da carta militar da série M586, folha Nº5, edição 4, lgeoE, 2005. [original à escala 1:250.000]

**Figura 76** (pág. 82) «Mappa ou carta geographica dos Reinos de Portugal e Algarve». Por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica. Londres, 1790. Thomas Jefferys; William Faden. [escala original 1: 400.000]. Colecção Nabais Conde.

**Figura 77** (pág. 84) «Carta militar das principaes estradas de Portugal». Romão Eloy de Almada. Lisboa, 1808. Colecção Nabais Conde.

**Figura 78** (pág. 86) Imagem de satélite do território envolvente. Google Maps. [Em linha] [Consult. 08 Maio 2013]. Disponível em: <http://www.maps.google.pt>

**Figura 79** (pág. 86) Modelo 3D de uma das propostas de reconstituição (hexágono «cortado»).

**Figura 80** (pág. 88) «Carta Geographica de Portugal publicada por ordem de Sua Magestade. Levantada em 1860 e 1865 sob a direcção do Conselheiro F. Folque Geral. De Brigda. Graduado e Director do Instituto Geographico pelos officiaes do Exercito A. J. Perry, C. A. da Costa e G. A. Perry». F. Folque, Lisboa, c. 1865. [escala original 1.500 000]. Colecção Nabais Conde.

**Figura 81** (pág. 90) Estátua de D. Maria, João José de Aguiar. Fernando Morais Gomes [Em linha] [Consult. 06 Maio 2013]. Disponível em: <http://reinodeklingsor.blogspot.pt/2013/03/joao-jose-de-aguiar-escultor-de-belas.html>

**Figura 82** (pág. 92) Marcação das estradas mais importantes sobre carta militar actual.

**Capítulo 6**

**Figura 83** (pág. 94) Imagem de satélite da Península Ibérica (assinaladas, Manique do Intendente e La Carolina). Google Maps. [Em linha] [Consult. 08 Maio 2013]. Disponível em: <http://www.maps.google.pt>

**Figura 84** (pág. 96) Povoações da Calabria, da esquerda para a direita e de cima para baixo: Santa Eufémia, Cortale, Seminara, Palmi, Mileto e Borgia. In SICA, Paolo - Historia del Urbanismo: el siglo XVIII, p.212.

**Figura 85** (pág. 98) «Plano del término de La Carlota», Tomás López. Biblioteca Nacional (Mss. 7294). In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.119.

**Figura 86** (pág. 100) «Plano topográfico de la feligresía de Aldeaquemada», José Ampudia y Valdés, 1794-1797. Servicio Geográfico del Ejército. (SGE 100). In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.110.

**Figura 87** (pág. 102) «Plano Topográfico de la Feligresía de las Navas», José Ampudia y Valdés, 1794-1797. Servicio Geográfico del Ejército. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.103.

**Figura 88** (pág. 104) Planta de Fuente Palmera, Simón Desnaux. Archivo Histórico Nacional, Madrid. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.125.

**Figuras 89 a 91** (pág. 106) Construções na aldeia de Fuente Palmera. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.125.

**Figura 92** (pág. 108) Vista de La Carlota. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.119.

**Figura 93** (pág. 110) «Plano del Real Arsenal da Marina de El Ferrol aprobado por S. M. en el año de 1751 y moderado en el de 1762 por Don Jorge Juan», Fernando Nestares. Servicio Geográfico del Ejército, Cartoteca Histórica. (S. G. E. 115). In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.10.

---

**Figura 94** (pág. 112) Planta de La Carolina «(...) según lo tenía dispuesto D. Pablo Olavide (...)», Cayetano Delgado, 1846. Servicio Geográfico del Ejército. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.114.

**Figura 95** (pág. 114) La Carolina (imagem de satélite). Bing Maps. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps>

**Figura 96** (pág. 116 ) Fachada do Palácio do Superintendente e igreja. Ruta de la Batalla de Las Navas de Tolosa. [Em linha] [Consult. 13 Fevereiro 2013]. Disponível em: <http://rutanavasdetolosa.blogspot.pt/2012/10/turismo-la-carolina-jaen.html>

**Figura 97** (pág. 118) Alcaiceria de San Fernando. AENET.org. [Em linha] [Consult. 12 Janeiro 2013]. Disponível em: <http://www.aenet.org/manila-expo/page22.htm>

**Figura 98** (pág. 118) Praça de Archidona, Patxi, 2011. Objectivo Malaga, Comunidad Fotográfica. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: <http://objetivomalaga.diariosur.es/fotos-patxi/plaza-archidona-1011985.html>

**Figura 99** (pág. 118) Aguilar de la Frontera. Arte Torero. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: <http://www.artetoreo.com/corrida-de-toros-en-aguilar-de-la-frontera-festejos-en-granada-velilla-de-san-antonio-y-san-miguel-de-valero.html>

**Figura 100** (pág. 118) Chodes (imagem de satélite). Bing Maps. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps>

**Figura 101** (pág. 118) Tarazona. Mark Climent, 2008. Wikimedia. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista\\_de\\_Tarazona.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vista_de_Tarazona.jpg)

**Figura 102** (pág. 120) Gravura de Pablo de Olavide, Moreno de Texadas. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.27.

**Figura 103** (pág. 122) Planta de Sevilha mandada fazer por Pablo de Olavide. [Em linha] [Consult. 06 Maio 2013]. Disponível em: <http://historiadesevilla.wordpress.com/2012/03/06/la-sevilla-de-pablo-de-olavide/>

**Figura 104** (pág. 134) Nuevo Baztan. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.166.

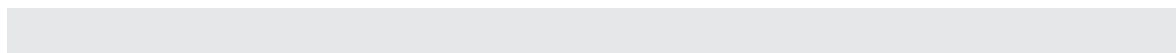
**Figura 105** (pág. 136) Santo Antão do Tojal (vista aérea). Bing Maps. [Em linha] [Consult. 11 Abril 2013]. Disponível em: <http://www.bing.com/maps>

**Figura 106** (pág. 138) Complejo real de Aranjuez. Domingo de Aguirre, 1775. In OLIVERAS SAMITIER, Jordi – Nuevas poblaciones en la España de la ilustración, p.245.

**Figura 107** (pág. 140) Vista de Manique do Intendente. Fotografia da autora, 2013.

**Figura 108** (pág. 142) Modelo 3D da proposta de reconstituição.

**Figura 109** (pág. 146 ) Modelo 3D da proposta de reconstituição.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASCAL PALANZÓN, Juan Manuel; CEBRIÁN, Rosario – *Los viajes de Jose Cornide por España y Portugal de 1754 a 1801*. 1ª ed. Madrid: Real Academia de la Historia, 2009.

ARAUJO, Renata Malcher de – *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1998.

ARAUJO, Renata [et al.] (coordenação) – *Bibliografia Ibero-Americana da História do Urbanismo e da Urbanística*. 1ª edição. [s.l.]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

AVILÉS, M.; SENA, G. (editores) – *Nuevas Poblaciones en la España Moderna*. Cordoba: Universidad Nacional de Educacion a Distancia; Seminario de Estudios Carolinenses, 1991.

BALSERA, Manuel; ORTIGOSA, Manuel – *Itinerario Geografico por las Nuevas Poblaciones Carolinas de Cordoba*. Cordoba: Junta de Andalucia; Diputacion Provincial de Cordoba; Cajasur, 1990.

\_*La Carolina: evolucion del modelo territorial de la colonizacion*. Sevilha: Junta de Andalucia, Consejeria de Obras Publicas y Transportes, 1993.

BECKFORD, William – *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. 3ª edição. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.

BILÉU, Maria Margarida Correia – *Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia: inovações e persistências*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em História Cultural e Política.

BONET CORREA, Antonio – «Les places octogonales en Espagne au XVIIIe siècle». In *L'Évolution de l'Urbanisme ao XVIII<sup>ème</sup> Siècle*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.25 – 29.

BONET CORREA, Antonio – *Morfología y ciudad: urbanismo y arquitectura durante el Antiguo Régimen en España*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

BONET CORREA, Antonio – *El urbanismo en España e Hispanoamérica*. Madrid: Cátedra, 1991.

BONET CORREA, Antonio – «Utopia e realidade: as novas povoações em Espanha entre os séculos XVI e XVIII». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 195 a 209.

BUENO, Beatriz Siqueira – «Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares». *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Lisboa. Nº41 (2000), p. 40 a 58.

CALADO, Margarida – «Urbanismo e poder no Portugal do século XVIII». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 171 a 191.

CALIXTO, Vasco – «Manique do Intendente e o seu palácio arruinado». *Diário de Notícias* (20 de Novembro de 1961).

CAPEL, Manuel – *La Carolina, Capital de las nuevas poblaciones. Un ensayo de reforma sócio-económica de España en el siglo XVIII*. Madrid: C.S.I.C. Instituto de Estudios Giennenses, 1970.

CAPEL MARGARITO, Manuel – *Don Pablo de Olavide: un criollo en el equipo reformista de Carlos III*. Jáen: Semilla y Flor, 1997.

CARDOSO, J. M. Pedrosa – «O Teatro Nacional de São Carlos: guia de visita». Separata do *Boletim*. Lisboa: Associação Portuguesa de Educação Musical. Nº 69 (Abril/Junho 1991).

CARITA, Rui; CARITA, Helder – «Modelos, instituições e personagens: a urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI». *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº 41 (2000), p.174 a 190.

CARVALHO, Augusto da Silva – «Pina Manique: o ditador sanitário». Separata do *Archivo de Medicina Legal*. Lisboa: Imprensa Nacional. Números 1, 2, 3 e 4 do VIII Volume (Março, Junho, Setembro e Dezembro de 1939).

---



CARVALHO, Ayres de – *Os três arquitectos da Ajuda: do “Rocaille” ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1979.

CASTRO, Armando de – *O pensamento económico no Portugal moderno*. 1ª edição. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1980.

CHUECA GOITIA, Fernando – «Madrid y las reformas de Carlos III». In *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano, segundo simposio, 1982*. Tomo II. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1985, p. 927 a 938.

CHUECA GOITIA, Fernando – *Breve história do Urbanismo*. 8ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

CONCEIÇÃO, Margarida – *Antiga casa de câmara e cadeia de Linhares*. [Em linha]. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997. [Consult. 5 Maio 2004]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

CORREIA, José Eduardo Horta – «Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal». In *Pombal revisitado*, volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 79 a 88.

CORREIA, José Eduardo Horta – «Vila Real de Santo António: um exemplo de urbanismo iluminista». In *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*. Tomo II. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1985, p. 917 a 926.

CORREIA, José Eduardo Horta – *Vila Real de Santo António: urbanismo e poder na política pombalina*. 2ª edição. Porto: FAUP Publicações, 1997.

COSTA, Joel – *Teatro São Carlos, breve resenha histórica*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

COSTA, Luís Xavier da – *As Belas-Artes plásticas em Portugal durante o século XVIII*. Lisboa: J. Rodrigues & C.ª – Editores, 1935.

COSTA, Luís Xavier da – «Documentos relativos aos alunos que foram para o estrangeiro estudar Belas-Artes e cirurgia com protecção oficial nos decénios finais do século XVIII». Separata do *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1938.

CRUZ, Lígia – *Pina Manique e a Universidade de Coimbra: Cartas do Intendente e de José Rodrigues Lisboa para o Doutor Francisco Montanha*. Coimbra: Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1984.

CRUZ, Manuel Ivo – *O Teatro Nacional de São Carlos*. Porto: Lello e Irmão, 1992.

DELSON, Roberta Marx – «Military Engineering and the “Colonial” project for Brazil: agency and dominance». In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [1999], p. 905-917.

DEFOURNEAUX, Marcelin – *Pablo de Olavide ou l’Afrancesado (1725-1803)*. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Teatro Nacional de S. Carlos, recuperação nas coberturas*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, [19??].

DIAS, Pedro – *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Atlântico*. [s.l.]: Círculo de Leitores, 1999.

DIAS, Pedro – *História da arte portuguesa no mundo (1415-1822): o espaço do Índico*. [s.l.]: Círculo de Leitores, 1999.

ESCRIVANIS, Augusto Carlos de Souza – *Descrição do real asylo de inválidos militares em Runa: importância deste estabelecimento dedicado a Sua Alteza o Ser.mo Infante D. Affonso Henriques*. Lisboa: Livraria e Officina de Encadernador, Verol Senior, 1822.

FERNANDES, José Manuel – *Arquitectura Portuguesa: uma síntese*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – «Os Almadas e o urbanismo portuense». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 151 a 158.

---

FONSECA, Francisco Bêlard da – «Arquivo Geral da Alfândega de Lisboa». *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. [Em linha]. Lisboa : Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos. Volume XX, nº75 e 76 (1948), pp.50 a 77. [Consult. 3 Set. 2012]. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/index.html>

FRANÇA, José Augusto – «Les six plans de la Lisbonne pombaline». In *L'évolution de l'urbanisme ao XVIII<sup>ème</sup> siècle*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.30 a 34.

FRANÇA, José-Augusto – «Lisboa pombalina e a estética do Iluminismo». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 11 a 22.

FREIRE, Ana Cristina Gomes – *Análise da correspondência entre D. Frei Caetano Brandão e Diogo Inácio de Pina Manique*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Trabalho elaborado no âmbito do Seminário: História das ideias, do livro e da leitura no século XVIII em Portugal. (policopiado)

GALANTAY, Ervin Y. – *Nuevas ciudades: de la antigüedad a nuestros días*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977.

GOMES, Luís Miguel Martins – «Geometria no traçado de praças: teoria versus prática, no tempo de Pombal». In *Colóquio Portugal-Brasil: a praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 199 a 223.

GOMES, Paulo Varela – «Jornada pelo Tejo: Costa e Silva, Carvalho Negreiros e a cidade pós-pombalina». *Monumentos: revista semestral de monumentos e sítios*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Nº 21 (Setembro 2004), pp. 132 a 141.

GOMES, Paulo Varela – *Expressões do Neoclássico*. 1ª edição. [s.l.]: Fubu Editores, 2009.

GONÇALVES, Flávio – «A Arte no Porto no tempo do Marquês de Pombal». In *Pombal revisitado*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 101 a 130.

GONZÁLEZ-VALCÁRCEL, José M. – «Estructura y función en la ciudad hispánica en los siglos XVI al XVIII». In *Urbanismo e Historia Urbana en el mundo hispano, segundo simposio, 1982*. Tomo I. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1985, pp. 533 a 552.

GUTIÉRREZ, Ramón – «A cidade hispano-americana na época das luzes». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 281 a 303.

HAMER FLORES, Adolfo – *La Intendencia de las Nuevas Poblaciones de Sierra Morena y Andalucía, 1784-1835*. Córdoba: Servicio de Publicaciones Universidad de Córdoba, Servicio de Publicaciones de CajaSur, 2009.

LAVEDAN, Pierre – «Projets d'urbanisme à Paris au XVIII<sup>e</sup> siècle». In *L'évolution de l'urbanisme au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 5 a 10.

LOUSADA, Maria Alexandra – «As divisões administrativas em Portugal, do Antigo Regime ao Liberalismo». Separata do *V Colóquio Ibérico de Geografia*. Léon: Universidade de Léon, 1991.

MACHADO, Cyrillo Volkmar – *Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos, e gravadores portugueses, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse – «Quatre phases de l'urbanisation de Porto au XVIII<sup>e</sup> siècle». In *L'évolution de l'urbanisme au XVIII<sup>e</sup> siècle*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p.35 a 46.

MARCHENA FERNÁNDEZ, Juan – *El tiempo ilustrado de Pablo de Olavide: vida, obra y sueños de um americano en la España del s. XVIII*. Sevilha: Ediciones Alfar, 2001.

MARQUES, Cátia Gonçalves – *Manique do Intendente, uma vila iluminista*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2004. Proval Final de Licenciatura em Arquitectura.

MARTIN, Remedios Moran – «Plan de Repoblación en la segunda mitad del siglo XVIII y primero del siglo XIX». In *Carlos III y las "Nuevas Poblaciones", actas del II Congreso-Historico. La Carolina – 1986*. Tomo I. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; Seminario de Estudios Carolinenses; Junta de Andalucía, 1988, pp. 243 a 269.

---

MARTÍNEZ, Carlos Sánchez; FERNÁNDEZ, Juan José Hita – «Las suertes y las colonias de Sierra Morena en los levantamientos topográficos de D. Jose de Ampudia y Valdés». In *Carlos III y las “Nuevas Poblaciones”, actas del II Congreso-Historico. La Carolina – 1986*. Tomo I. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; Seminario de Estudios Carolinenses; Junta de Andalucía, 1988, pp.175 a 212.

MARTINS, F. A. Oliveira – *Pina Manique, o Político – o amigo de Lisboa*. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948.

MARTINS, Carlos Moura – *Os projectos para o Porto de S. Martinho e Campos de Alfeizerão, 1774 – 1800. As opções dos técnicos e dos políticos*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2009. Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica, trabalho de síntese.

MATOS, Artur Teodoro de – *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750 – 1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

MATTOSO, José (direcção) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo: América do Sul*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2010.

MERCADAL, J. Garcia (compilação, tradução, prólogo e notas) – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Tomo III. Madrid: Aguilar, 1962.

MOREAU, Mário – *O Teatro de S. Carlos, dois séculos de história*. Volume I. 1ª edição. Lisboa: Hugin, 1999.

MOREIRA, Ana – *Utopias territoriais do Iluminismo em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Dissertação de Mestrado em Arquitectura.

MOREIRA, António José da Silva – «Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII». In *Pombal revisitado*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 11 a 57.

MOREIRA, Rafael de Faria Domingues – «Uma utopia urbanística pombalia: o “Tratado de Ruação” de José de Figueiredo Seixas». In *Pombal revisitado*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 131 a 144.

MURPHY, James – *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

NOÉ, Paula – «Palácio de Manique do Intendente». [Em linha]. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 1991.[Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

NOÉ, Paula – «Edifício do asilo de inválidos militares». [Em linha]. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 1991. [Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

NOÉ, Paula; CORTESÃO, Luísa – «Teatro Nacional de São Carlos». [Em linha]. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 1991/2005. [Consult. 08 Jan. 2013]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

NOÉ, Paula; RAIMUNDO, Aquilino – «Pelourinho de Manique do Intendente». [Em linha]. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 1991/2012. [Consult. 1 Jan. 2013]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

NORONHA, Eduardo – *Pina Manique, o Intendente de antes quebrar...:costumes, banditismo e polícia no fim do século XVIII, princípios do século XIX*. Porto: Livraria Civilização, 1923.

NORTON, José – *Pina Manique: fundador da Casa Pia de Lisboa*. Lisboa: Bertrand Editora, 2004.

OLIVEIRA, Aurélio de – «O Trono e Altar na mesma cruzada: algumas considerações a propósito de correspondência trocada entre Pina Manique e de D. Frei Caetano Brandão». Separata da *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: FLUC. II Série, Vol.IV (1987), p. 179 a 202.

OLIVERAS SAMITIER, Jordi – «El proyecto de Sabatini para la ciudad de San Carlos en la Isla de León y el ocaso de la ciudad renacentista». In *Urbanismo e historia urbana en el mundo hispano: segundo simposio, 1982*. Tomo II. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1985, p. 905 a 916.

---



OLIVERAS SAMITIER, Jordi – *Nuevas poblaciones en la España de la ilustración*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1998.

PATO, António Vaz – «A primeira sinalização rodoviária moderna em Portugal: os marcos do Conde de Valadares (1788): um património a preservar». In *Actas do 1º Encontro de estradas e arqueologia*. [s.l.]: Junta Autónoma de Estradas, Direcção de Serviços de Projectos, Divisão de Ambiente – Núcleo 3 (História e Arqueologia), p. 63 a 76.

PERDICES BLAS, Luis – «Rasgos esenciales de la biografía politico intelectual de Pablo de Olavide». In *Carlos III y las “Nuevas Poblaciones”, actas del II Congreso-Historico. La Carolina – 1986*. Tomo III. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; Seminario de Estudios Carolinenses; Junta de Andalucía, 1988, pp.263 a 280.

PEREIRA, António José Machado – *Alcoentre, História, Administração, Sociedade e Território*. Alcoentre: Junta de Freguesia de Alcoentre, 2008.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Volume IV. João Romano Lisboa: Torres e C.a Eds., 1909, p. 797.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme – *Portugal: diccionario historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*. Volume V. Lisboa: João Romano Torres e C.a Eds., 1911, p. 738 a 740.

PEREIRA, José – *Processo de candidatura da “Casa da Câmara” de Manique do Intendente a “Monumento de Interesse Nacional”*. Azambuja: Câmara Municipal da Azambuja, [s.d.]. (edição policopiada)

PEREIRA, Paulo (direcção) – *História da Arte Portuguesa*. Volume III. 3ª edição. Lisboa: Temas e Debates, 1999.

*\_A Questão dos Foros de Manique do Intendente e as Causas que a Motivaram*. Lisboa: Tipografia Manuel A. Pacheco, 1927.

RATTON, Jacome – *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. 4ª edição. Lisboa: Fenda, 2007.

RODRIGUES, António José – *Manique do Intendente: contributo para a sua história e do seu povo*. Manique do Intendente: Associação Recreativa e Cultural de Manique do Intendente, 1982.

ROSENAU, Helen – *A Cidade Ideal: evolução arquitectónica na Europa*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

ROSSA, Walter – *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1990, p. 263 a 360.

ROSSA, Walter (coordenação editorial) – *Universo Urbanístico Português: Colóquio Internacional. Caderno de Resumos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [1999].

ROSSA, Walter – A Cidade Portuguesa. In *História da Arte Portuguesa*. Volume III. 3ª edição. Lisboa: Temas e Debates, 1999, p. 233 a 323.

ROSSA, Walter – «No primeiro dos elementos. Dados para uma leitura sintética do Urbanismo e da Urbanística Portugueses da Idade Moderna». *Oceanos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Nº41 (2000), pp. 8 a 21.

ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

ROSSA, Walter – «Cidades da razão: Vila Real de Santo António e arredores». *Monumentos*. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Nº 30, (Dezembro 2009), p. 16 a 31.

RUIZ GONZALEZ, Juan Henrique – «Repoblación y colonización en Sierra Morena: un estudio diferente». In *Carlos III y las "Nuevas Poblaciones", actas del II Congreso-Historico. La Carolina – 1986*. Tomo III. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; Seminario de Estudios Carolinenses; Junta de Andalucía, 1988, pp.57 a 63.

---

SALGUEIRO, Nuno – *Fabricar o Território: os equipamentos do sistema produtivo português (1670-1807)*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

SAMBRICIO, Carlos – *Território y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes, Instituto del Territorio y Urbanismo, 1991.

SAMBRICIO, Carlos – «A ideia de território na Espanha da Razão». In *Lisboa iluminista e o seu tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994, pp. 211 – 238.

SICA, Paolo – *Historia del urbanismo: el siglo XVIII*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (introdução) – *A População de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*. Paris: Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

SILVA, António Lambert Pereira da – *Nobres casas de Portugal*. Volume III. Porto: Livraria Tavares Martins, 1958, p. 109 a 118.

SOLEDADE, Arnaldo F. – *De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente*. Manique do Intendente: Comissão de Festas de Manique do Intendente, 1979.

SOUSA, Maria Leonor Machado de – *Os pensionistas de Pina Manique*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1976. Trabalho complementar para Doutoramento em Cultura e Literatura Anglo-portuguesa.

SOUSA, Leonor Machado de – *A abertura de Portugal à cultura europeia: os bolseiros de Pina Manique*. Lisboa: Instituto Português do Ensino à Distância, 1983.

TAVARES, Adérito; PINTO, José dos Santos – *Pina Manique: um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida – *O Urbanismo português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. [s.l.]: Livros Horizonte, 1999.

VALE, Teresa; FERREIRA, Maria – «Paços do concelho de Manique do Intendente / Quartel da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Manique do Intendente». [Em linha]. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 1999. [Consult. 2 Jan. 2013]. Disponível em: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

VIGO TRASANCOS, Alfredo – *Arquitectura y urbanismo en El Ferrol del siglo XVIII*. Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, 1984.

## FONTES DOCUMENTAIS

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Jornada pelo Tejo*. Tomo quinto. 1792. Biblioteca Nacional. (manuscrito)

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Representação que serve de Introdução para se Projectar um Regulamento para o Real Corpo dos Engenheiros Civis e todas as suas Dependências*. 1797. Biblioteca Nacional, códice 6. (manuscrito)

NEGREIROS, Jozé Manoel de Carvalho – *Regulamento para os Engenheiros Civis que se pode Extrair e Formar do Seguinte Projecto Composto pelo Sargento – mor Jozé Manoel de Carvalho e Negreiros*. 1798. Biblioteca Nacional, códice 3558. (manuscrito)

RAMOS, Manuel de Sousa – *Relaçam do estado das obras, de que era Inspector o Ex.mo Conde de Valadares, das que podem parar, das que devem continuar, suas despesas por mez e das obras que estam paradas*. 23 de Novembro 1792. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, MR 34, folhas 244-253. (manuscrito).

SEIXAS, Jozé de Figueiredo – *Tratado D'Aruação*. 1762. Biblioteca Nacional. (manuscrito)

*\_Elogio Historico de Diogo Ignacio de Pina Manique, 1º Centenário (1805 – 1905)*. Real Casa Pia de Lisboa; Lisboa, Ateliers Graphics Brito Nogueira, 1905 – proferido por César da Silva. Biblioteca Nacional.

*\_Oração Funebre que nas Exequias do Illustrissimo Diogo Ignacio de Pina Manique do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor Fidalgo Cavaleiro da Sua Real Casa, Chanceler Mor do Reino, Desembargador do Paço, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, Commendador da Ordem de Crsito, Alcaide Mor da Cidade de Portalegre, Senhor Donatário e do Solar da Villa de Manique do Intendente, Padroeiro da Igreja Matriz de S. Pedro da mesma Villa e das Collegiadas da dita Igreja e das do Espirito Santo de Castello de Vide, etc., etc., etc. Recitou na Igreja de S. Francisco da Cidade o P. M. Fr. José Joaquim das Dores, franciscano observante da Provincia de Portugal, Lisboa, na Impressão Régia MDCCCXV. Biblioteca Nacional.*

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Fundo da Chancelaria Régia: Chancelaria de D. Maria I

Fundo do Desembargo do Paço: Repartição da Justiça e Despachos da Mesa

Fundo do Desembargo do Paço: Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas

Fundo da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino (?)

Fundo da Intendência Geral da Polícia

#### **Secção de Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**





## ANEXOS

### Transcrição de documentos

#### A – Criação da Vila de Manique do Intendente

##### Decreto de 1 de Julho de 1791

*Decreto, que dá o Senhorio do Solar da Villa de Alcoentrinho ao S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique, p.<sup>a</sup> si, e seus descendentes, e q.<sup>e</sup> se denomine p.<sup>a</sup> o futuro a Villa de Manique do Intendente.*

*1 de Julho de 1791*

*Sendo me presente, que o Doutor Diogo Ignacio de Pina Manique, do Meu Conselho, Fidalgo da Minha casa, Meu Desembargador do Paço, Intendente Geral da Policia da Corte e Reino, Administrador Geral da Alfandega do Açucar, e Feitor Mór de todas as mais do Reino, e commendador de Santa Marida da Orada da Commenda de Christo, sobre os distinctos serviços, que me tem feito nos importantes cargos, commiçoens, que delle tenho confiado, e que se fazem dignos de toda a attenção, e remuneração; se tem tão bem empregado, como util, e bom vassallo em promover a População, e Agricultura, principalmente no termo de Santarem, onde tem principiado a povoação denominada de Alcoentrinho; repartindo habitações e terras a differentes casaes dos moradores, que com muita despeza tem convocado, e se propoem convocar; adiantando o seu zelo a querer edificar na mesma povoação huma decente Igreja Parochial, onde possão receber os moradores, e Freguezes os socorros necessarios da Igreja, que a antiga arruinada, e fundada em lugar ermo, e improprio, não podia commodamente ministrar lhes. Hey por bem em consideração do referido, e para que de futuro conste da particular estimação, que faço do dito Doutor Diogo Ignacio de Pina Manique, e de quanto me são agradaveis os seus serviços, fazer-lhe mercê, honrado da maneira seguinte. Ordeno que a dita Povoação se denomine daqui em diante Manique do Intendente, que seja Senhorio de Solar, para elle, e seus desecendentes successores da sua casa, intitulado-se Senhores de Manique: que sejam limites do Solar, e Senhorio a Freguezia, em que está a dita povoação: que esta seja criada Villa, servindo-*

*Ihe de Termo a Freguezia; logo que nella houverem cento e vinte e sinco Vizinhos, devendo então haverem Juizes, e Vereadores apurados, na forma das Leys, pelos Senhores do Solar: que da mesma sorte, e com a mesma natureza seja anexo ao Solar o Padroado da mesma Igreja, e Freguezia, logo que estiver construida a nova, como elle propoem; havendo-se por bem ceder para este effeito do Padroado, que tenho na Igreja de S. Pedro d'Arrifana, que até agora servia, e se acha em ruina, e mal situada. A Meza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e faça expedir as ordens necessarias para este fim. Paço em o primeiro de Julho de mil setecentos noventa e hum. Com a Rubrica de Sua Mag.<sup>de</sup> = Joze de Seabra da S.<sup>a</sup>*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 284.

#### **Alvará de 11 de Julho de 1791**

*Eu a Rainha... Faço saber que sendo me presente que o Doutor Diogo Ignácio de Pina Manique do Meu Conselho e Fidalgo da Minha Casa, Desembargador do Paço, Intendente Geral da Polícia do Reino, Administrador Geral da Alfandega do Assucar e Feitor Mor das do Reino e Comendador de Santa Maria da Orada e da Ordem de X.<sup>o</sup> sobre os distintos serviços que Ihe tem feito, nos importantes cargos e comições que d'elle tenho confiado e que se tem feito dignos de toda a atenção e remuneração se tem tambem empregado como bom e util vassalo em promover a população e agricultura principalmente no termo de Santarem, onde tem principiado a povoação denominada Alcoentrinho, repartindo habitações e terras a diferentes cazaes de Moradores que com muita despeza, tem convocado e se propoem convocar adiantando o seu zello a querer edificar na mesma Povoação huma decente Igreja Parochial, donde possão receber os Moradores os necessarios secorros da Igreja que a antiga arruinada e fundada em lugar Ermo e improprio não podia comodamente ministrar Ihes: Hei por bem em concideração do referido e para que de futuro conste da particular estimação que faço do ditto Desembargador Diogo Ignácio de Pina Manique e de quanto me são agradaveis os seus serviços, fazer Ihe muito e honrado da maneira seguinte: Ordeno que a ditta Povoação se denomine daqui em diante Manique do Intendente. Que*

*seja Senhorio do Sollar para elle e para todos os seus descendentes successores da sua Caza intittulandosse e todos Senhores de Manique. Que sejam lemites do Sollar e Senhorio a Freguesia em que está a ditta Povoação. Que esta seja criada Vila, servindo lhe de termo a Freguesia.*

*Llogo que nela houver cento e vinte vezinhos, devendo então haver Juizes e Vereadores aprovados na forma da Ley, pelos Senhores do Sollar: Que da mesma sorte, e com as mesmas naturezas, seja anexo ao sullar (sic) o Padroado da mesma Igreja, e Freguesia; Logo que estiver construída a nova como elle propõem: Havendo Eu por bem ceder para este efeito o Padroado, que tenho na Igreja de S. Pedro de Arrifana que até agora servia, e que se acha em ruina e mal cituada. Pelo que mando a Meza do Meu Dezembargado do Paço que sendo lhe apresentado este Alvará por mim assinado, registado no Registo geral das Mercês e passado pela Chancelaria Mor da Corte e Reino, lhe fação passar Carta desta Mercê, na qual se trasladara este Alvará que se cumprirá inteiramente como nelle se contem pondosse as verbas necessarias a margem do Registo do decreto porque foi expedido. Lisboa, 11 de Julho de 1791 annos.*

*Rainha // Luis de Vasconcelos e Sousa Presidente // Por Decreto de sua Magestade do primeiro de Julho de 1791 José Frederico Ludovice a fez escrever e ficou escrita em Lisboa a 23 de Julho de 1791 assina Gerónimo Correia de Moura.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Maria I, livro 39, fólio 209. Transcrito por SOLEDADE, Arnaldo F. – De S. Pedro de Arrifana a Manique do Intendente, p.15.

### **Carta de Mercês de 13 de Agosto de 1791**

*Pedindo-me o sobred(it)o D(ezembargad)or Diogo Ignacio de Pina Manique, q(ue) na conformid(ad)e do referido Alvará lhe mandasse passar Carta das Merces q(ue)nella se declarão: E visto seu Requerimento o mesmo Alvará, e Resp(os)ta do Proc(urad)or de Minha R(e)al Coroa, a q(ue)m se deu vista: Hey por bem ordenar, q(ue) a Povoação denominada Alcoentrinho no termo de Santarem se denomine daqui em diante Manique do Intendente,*

*q(ue) seja Senhorio do mesmo Solar para elles e todos os seus descendentes sucessores da sua Caza, intitulado-se todos os Senhores de Manique, que sejam Limites, do Solar, e Senhorio, a freguezia em q(ue) está a d(it)a Povoação, q, esta seja creada V(il)a servindo-lhe de termo a Freguezia Logo q(ue) nela houver 120 vezinhos, devendo então haver Juizes, e Vereadores apurados na forma da Ley, pelos Senhores do Solar: q(ue) da mesma Sorte, e com a mesma natureza seja annexo ao Solar o Padroado da mesma Igreja e Freguezia logo q(ue) estiver construida a nova, como ele propoem, havendo Eu por bem ceder para este effeito o Padroado q(ue) tenho na Igreja de S. Pedro de Arrifana q(ue) athe agora servia, e q(ue) se acha em Ruina, e mal situada. L(i)x(bo)a 13 de Ag(os)to de 1791. Por Desp(ach)o do Dez(embarg)o do Paço de 28 de Julho do d(it)o anno.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Registo Geral de Mercês, Livro de Mercês de D. Maria I, fólio 343. Transcrito por BILÉU, Maria Margarida Correia – Diogo Inácio de Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, Volume 2, p.193.

#### **Carta de 13 de Agosto de 1791**

*A todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes e mais justiças e pessoas destes Meus Reinos e senhorios a quem esta Minha Carta for mostrada e o conhecimento della pertencer a cumprão e guardem e fação inteiramente cumprir a guardar assim e da maneira que nelas se conthem e conheção o referido Desembargador Diogo Ignácio de Pina Manique, por senhorio de Manique e lho deixem logar e possuir na forma da Ley e poderá haver todas as rendas Foros, Direitos intereces sem que lhe seja posta duvida ou embargo algum, porque assim he minha vontade e lhe dará posse o Corregedor da Comarca respectiva: E por firmeza de tudo lhe mandei passar esta Carta por Mim assignada e sellada com o meu sello de chumbo pendente, a qual se registará nos Livros da Comarca desta Cabeça da Comarca a que compete-nos da Nova Villa de Manique... Lisboa 13 de Agosto de 1791 annos A Rainha D. Maria I*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Régias, Chancelaria de D. Maria I, livro 39, fólhos 257 e 258. Transcrito por PEREIRA, José António Machado – Alcoentre, História, Administração, Sociedade e Território, p.342.

---

**B– Documento que dá conta da produção de brins e lonas em Manique****Decreto de 6 de Maio de 1795**

*Sendo presente a Sua Mag.<sup>e</sup> a carta, que V.S.<sup>a</sup> fes na datta de 2 do corrente, em que pedia providencia para nos Armazens de Guine, e India se receberem as Lonas, e Brins manufacturados na Caza Pia do Castello, e na Villa de Manique, e se pagarem segundo o seu merecimento, como até aqui se tem feito: Ordena a Mesma Senhora ao Intendente dos Armazens de Guiné, e India se recebam as sobreditas Lonas, e Brins, como athé agora se tem praticado, pagando-se pelos Armazens o que importarem estes generos, segundo a sua avaliação e, para o que se expedio a ordem necessaria ao dito Intendente.*

*Palacio de Queluz em 6 de Mayo de 1795*

*Luiz Pinto de Souza = S.<sup>r</sup> Diogo Ign.<sup>o</sup> de Pina Manique*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 84, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, 1780 a 1810 (anos interpolados)”, fólio 22.

**C – Documentos relativos a consertos de estradas****Aviso de 13 de Agosto de 1780**

*Avizo do Marquez de Angeja, p.<sup>a</sup> se consertarem os caminhos, que vão de Villa Nova para as Caldas.*

*A Rainha Minha Senhora hé servida, que sem demora se consertem os caminhos, que vão de Villa Nova para as Caldas, a fim de estarem capazes para por elles passarem os Coches, e Carroagens da Rainha Mag Minha Senhora, e mais comettiva, que deve partir logo que a sua molestia o permitir: E para que esta despeza não haja de cahir sobre a applicação, que V M.<sup>ce</sup> tem para outros objetos, se deverá separar totalmente, para depois se considerarem os modos por que ha de ser paga; nesse mesmo fim para V.M.<sup>ce</sup> averiguar se as Cameras do Destricto por onde faz o dito caminho, tem algumas sobras de Sizas, que possam concorrer para esta despeza, tomando p.<sup>a</sup> isso as informações necessarias, para ser tudo presente*

*a Sua Magestade. Precizo a V.M.<sup>ce</sup>, que se deve fugir de coacções, violencias, e embargos quando o poder permittir o motivo da brevidade desta obra. Deos guarde a V.S.<sup>o</sup>Junqueira em treze de Agosto de mil sete centos e outenta// Marquez de Angeja//S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 11.

### **Aviso de 3 de Setembro de 1780**

*Avizo do Marquez de Angeja, para o Architecto Manoel Caetano de Souza poder cortar todos os Pinheiros geralm.<sup>te</sup>, q.<sup>e</sup> necessarios forem p.<sup>a</sup> o concerto dos Caminhos p.<sup>a</sup> as Caldas*

*Sendo presente à Rainha Minha Senhora a carta de V. S.<sup>a</sup>, que acompanhou o Architecto Manoel Caetano de Souza, encarregado do concerto das Estradas, por onde a Augustíssima Senhora Rainha Maghá de passar para a Villa das Caldas: Foi Sua Magestade Servidar rezolver que o dito Architecto faça cortar todos os pinheiros, que entender serem necessarios para a mencionada obra em qualquer parte onde os achar, ou seja de Pessoas particulares, ou das Suas Reaes Matas: com declaração porem que aquelles que pertencerem a particulares se lhes deverão pagar pelo seu justo preço; e a respeito dos que forem das matas Reaes, nem a brevidade da obra, nem a incerteza da matta, em que elles se devem cortar permitem se faça ao Monteiro Mór o Avizo de formalidade, e participação. Nem que entre em duvida o mesmo Architecto em cortar os Pinheiros de Manoel Joaquim de Ramos, visto que a obra em que se devem empregar, e brevidade com que se ha de concluir, não soffre a menor dilação. O que participo a V.S.<sup>a</sup> para assim o fazer saber ao referido Manoel Caetano de Souza, ao fim de proseguir com toda a actividade no sobredito concerto, cuidando em que elle se faça com a segurança possivel. Deos guarde a V. S.<sup>a</sup> Junqueira em trez de Setembro de mil sete centos e outenta//Marquez de Angeja//S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 18.

---



**Aviso de 22 de Outubro de 1780**

*Avizo do Marquez de Angeja, para se pagar a despeza do concerto dos Caminhos, da consignaçon da Limpeza das calçadas.*

*Como poderá dilatar-se a resolução de Sua Magestade a respeito da conta, que V.S.<sup>a</sup> me dá sobre o concerto dos caminhos por onde entende virá a Raynha Mag Minha Senhora, devo dizer a V.S.<sup>a</sup> que logo passe as ordens, para que do modo possivel, e o pouco tempo que entende que há permittir fazer-se o dito concerto se execute mandando a V.S.<sup>a</sup> aquelle dinheiro, que entender, da consignaçon para a limpeza das calçadas desta Corte, e dando huma Relaçõ do que importarem as ditas obras, para que Sua Magestade resolva se hão de ser pagas pelo Erariu, ou por outra qualquer parte, que for do seu Real Agrado; ficando por este modo V.S.<sup>a</sup> livre de questoens com as Justiças das Terras dos Donatarios, logo que eu receba resposta à conta de V.S.<sup>a</sup> lha participarei. D.<sup>s</sup> guarde a V.S.<sup>a</sup> Junqueira vinte e dous de Outubro de mil setecentos e outenta = Marquez de Angeja = S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólho 21.

**Aviso de 19 de Dezembro de 1780**

*Avizo do Marquez de Angeja, sobre as despesas dos caminhos p.<sup>a</sup> a V.<sup>a</sup> das Caldas, e Selarios dos Off.<sup>es</sup>, e Architecto*

*Foi presente a Raynha Minha Senhora a conta, que V. S.<sup>a</sup> lhe deo em datta de vinte e outo do mez passado com a Folha das despesas feitas no concerto dos caminhos para a Villa das Caldas na total importancia de seis centos nove centos sessenta e sete mil quatro centos sincoenta e sinco reis.*

*E conformando-se a Mesma Senhora com o parecer de V. S.<sup>a</sup> sobre os selarios contemplados na dita Folha, lha manda tornar a remetter para que tirados todos os ditos Sellarios*

*sómente se inclua alguma ajuda de custo, ao Architecto, e os officiaes de Justiça no caso de terem no tempo antigo em que muitos se fizerão estes caminhos tido alguma ajuda de custo a poderão requerer pela parte que então a levarão, visto que esta commissão não hé dilligencia a requerimento de partes.*

*Liquidada que seja a dita conta se deverá abater sómente os outros centos setenta e sete mil e quinhentos e vinte reis recebidos dos sobejos das Sizas que se poder achar tanto das terras da Ouvedoria de Alemquer como das outras commarcas vezinhas, a qual conta remetterá V.S.<sup>o</sup> para baixar direto ao Erario Regio para o pagamento do que se restar: a fim de tornarem a ser entregues aos respectivos cofres as outras partidas de dinheiro que tem diverça applicação; baixando tão bem dereto ao Tribunal competente, para se haver por boa a entrega das sobreditas importancias de sobras de Cizas para se fazer descarga e haver por bem feita esta despeza.*

*Deos guarde a V.S.<sup>o</sup> Junqueira dezanove de Dezembro de mil setecentos e outenta = Marquez de Angeja = S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 27.

### **Aviso de 9 de Agosto de 1782**

*Avizo do Marquez de Angeja, sobre o concerto das calç adas de Mafra até a Villa das Caldas.*

*Vi a conta de V. S.<sup>o</sup> que acompanhou a que remetto incluza do Corregedor de Bairro Alto, encarregado do concerto das Estradas que se extendem desde Mafra até a Villa das Caldas: E porque V.S.<sup>o</sup> pertende se lhe mande algum dinheiro para se pagar as pessoas que trabalham nesta obra: será preciso que V.S.ame declare a quantia que por hora lhe parecer necessaria, para logo lha fazer apromptar: Prevenindo a V.S.<sup>o</sup> que o concerto das referidas calçadas deve ser aquelle que for indispensavel para a passagem de Suas Magestades na hida , e na volta da Villa das Caldas, sem que esta operação se extenda a algum outro objecto que não seja aquelle que restrictamente se encaminha esta dilligencia: e procurando V.S.<sup>o</sup> se evitem*

---

*despesas superfluas, e de aparato, que seião (ilegível) ao sobredito fim; participando a V.S.<sup>a</sup> ao referido Ministro, para ficar inteirado do modo, com que deve proceder nesta dilligencia. Deos guarde a V.S.<sup>a</sup> nove de Agosto de mil sete centos outenta e dous = Marquez de Angeja = S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 66.

#### **Aviso de 16 de Agosto de 1782**

*Avizo do Marquez de Angeja para se cobrar no Real Erario hum conto de reis, p.<sup>o</sup> ser applicado às despesas das calçadas da Villa das Caldas*

*Remetto a V.S.<sup>a</sup> Avizo incluzo para mandar cobrar no Erario Regio a quantia de um conto de reis ao fim de serem applicados nas despesas das Estradas da Villa das Caldas: Ficando ao cuidado de V.S.<sup>a</sup> o tomar conta do dinheiro que se empregar nesta obra, às Pessoas, por quem se fizerem as ditas despesas; e mandando relação as Loes, e Folhas na conformidade, que se praticar na occaziam, em que se concertarão na mesmas Estradas quando a Senhora Raynha May foi à dita Villa, para no fim da dita obra lhe ser tudo apresentado, como então se observou. Deos Guarde a V.S.<sup>a</sup> Junqueira em dezeseis de Agosto de mil sete centos outenta e dous = Marquez de Angeja = S.<sup>r</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 68.

**Aviso de 21 de Agosto de 1782**

*Avizo do Marquez de Angeja, para se receber no Erario hum conto de reis, p.<sup>a</sup> se applicar às despesas das Calçadas da Villa das Caldas*

*21 de Agosto de 1782*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 68.

**Aviso de 5 de Setembro de 1782**

*Avizo do Marquez de Angeja, para se receber do Erario hum conto de reis, p.<sup>a</sup> se applicar às despesas das Calçadas da Villa das Caldas*

*5 de Setembro de 1782*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 70.

**Aviso de 26 de Maio de 1783**

*Avizo de João Pedro Mariz, p.<sup>a</sup> se concertar o caminho, que se aparta do de Queluz a Porcalhota ate o Pendão.*

*Sua Magestade ordena, que V. S. <sup>a</sup> mande concertar logo logo o Caminho que se aparta, do de Queluz à Porcalhota athé o Pendão; por onde se passar Nossa Senhora do Cabo, de amanhã em outo dias. Deos guarde a V.S.<sup>a</sup>. Paço da Ajuda vinte e seis de Mayo de mil setecentos outenta e trez = João Pedro Mariz = S.<sup>l</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 89.

---

**Aviso de 23 de Julho de 1783**

*Avizo de Ayres de Sá e Mello, p.<sup>o</sup> se mandarem concertar as Estradas, que vão para a V.<sup>o</sup> de Cintra, e Maфра*

*Sua Magestade he Servida, que V. S.<sup>o</sup> mande logo concertar as Estradas, que vão para as Villas de Sintra, e Maфра, e forem do Destricto da sua Jurisdição, p.<sup>o</sup> o Serviço da Mesma Senhora, que poderá passar áquellas Villas: O que V.S.<sup>o</sup> fará executar com toda a exacção, para que senão experimente falta. Deos guarde a V.S.<sup>o</sup> Palacio de Queluz a vinte e trez de Julho de mil setecentos outenta e trez = Ayres de Sá e Mello = S.<sup>t</sup> Diogo Ignacio de Pina Manique.*

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Fundo da Intendência Geral da Polícia: Avisos, Alvarás e Decretos, nº de ordem 83, “Registo dos Decretos, Alvarás e Avisos, expedidos nesta Intendência, de 6 de Julho de 1775 a 1792”, fólio 93.

**D – Cartas do Intendente a Frei Caetano, Bispo de Braga****Carta de 25 de Agosto de 1798**

*Vou a prezença de V.Ex.ca informalo de que há algumas das suas ovelhas, q. se achao separadas do Rebanho que V.Ex.ca tão dignam.te governa; e andão errantes, seguindo Doutrinas perigozas, e taes, que não so com ellas se precipitão a si proprias, mas arrastão outras da primeira idade, e as conduzem à sua ultima ruina. Rogo a V.Ex.ca por esta causa, e em Beneficio da Tranquilidade Publica, queira ser servido Ordenar, que os Parrochos da Sua Diocese ensinem indispensavel-mente todos os Domingos e Dias Santos a Doutrina aos seos freguezes, e lhes expliquem as Maximas do Evangelho, persuadindo-os a praticar a sua Moral Divina; e com brandura e docilidade os acareiem, e os levem para este fim; e que muito particularmente nos Domingos da Quaresma lhes mostrem os Deveres a que está obrigado hum Catholico Romano; e a Verdade e Beleza da Religião que temos a fortuna de professar.*

*Seria muito proprio d'alma de V.Ex.ca que os Parrochos unidos de accordo com os Magistrados do Destricto, e a Meza da Irmd.e do Il.mo da respectiva Parrochia, sahisssem duas vezes ao menos em cada mez, a pedir esmola, para como ella succurrerem aos pobres, e necessitados da sua freg.za, preferindo àquelles, que tendo as m.mas circunstancias, estivessem doentes, sendo a destribuição das ditas esmolas feita pelas mãos de todos aquelles que se exercitassem no Acto Pio de as pedir. Eu previno de Ord.m do Principe N. S.r a todos os referidos Magistrados, para se facilitarem espontanea-mente àquelles santos fins.*

*As Luzes de V.Ex.ca comprehenderão muito bem, que os meios mais adquados para oppor numa Barreira àquelles que se pretenderem revoltar os Povos, são única-mente os que se encaminharem a tornar firmes aos mesmo Povos na Santa Religião que professão; pois logo que isto se consiga; por huma necessaria consequencia ficarão tambem firmes na Obediencia cega, que, como Vassalos, devem prestar a Rainha que felizmente nos governa.*

*Estando portanto, tão certo como estou nas Virtudes de V.Ex.ca tenho toda a razão para esperar, que V.Ex.ca não so se porá por esta vez à testa desta acção, que lhe requeiro, propria do seu Ministerio Apostolico; mas que as terá sempre diante dos olhos para a fazer executar de futuro sem que afrouxe; afim de que ella não deixe nunca jamais de continuar: E tendo o Exemplo de V.Ex.ca, esta deliberação produzirá os mais admiraveis effeitos; e se perpetuará nessa Diocese, do que nos resultarão sem duvida os frutos tão desejados.*

*Deos N. S.r hade abençoar esta acção, e por meio della conservará este Reino illeso daquelles males que tem atacado a mesma Cabeça da S.ta Igr.a.*

*Espero de V.Ex.ca que attenda a estas supplicas que lhe faço por estar para isso autorizado; e que me permita muitas occasiões de lhe agradar. Deos Gd.e a V.Ex.ca por muitos annos. Lisboa 25 de Agosto de 1798.*

*Ex.mo e R.mo Snr. Arcebispo de  
Braga, Primaz das Hespanhas*

(assinado por Diogo Ignacio de Pina Manique)Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Manuscritos, Ms.1705, “Correspondencia do Intendente da Policia Manique, e do Nuncio Arcebispo de Nisibi com o S.º D. F. Caetano, e principio em 1799 athe 1805”, fólho 9.



**Carta de 1 de Setembro de 1798**

*No correio passado escrevi largamente a V. Ex.<sup>ca</sup> rogando-lhe oficialmente fosse servido tomar parte no desempenho do Plano q. me tenho proposto, p.<sup>o</sup> contraminar os approxes que os Impios, Libertinos e falsos Filósofos tem disposto para lançar por terra a Religião e a Monarchia, agora vou em amizade pedir a V. Ex.<sup>ca</sup> o seu auxilio para rebatermos o orgulho daquelles malvados e infames.*

*Se a paz e a Tranquilidade Publica forão sempre em todos os tempos hum resultado da união entre o Sacerdocio e o Imperio; (ilegível) V. Ex.<sup>ca</sup> quanto não he preciso que o Imperio e o Sacerdocio se unão (ilegível) no tempo prezente; e de accordo combatão os seus inimigos, unico meio de que depende a conservação do Altar e do Trono, e (ilegível) da mesma Publica Tranquilidade!*

*Persuadido portanto de que os conhecimentos Theoreticos da Religião Santissima, e a pratica da caridade e mais Virtudes Christãs são os meios unicos de tornar inuteis aquelles esforços dos nossos contrarios roguei a V. Ex.<sup>ca</sup> quizesse ordenar que os Parrochos incessantemente pregassem e ensinassem a Doutrina Evangelica; e sahisses, acompanhados a pedir Esmolas, vizitando e socorrendo com ellas aos pobres, miseraveis, doentes, e encarcerados: esperando que elles, por meio de Cathecismos consigão dar aos fieis huma sufficiente instrução nos principios Religiosos; e que por meio daquelles Actos de Caridade lhes inflamem os corações, e insensivelmente os movão para por em pratica tão pio Officio. Eu irei pouco a pouco insinuando aos Magistrados para seguirem o Exemplo de V. Ex.<sup>ca</sup>, e p.<sup>o</sup> que acompanhem os Parrochos e maiz Eclesiasticos nos referidos Actos: esperando tambem que isto seja hum motivo para que as pessoas de Qualidade os immittem, ou hum meio para me ficarem assignalados os que não o fizerem, a fim de vigiar sobre elles.*

*Como as impressoes da primeira idade, são as mais duraveis, e os passos e sentimentos a que os nossos Pais e Mestres nos habituaão são de ordinario os que nos acompanhão para a Vida; devem ser obrigadas as Escolas Publicas tanto das primeiras Letras, como aquellas em que se apprendem as Artes e Humanidades, a terem todos assistir a Doutrinas nas respectivas Parochias e Conventos do(ilegível), e àquelles Actos de Caridade e humanidade; não so para se instruirem nas obrigações de Catholicos e criarem amizade aos Eclesiasticos*

*e Corporações Religiosas, mas para se firmarem contra as ideias presentes, que tem contribuido para a infelicidade de toda a Europa.*

*Para este mesmo fim, e para fazer cessar o escandalo, que por desgraça nossa tem chegado ao seu maior auge, tenho determinado pôr Missões em Lisboa, para o que ja convidei seis Missionarios de (ilegível), e seis de Varatojo, que lhes devem dar principio no primeiro Domingo do Advento, e continuarem por toda a Quaresma proxima. E do m.<sup>mo</sup> Seminário de Varatojo, de Mesão Frio, e Vinhaes mando Missões (ilegível) Coimbra, Porto, e outras Cidades e Terras consideraveis das Provincias da Beira, e Minho, e Tras-os-Montes: E finalm.<sup>e</sup> nas cidades, e terras consideraveis da Estremadura e Alêntejo, e no Algarve ponho outras Missões de S. Filipe Neri, S. Vicente de Paulo, e de outras comunidades Religiosas; para deste modo domesticar os Povos, e poder conseguir os frutos que todos devemos desejar.*

*Queira V. Ex.<sup>ca</sup> repartir estes meos trabalhos, applicar a elles o seu zelo Pastoral, pois que ambos somos interessados e obrigados a fazelo assim, segundo as diferentes commissões de que estamos encarregados; afim de conseguirmos a conservação da Religião que temos a fortuna de professar; mantemos os Povos na Obediencia devida ao Principe Nosso Senhor; que como Pai amavel nos governa, e nos dezeja todo o bem; e a tranquillidade geral de todo este Reino.*

*Desculpeme V.Ex.<sup>ca</sup> em tomarlhe o tempo preciozo; e queira aceitar os votos sinceros que faço à sua estimavel Pessoa. Deos Gourde a V. Ex.<sup>ca</sup> muitos annos. Lisboa o 1.<sup>o</sup> de Setembro de 1798.*

*Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Snr. Arcebispo de  
Braga, Primaz das Hespanhas  
(assinado por Diogo Ignacio de Pina Manique)*

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Manuscritos, Ms.1705, “Correspondencia do Intendente da Policia Manique, e do Nuncio Arcebispo de Nisibi com o S.<sup>f</sup> D. F. Caetano, e principio em 1799 athe 1805”, fólio 10.

**Carta de 18 de Março de 1803**

*Tive a honra de receber a de V.Ex.<sup>ca</sup>, a qual me dá mais huma prova incontestavel não só da sua piedade para com os pobres, mas tao bem do seu zelo patriotico a bem do Estado.*

*Não tenho duvida alguma em aceitar os quatro moços, a quem V.Ex.ca deseja contribuir com o necessario por laver reconhecido neles propensão para a Pintura e Escultura, para que cheguem a gráo de perfeição nestas Bellas Artes.*

*Devo porem expor a V.Ex.ca que a Caza Pia desta Corte teve em Roma hum Collegio de Bellas Artes, para o qual forão varios moços, em que eu reconheci a mesma propensão, que V.Ex.ca diviza nos que quer mandar vir para esta Caza Pia, e communicando a V.Ex.ca sobre esta materia os meus sentimentos, seja me (ilegível) Diz, dizer a V.Ex.ca, que visto merecerem aquelles quatro moços a protecção de V.Ex.ca para os beneficiar em liberal mão; seria mais util tanto a eles, como ao Estado terem (ilegível) aqueles alumnos da Caza Pia, que estiverão em Roma; pois tenho ainda em ser todos ostras Les, roupas, movellos, e tudo mais que he necessario aos Collegiais tanto para o seu pessoal, como para se applicarem a Pintura, Escultura, Architectura Civil, e à Incizão, e Abertura de Cunhos.*

*Se a Caza Pia de Lisboa sem ter fundos conservou em Roma pelo espaço de 12 annos o dito Collegio, nele poderão melhor (ilegível) estes alumnos, que tem a protecção de V.Ex.ca.*

*Alem disto; asseguro a V.Ex.ca, que o Ministro Pleni-potenciario que Portugal tem naquella Corte, Dom Alexandre de Souza, se há-de vivamente interessar para que sejam proveitozas as suas applicações, a ajustado o comportamento daqueles moços. A experiencia de que ele praticou em beneficio dos que lá teve da Caza Pia, assim mo faz crer. Há-de igualmente por eles interessar-se o Inspector Geral que a Caza Pia teve no mesm Collegio, João Baptista de Rossi, que ainda vive e com vigor. He de hum homem sumamente instruido, e dotado de hum genio tão proprio para as Bellas Artes, que teve a fortuna de promover a applicação de alguns dos ditos alumnos da Caza Pia desta Corte, que não só se tem feito respeitar neste Reino, mas até fora dele. Darei delles a V.Ex.<sup>ca</sup> huma resumida noticia.*

*He julgado como segundo Escultor da Europa João José de Aguiar filho de huma viuva da Villa de Bellas. Francisco Vieira natural da Cidade do Porto, e Domingos de Sequeira pela*

*Pintura merecerão do Principe Regente N. S. a graça de os nomear para Pintores da sua Real Camera com cinco mil cruzados de ordenado cada hum. Os Incizores João Caetano Rivara, e Manuel Correa com seis centos mil reis cada hum, e com igual ordenado o Incizor Joze Antonio do Valle. Fusquini?, Pintor, filho tão bem da Caza Pia, hé mestre na Caza Pia com terzentos mil reis de ordenado. Joaquim Fortunato de Novaes, Architecto civil tem duzentos mil reis de ordenado. Este está actualmente empregado na construcção de hum Palacio, huma Igreja, cuja obra lhe dá honra pelo gosto com que vai edificada.*

*Eis aqui, I.mo e R.mo S.r, o motivo, porque lhe supplico, que queira mandar para aquella Collegio de Roma os quatro moços, que tem tomado debaixo da sua protecção; porquanto eu entendo as precisas proporções não só afim de os fazer embarcar para Genova, mas atte para os conduzir a Roma logo que tenha as ordens de V.Ex.ca, a quem ao mesmo tempo supplico que neste cazo queira a Dom Alexandre de Souza, e ao Director João Baptista Rossi, q quem farei tãoobem enviar as cartas, pois dezejo que na Corte de Roma se reconheça quanto são patrioticas as vistas de V.Ex.ca, o muito que se interessa a bem do Estado, e que com preciozo discernimento sabe repartir as suas esmollas.*

*V.Ex.ca me desculpará se tendo sido diffuzo, pois como os objectos são interessantes me obrigão a sahir dos limites, que me deverião restringir.*

*Para tudo, que for do agrado de V.Ex.ca, me acharei sempre com a mais resignada vontade.*  
*Lisboa, 18 de Março de 1803*

*Exmo Ilmo Arcebispo*

*Primaz*

*(assinada por Diogo Ignacio de Pina Manique)*

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Manuscritos, Ms.1705, “Correspondencia do Intendente da Policia Manique, e do Nuncio Arcebispo de Nisibi com o S.º D. F. Caetano, e principio em 1799 athe 1805”, fólho 31.

**E – Testemunhos contemporâneos acerca das povoações da Serra Morena****Juan Francisco Peyron – Nuevo Viaje en España, hecho em 1772 y 1773**

(...)

*A varias leguas de Ecija se entra en las poblaciones que formó el señor Olavide en estos desiertos de Andalucía, y todo viajero al passar por allí debe de bendecir su memoria. Estas montañas aterradoras, esa guarida de ladrones y de bandidos, que no se atravesaban sino temblando, se han convertido, por los cuidados y el genio de un solo hombre, en un país encantador y bien cultivado. Diversas granjas o casas de labradores adornan los dos lados del camino; reúnen todas las comodidades que que el hombre de los campos puede desear: un horno pequeño, una granja para el forraje y el grano, una habitación sencilla para el dueño de la pequeña finca y la familia, una cuadra para los animales.*

*Después de haber gozado de la vista de un centenar de esas casas dispersas en el campo, se llega a un pueblo grande, que les sirve de capital, llamado La Carlota; está en una agradable posición, sus calles son grandes e alineadas, sus casas son uniformes y ligeras; la del gobernador de la población se hace distinguir tan sólo por un poco más de extensión, está precedida de un patio y de un jardín cerrado com empalizadas. La Carlota está adornada de una plaza regular, de un mercado y de una linda iglesia; han plantado en los alrededores varias avenidas de árboles, que com el tiempo procurarán a esos interesantes colonos agradables paseos. En La Carlota es donde está el mercado público de todo el poblado; allí es donde van a vender sus granos y sus frutos. Todos los establecimientos en su principio son penosos; es difícil de hacer la felicidad de todo el mundo, pero hoy esos colonos andaluces me han parecido muy satisfechos. Se unen a la tierra que han cultivado y que comienza a matenerlos. Paséandome de noche por las calles de La Carlota me oído cánticos, danzas y el sonido de varios instrumentos. El hombre no trata de divertirse cuando está triste; la posada de La Carlota no se parece a todas aquellas com que he tropezado ya, allé se está bastante limpiamente servido y bien alojado por el valor de cincuenta sueldos de Francia.*

(...)

*Al dejar Andalucía se entra en Sierra Morena, larga cadena de montañas, así llamadas porque, estando cubiertas de romero, de boj y de otros arbustos siempre verdes, parece negra cuando se la ve desde lejos. Los latinos la llamaban Mariani Montes; comienza en el extremo de Castilla la Nueva, y se extiende por unas doce leguas en Extremadura y La Mancha.*

*Estas montañas, absolutamente incultas, servían desde hace varios siglos de guarida a los ladrones y a los lobos; no se encontraban allí más que ventas aisladas, y en caminos tan peligrosos que el ventero a menudo obligado a convertirse en jefe de las distintas partidas que desvalijaban a los viandantes. Algunos patriotas habían en vano propuesto roturaciones; todos se habían visto desanimados por las dificultades de toda especie que les oponían. Olavide, después de haber poblado los desiertos de Andalucía, extendió más lejos sus ideas; menos tímido que sus predecesores, o llegado en circunstancias más favorables, cubrió Sierra Morena de colonos y de labradores. No dejaron, según costumbre, de poner muchas trabas a su empresa; las principales objeciones que le hicieron eran que esa tierra, naturalmente privada de agua, era poco favorable al cultivo: el hecho y la experiencia respondieron por Olavide; porque corren en todos los sentidos en esas montañas arroyos claros y límpidos; y por doquiera donde los colonos han querido cavar, han hallado fuentes a algunos pies de profundidad, de suerte que hay pocas casas que no tengan su pozo o su noria para regar.*

*Se habría podido decir por adelantado a esas gentes que toda novedad, que toda tendencia hacia la reforma y el bien espantan o descontentan; que esse vasto terreno no siempre había estado inculto e inhabilitado, lo que está probado por las antigüedades, las monedas y las medallas que allí se descubren todos los días; y que su entera despoblación no parece remontar más allá de la expulsión de los moros.*

*Necesitábanse muchos brazos para devolverle su antigua fecundidad: un bávaro llamado Turrigel ofreció al gobierno español proporcionarle seis mil colonos. Obtuvo, como consecuencia de sus ofrecimientos, una cédula real que aseguraba grandes ventajas a todos los extranjeros que quisieran formar un establecimiento en la Sierra Morena. El gobierno tomó todas las precauciones naturales y posibles para que los hombres traídos por Turrigel fueran bien acogidos, alojados y alimentados. En la cédula, del 25 de junio del año 1767, el*



*rey entra en favor de esos colonos en los más pequeños detalles. Daré a conocer algunos para hacer ver cuálesn sobre eso las disposiciones y la humanidad del gobierno, y no temo decir que los descontentos de varios de esos desgraciados emigrantes no han sido causados sino por gentes de abajo, pues el ministerio no era posible tuviera puestos los ojos en todo.*

*Por el artículo VI, quiere que todos los colonos enfermos sean cuidadosamente recomendados a los hospitales de los diversos distritos a donde hayan llegado, y que no se les haga continuar su camino más que cuando estén perfectamente curados.*

*VIII. La casa, que estaba ocupada por la Compañía de Jesús, servirá a los comisarios para alojar a los colonos, en tanto se haya tomado su nombre y su señalamiento, déjandoles dos días de reposo antes de hacerlos salir para Sierra Morena; sus jornadas serán reguladas como la marcha de las tropas, y su itinerario será fijado, a fin de que no puedan perderse en la campiña.*

*X. El entretenimiento de cada colono, desde el día de su llegada, será a cargo del real tesoro; y a fin de que no sea arbitrario, será fijado en dos reales (diez sueldos de Francia) por día para cada colono, sin distinción de edad, de sexo o de calidad, hasta que lleguen a su destino. Etc.*

*XI. SE les proporcionará a los diversos colonos los carros que se juzguen necesarios, tanto para el transporte de sus bagajes y utensilios como para las personas de aquellos que a causa de su baja edad o de su sexo no sean bastante fuertes para hacer el camino a pie, etc.*

*XIV. El salario o el socorro de dinero proporcionado a los colonos por el real tesoro será entregado a los diversos cabezas de familia, o en particular a cada colono independiente y libre, a fin de que puedan formar entre ellos especies de grupos y vivir com más economía, sin que el guía, sargento o conductor de la tropa pueda tener su administración, siendo su solo empleo el proveer a que lo necesario y el alojamiento sean proporcionados a los colonos.*

*El artículo XVII merece ser puesto por entero: tan lleno está de una conmovedora beneficencia. El rey quiere hacer a esos colonos la acogida más favorable, y no duda que los corregidores, los alcaides y los otros comisarios nombrados y empleados para recibirlos*

*en el momento de su llegada, hacerlos alojar y conducirlos a su destino, desempeñarán como buenos e fieles españoles las intenciones bienhechoras de Su Majestad, sin que haya necesidad de señalar penas contra los infractores de sus órdenes, porque no se imagina encontrarse un español capaz de manchar el honor de a nación y de faltar a la humanidad, a la hospitalidad que son debidas a familias industriosas que se someten a la fatiga de un largo viaje y a un trabajo penoso para poner en valor tierras incultas y aumentar las rentas de la población del Estado; pero las faltas más ligeras, en esse respecto, serán castigadas com severidad para mantener el crédito nacional y mi regia palabra en la alta reputación que le es debida.*

*A pesar de las precauciones del gobierno y la ley sabia que había promulgado y repartido en favor de los extranjeros traídos por Turrigel, esa colonia naciente hubo de sufrir mucho. Esse bávaro había prometido cultivadores, y el mayor número de los hombres que proporcionó eran vagabundos, o por lo menos perezosos, débiles, sin actividad, que no fueron recurso ninguno en el momento en que para comenzar la roturación habría tenido más necesidad de gentes fuertes y laboriosas. Las tierras que el gobierno les cedió com algunos anticipos en ganado grande y pequeño, en simientesy en instrumentos de labranza, quedaran incultas, y aún lo estarían si el Estado no hubiera cuidado de hacerles roturar a su costa.*

*En segundo lugar, Turrigel, provisto de la cédula real, recorrió las provincias de Francia y de Alemania para encontrar gentes de buena voluntad; y para atraerlas mucho mejor, hizo imprimir anuncios redactados po él, en los que exageraba las promesas del gobierno español; y cuando aquellos a quienes comprometió hubieron llegado a su destino y vieron que no se les cumplía todo lo que el comisario de la corte les había prometido, alzaron quejas, murmuraciones que aún existen. Pero lo que prueba lo mal fundadas que están la mayor parte de esas quejas, es que se vem entre los más descontentos algunos a los que les han dado hasta dos o tres veces el ganado que les habían prometido, y que habían vendido o matado, yendo después a quejarse de les habían robado.*

*Un tercer inconveniente, y el más infortunado para esos colonos, fué que llegaron a Sierra Morena antes que hubiense pensado en prepararles alojaminetos; no encontraron en medio de esos desiertos más que un convento de mediocre extensión, y que ocupado por un regimiento hubo destinado a recibirlos y mantener entre ellos el buen orden. Ninguno*

---

*de esos recién venidos entendía nada de construir, de suerte que, durante varios meses, estuvieron expuestos a las injurias del aire; lo que dió lugar a diferentes enfermedades, que se llevaron, dicen, un buen tercio de la colonia. La necesidad de los supervivientes obligó al ministerio a admitir en Sierra Morena una cierta cantidad de españoles, de suerte que hoy está poblada con un número casi igual de nacionales y extranjeros.*

*A pesar de las dificultades y los inconvenientes casi inseparables de un establecimiento nuevo, he visto varias porciones que han prosperado entre las manos de familias alemanas. Se encuentran en algunas casas sus acomodos, que prueban a la vez la bondad del suelo, los cuidados del gobierno y el partido que pueden sacar de la industria estimulada por la beneficencia.*

*Entre los nacionales españoles y esos alemanes que Turrigel recogió en Lorena, en Alsacia, sobre los orillas del Rhin y en Austria, hay una tercera clase que nos es la menos útil: está compuesta del resto infortunado de esos colonos que arrancaron a la influencia funesta del clima de Guayana. El gobierno de Francia había formado un depósito en San Juan de Angely, y debía mantenerlos allí hasta que hubiesen hallado la ocasión de colocarlos; aceptó con apresuramiento la salida que le ofreció Turrigel para la Sierra Morena.*

*Estos colonos franceses están repartidos sobre un vasto terreno que tiene como cabeza de distrito el bonito pueblo de La Carolina. El país, que rodea esa pequeña capital en cinco leguas a la redonda, ofrece el aspecto más alegre, sobre todo cuando se recuerda que diez años antes esas colinas, esos valles cubiertos hoy de frutos y de cereales, no ofrecían a la vista sino un desierto erizado de zarzales y de espinas.*

*Desde lo alto de las colinas más elevadas que están próximas a La Carolina, y que se han puesto en valor, la vista se pasea con encanto sobre una multitud de viviendas, cada una de las cuales es el centro de una heredad y el asilo de una familia cultivadora; de trecho en trecho se encuentran ceinte o treinta casas reunidas en una forma simétrica que la naturaleza del terreno há podido permitirlo. En la extensión de dos leguas cortas se encuentran cinco de esas aldeas, que son Escolástica, Los Ríos, Carboneros, Arellano y Guaramón.*

*(...)*

*En el mes de junio del año de 1778, habían ya distribuído 890 heredades o lotes en la dependencia de La Carolina. Cada uno de ellos tenía 8.000 varas de largo por 3.000 de ancho, que son 3.555 toesas para la longitud y en anchura 1.333. Esa dimensión no está más que vagamente fijada por la cédula real, lo que ha dado lugar a los jefes de la colonia de tomarla en el sentido más favorable en ciertas circunstancias. La vara de Avila es casi el doble de la de Macrid; se han pues permitido seguir la primera de esas medidas en favor de los cultivadores laboriosos, y de ofrecer por ello un motivo de estímulo a los otros.*

*Es preciso convenir en que todos estos lotes no son igualmente propios para el cultivo; incluso se juzgar a esse suelo ingrato a primera vista; está casi por todas partes cubierto de una capa arenosa, pero bajo la cual encuentran a poca profundidad una tierra fuerte e rojiza, que no cede a ninguna otra infertilidad; sin embargo, la diferencia se su producto depende aún más de la industria del cultivador. Se está fácilmente persuadido de ello examinando dos heredades contiguas, en una de las cuales brilla la abundancia, mientras en la otra, mal roturada, apenas se alcanza a las necesidades de su propietario; en general, esa tierra anuncia la mayor fecundidad; todo prospera en ella, pastos, árboles frutales, legumbres, flores, cáñamo, cereales, viñas, olivos y moreras. Se encuentran en esas aldeas lo que en vano se buscaría en el resto de España: leche y manteca; se descubren manzanos y cerezos que no tienen cuatro años, y que están recargados de frutos. Los colonos hasta aquí han preferido el cultivo del trigo, por ser de una utilidad más inmediata; el gobierno, y no sé por qué, había querido llevar su atención hacia los olivares, las moreras y las viñas; tres clases de cultivo ya muy abundantes en España.*

*El rey se há reservado en los alrededores de La Carolina dos de esas heredades, que há consagrado únicamente al cultivo que quisiera hacer adoptar en en país, y he aquí cómo; há hecho distribuir su terreno de treinta a treinta pies de distancia, han plantado filas de olivos en número de 12.500; el interválo está lleno por 80.000 cepas de vid a la manera de Provenza, y todo el recinto de la propiedad está cerrado por moreras. Esse es, dicen, el medio más propio para hacer prosperar igualmente esas tres especies de producciones, sin que se estorben. La morera, al cabo de cinco o seis años, comienza a dar 150 libras de hojas para cosecha. Los olivos tienen necesidad de ocho años para estar en valor; pero la viña rinde al cabo de tres; sería de desear que una parte de los colonos se consagrara a esse género de cultivo.*

---

*No se han ocupado menos en esas colonias de lo espiritual que de lo temporal. Aunque La Carolina no tenga más que ochocientos o novecientos hogares, han establecido allí cuatro curas, de ellos dos españoles, un alemán y otro francés; hay dos iglesias repartidas en esse distrito, y el Estado da cuarenta mil reales, diez mil libras de nuestra moneda, a los sacerdotes que las sirven.*

*A pesar de la atenciones bienhechoras y las exenciones repetidas del gobierno, esos poblados están llenos de espíritus descontentos; cuando se les interroga, no hay clase de quejas que no hagan; pero, en general, están poco fundadas, y casi siempre son fruto del humor ingrato del hombre, que quisiera llegar a la prosperidad sin entregarse al trabajo que la procura.*

*Bastava ya de reflexionar, continuemos mi camino a través de esas montañas. La Carolina tiene varias calles grandes, bonitos paseos en sus alrededores, una plaza octógona, cuyas galerías están sostenidas por un pórtico; un mercado mejor aprovisionado que lo está en varias grandes ciudades de España. He pasado por allí dos veces, y siempre lo he visto bien provisto de comestibles; se encuentra también en La Carolina una Fonda, la Posada y la Venta; en las dos últimas, no os dan más que la cama. Hay muchas ciudades considerables que no tienen más que posaditas, como Murcia, Toledo, etc.*

*El el seno de esos poblados los caminos están bastante bien conservados, y se ve en ellos ya lo que puede la industria; varios colonos han ensanchado sus alojamientos, tienen junto a sus fincas jardines y sombra. Esse establecimiento, sin embargo, sólo data de algunos años; si la población y la industria continúan siendo estimuladas y secundadas en la Sierra Morena, se convertirá en uno de los distritos más florecientes de España. Se podrían allí remontas, y los caballos que nacieran allí en nada cederían, creo, en fuerza y en belleza a los de Andalucía. Esse país tiene varias semejanzas con la Auvernia; pero está es un poco más fría.*

*En la buena estación, la estancia en esas montañas es deliciosa, todo está verde, todo en flor. Los precipicios que los rodean nada tienen de espantables, la mirada se ve alegrada por varias cascadas; verdad es que a una legua de La Carolina los caminos son rudos, fatigosos y erizados de puntas de rocas, pero el calor es allí moderado y se respira por todas partes un aire puro y embalsamado.*

*A cuatro horas de La Carolina está la Venta de Miranda, posada aislada que sirve de entrada a lo que llaman el Puerto del Rey; dan el nombre de puerto al punto más elevado de una cadena de montañas, que separa una provincia de otra. (...)*

In MERCADAL, J. Garcia (compilação, tradução, prólogo e notas) – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Tomo III. Madrid: Aguilar, 1962, p. 812, 815.